

AMBOS OS TRÊS: SOBRE ALGUMAS DISTINÇÕES TIPOLÓGICAS E SEU SIGNIFICADO ESTRUTURAL NA TEORIA DO PARENTESCO

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO
Museu Nacional, UFRJ

Rótulos, tipos e modelos

Este trabalho¹ analisa as diferenças formais entre algumas configurações de parentesco reconhecidas pela tradição antropológica — as variedades ‘dravidiana’, ‘kariana’ e ‘iroquesa’ do esquema terminológico dito ‘fusão bifurcada’ (*bifurcate merging*) — e as discute no quadro da teoria estrutural da aliança desenvolvida por C. Lévi-Strauss e L. Dumont. Após estabelecer as diferenças entre estas variedades, examino dois pares conceituais centrais da teoria do parentesco, a saber, ‘consangüíneo/afim’ e ‘paralelo/cruzado’; em seguida, avanço uma conjetura sobre os correlatos matrimoniais possíveis das terminologias com cruzamento iroquês; por fim, evoco uma variante do sistema dravidiano difundida na América do Sul indígena, concluindo com algumas considerações sobre a possibilidade de diferentes princípios classificatórios coexistirem em uma mesma organização social, o que põe em questão a idéia comum de que a cada unidade etnográfica de tipo ‘sociedade’ corresponderia um modelo terminológico único. Embora se

1. A versão original deste ensaio deve ser publicada no livro *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha* (Trautmann, Godelier & Tjon Sie Fat [orgs.] [1996]), que reúne as comunicações a uma mesa-redonda havida na Maison Suger (Paris), em junho de 1993.

concentre em problemas gerais de elucidação conceitual, o presente texto deriva das investigações sobre as estruturas sociais indígenas que venho realizando desde 1985, juntamente com outros antropólogos formados no Museu Nacional'. Ele retoma, reformula e fundamenta proposições elaboradas neste contexto etnográfico regional; espero assim que ele possa ser útil aos pesquisadores que se vêm dedicando a redespertar a etnologia brasileira para os desafios intelectuais propostos pelos sistemas de parentesco ameríndios.

Assentemos de início uma questão onomástica. O uso de etiquetas como 'dravidiano' ou 'iroquês' para designar tipos terminológicos não pressupõe que os povos epônimos sejam os exemplares mais 'puros' dos tipos, e muito menos que eles tenham qualquer papel histórico na produção de seus análogos morfológicos. Estas são designações convencionais, que não deixam certamente de ter seus problemas, comentados à saciedade por autoridades de peso (Needham 1971). Com efeito, houve quem suspeitasse que os Iroqueses não usavam uma terminologia 'iroquesa' (Kronenfeld 1989); a generalidade do paradigma 'dravidiano' proposto por Dumont e Trautmann foi questionada para a própria Índia do Sul (Good 1980, [s.d.]); e veremos abaixo que os Karia não são um bom exemplo da terminologia homônima. Um sul-americanista interessado no parentesco ameríndio ficaria assim tentado a propor epônimos de seu próprio continente: talvez fosse melhor mesmo trocarmos 'dravidiano' por 'amazônico normal', 'iroquês' por 'alto-xinguano', 'karia' por 'pano' e assim por diante.

Mas não é preciso perder muito tempo com rótulos, que refletem as contingências históricas da disciplina mais que qualquer outra coisa. Também não há por que temer além da conta a projecção indevida das particularidades etnográficas dos casos-tipo sobre seus análogos alhures: 'dravidiano' ou 'iroquês' deveriam funcionar para os antropólogos mais ou menos como 'devoniano' ou 'cambriano' para os geólogos e paleontólogos; quando estes usam tais termos, certamente não estão pensando que o solo do País de Gales possua qualquer poder normativo (ou genético) sobre a fisiografia de outras regiões do planeta. Note-se, por fim e sobretudo, que as alternativas onomásticas mais neutras de que dispomos não são tão melhores assim. Ao

2. Ver Viveiros de Castro 1993a, Viveiros de Castro & Fausto 1993, e os sete estudos reunidos em Viveiros de Castro (org.) 1995.

definir o conceito de “fusão bifurcada”, por exemplo, Lowie entendeu que a bifurcação em causa opõe parentes paternos e maternos de $G+1$, o que é errôneo (Dumont [1953] 1975: 86). As expressões “sistemas de duas seções” ou “duas linhas”, favorecidas por Needham e seguidores para designar configurações de tipo dravidiano são igualmente defeituosas: as terminologias dravidianas se distinguem de outras nomenclaturas ‘bífidas’ precisamente por *não* exibirem ‘seções’ ou ‘linhas’. Por fim, a recente proposta alfanumérica de Trautmann & Barnes ([1996]), que substitui ‘dravidiano’ por “cruzamento de tipo A” e ‘iroquês’ por “cruzamento de tipo B”, é bastante incômoda: em *Dravidian Kinship*, Trautmann (1981) já havia distinguido entre o “modelo A” e o “modelo B” da configuração dravidiana (diferença portanto *interna* ao ‘cruzamento tipo A’); como Good (1980, [s.d.]) sugeriu por sua vez a existência de uma distinção interna ao modelo A — suas versões ‘alfa’ e ‘beta’, digamos —, corre-se o risco de terminar afogado em cifras, tipos e modelos, ainda mais se considerarmos que o tipo B (iroquês) possui pelo menos quatro variantes, devidamente numeradas por Trautmann & Barnes³.

O que importa, enfim, é produzir uma definição apropriada dos tipos, não discutir seus nomes. Aqui está o verdadeiro problema: precisamos de modelos menos icônicos, isto é, de modelos estruturais menos dependentes da generalização empírica dos paradigmas epônimos. Tais modelos, embora

3. Esboço rapidamente o conteúdo destas distinções cifradas, antes que o leitor, se aqui chegou, desista. A diferença entre ‘dravidiano’ (ou ‘cruzamento de tipo A’) e ‘iroquês’ (‘cruzamento de tipo B’) diz respeito essencialmente ao caráter ‘paralelo’ ou ‘cruzado’ de algumas posições situadas além da esfera dos primos de primeiro grau: assim, por exemplo, em um sistema dravidiano os filhos de primos cruzados de mesmo sexo são eles mesmos cruzados entre si, e os filhos de primos cruzados de sexo oposto são paralelos (assimilados a germanos); em um sistema iroquês dá-se o inverso. A distinção de Trautmann entre um “dravidiano modelo A” e um “modelo B” diz respeito à extensão (caso B) ou não (caso A) do contraste paralelos/cruzados até $G \pm 2$ (gerações dos avós e dos netos). A distinção de Good entre duas versões sul-indianas do “modelo A” diz respeito à incidência terminológica do casamento avuncular em vários casos etnográficos. As quatro variantes numeradas da configuração iroquesa (ou “cruzamento de tipo B”) propostas por Trautmann & Barnes se distinguem pela maior ou menor representação do contraste paralelo/cruzado nos diferentes níveis geracionais: as variantes mais comuns são a de número 1 (contraste paralelos/cruzados operativo nos três níveis centrais) e a de número 3 (desaparecimento do contraste em $G0$, ou seja, uma classificação de primos de tipo ‘havaiano’ coexiste com a fusão bifurcada em $G \pm 1$).

devam derivar da análise de casos etnográficos, não podem apenas reproduzi-los — pois descrevem sua estrutura —, nem serem meras abstrações indutivas, mas sim construções capazes de localizar os exemplos concretos em uma série de transformações especificadas por restrições locais.

Para merecerem o adjetivo 'estrutural', os modelos de parentesco devem conter ao mesmo tempo menos e mais informação que os sistemas concretos que subsumem. Menos, porque abstraem particularidades resultantes da coalescência de múltiplas dimensões no real etnográfico (língua, ideologias, instituições); nesta medida, os modelos são relativamente subespecificados. Mais, porque admitem um número de possibilidades transformacionais que não podem se manifestar simultaneamente — e nesta medida os modelos, por incorporarem diferentes estados espaço-temporais de uma estrutura, são mais ricos que qualquer sistema concreto. Observe-se ainda que as estruturas descritas por estes modelos não coincidem com um 'nível' particular do objeto. As distinções entre "conceitos", "regras" e "comportamento" (Schneider *apud* Trautmann 1981: 21), ou entre os níveis "categorial", "jural" e "comportamental" do parentesco (Needham 1973), embora talvez metodologicamente úteis, terminam por tomar estes aspectos de um fenômeno complexo como se consistissem em objetos reais distintos, e freqüentemente privilegiam um deles como sendo o 'verdadeiro' *locus* da estrutura. Contra a reificação das estratificações do parentesco, entende-se aqui que os fenômenos observáveis "não são mais que a repercussão superficial da ação de estruturas profundas que não correspondem a nenhum dos três níveis. Estes níveis são apenas os reveladores, os índices de tais estruturas, isto quando não as travestem ou oferecem imagens falseadas delas" (Lévi-Strauss 1984: 223)⁴.

O que significa dizer que a estrutura só pode ser apreendida na interface dos níveis, nas diferenças ou disjunções entre eles. 'Indeterminação' ou 'complexidade' são assim propriedades intrínsecas de um modelo estrutural, não de sua 'passagem' ao real: pois nem o modelo coincide com o componente taxonômico ou normativo de superfície, nem o real com o comporta-

4. Lévi-Strauss está-se referindo à distinção de Leach entre "comportamentos reais, normas estatísticas e regras ideais" e a esquemas análogos de Firth, que derivam, como as supra-mencionadas estratificações de Schneider e Needham, da famosa distinção malinowskiana entre "o que as pessoas dizem a respeito do que fazem, o que elas realmente fazem, e o que elas pensam" (Kuper 1983: 16).

mento, individual ou agregado. Uma estrutura é a lei das variações entre as diferentes partes de um sistema.

Embora este trabalho se concentre nas terminologias, assumo a existência de uma correlação complexa entre as dimensões terminológica, sociológica e ideológica do parentesco. Recuso portanto a escolha forçada entre concepções 'reflexionistas', segundo as quais as terminologias 'exprimem' outras instituições, e concepções 'autonomistas', sejam as que se contentam em insistir sobre a heterogeneidade entre os diferentes 'níveis' do objeto, sejam as que reduzem os sistemas terminológicos a seus termos, e estes a produtos sociologicamente vazios de regras formais. Adoto como princípio que "a função de um sistema de parentesco [i.e. uma terminologia] é gerar possibilidades ou impossibilidades de casamento" (Lévi-Strauss 1966: 14). Longe portanto de ser um efeito ou reflexo passivo de causas extrínsecas ou de realidades mais fundamentais, uma terminologia "age como operador de um sistema matrimonial dentro de uma comunidade" (*ibid.*). Contra os autonomistas, defendo então a idéia de que o parentesco é um *sistema* de reprodução social; contra os reflexionistas, não creio que tal sistema seja uma *totalidade* de tipo causal ou expressivo⁵.

Esta concepção da terminologia como dispositivo operatório dentro de um sistema de aliança é essencial para que os modelos menos icônicos adiante propostos admitam interpretações não-triviais. É importante sublinhar que ela não se restringe aos casos 'prescritivos'; a ênfase no contraste estruturalmente secundário entre 'prescrição' e 'preferência' confunde *momentos* de análise de um sistema com *propriedades* concretas globais absolutamente distintas. A possibilidade de uma interpretação matrimonial de terminologias 'não-prescritivas' é uma das teses que defenderei aqui. Os modelos de 'aliança prescritiva' são, além de "demasiado holísticos"

5. A análise das terminologias em termos de suas funções no interior de sistemas de aliança não exclui obviamente sua formalização auxiliar por regras de equivalência; tampouco exclui a elucidação de suas correlações com outras dimensões de organizações sociais específicas: relações de produção, arranjos residenciais, ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos, afiliação a grupos, ideologias etc. Mas, entre a explicação das terminologias por princípios taxonômicos sociologicamente vazios (o que torna a comparação trivial) e sua interpretação em termos culturalmente particularistas (o que torna a comparação impossível) — entre uma extensão e uma compreensão igualmente excessivas, digamos —, deve haver espaço para uma análise onde forma e significação, lógica e sociologia, sejam apreendidas em suas implicações mútuas.

(Scheffler [1971: 253], evocando Schneider [1965]), demasiado simplistas, um defeito aliás também presente no formalismo de Scheffler: em ambos os casos, ou se acha uma relação *imediata* entre ‘regra de casamento’ e terminologia, ou se nega *qualquer* conexão entre nomenclatura de parentesco e estruturas de aliança. Mas as relações entre terminologia e aliança certamente não se limitam aos casos óbvios de ocorrência de ‘*spouse-equation rules*’.

Dravidiano, iroquês, kariera

Como não se trata aqui de fazer uma história exaustiva da classificação dos sistemas de fusão bifurcada isogeracional⁶, tomemos convencionalmente como ponto-zero a assimilação feita por Murdock (1949), sob o rótulo de “dakota-iroquês”, dos tipos hoje conhecidos como ‘iroquês’, ‘dravidiano’ e ‘kariera’. Um célebre artigo de Lounsbury ([1964] 1969: 210-11 n.4) foi o responsável pela primeira grande separação, ao distinguir os tipos iroquês e dravidiano em função de seus respectivos cálculos de cruzamento. O autor chegava a esta decisão ao cabo de uma crítica à “visão clássica mas equivocada” que associava o “sistema de parentesco de tipo iroquês” à presença de grupos unilineares como metades ou clãs. Após demonstrar que tal não era o caso, ele observava que

Existem efetivamente sistemas que classificam os parentes [kin-types] da maneira que se imaginava ser a do tipo iroquês. Tratam-se dos sistemas de tipo ‘dravidiano’. É interessante notar que eles não dependem em geral de critérios de afiliação a clãs ou metades, mas de um modo de bifurcação que, ao contrário do modo iroquês, leva em conta o sexo de todos os parentes de ligação. Os sistemas dravidiano e iroquês [...] estão baseados em princípios de cálculo muito diferentes, e derivam de estruturas sociais fundamentalmente diversas [: 211].

6. Estarei portanto deixando de fora da discussão os sistemas de tipo ‘crow-omaha’, que combinam a fusão bifurcada e a projeção oblíqua (*skewing*); para uma exploração destes sistemas análoga à presente, ver Viveiros de Castro 1990 e 1993b.

Vê-se aqui o problema implícito: os Seneca (Iroqueses), que podem ter tido metades e certamente tinham clãs, usavam uma terminologia 'transversal' a esta morfologia, classificando com os mesmos termos parentes situados em clãs ou metades diferentes; os sistemas de tipo dravidiano, embora apresentando um cálculo de cruzamento (supostamente) isomorfo a uma álgebra de inclusão em classes recrutadas por unificação, não estão "em geral" associados com instituições destes tipo. Lounsbury não se aventura a dizer de que estrutura social o tipo dravidiano "derivaria"⁷.

As nomenclaturas de fusão bifurcada foram associadas a instituições unilineares e ao casamento de primos cruzados desde Fison e Tylor, no século passado. No caso da Índia, a conexão entre vocabulários dravidianos e regras de casamento de primos data pelo menos de Rivers, e é aceita até hoje pela maioria dos antropólogos; mas muitos ligaram esse tipo terminológico a metades exogâmicas ou a sistemas de dupla descendência. No período clássico da teoria do parentesco, a similaridade entre os sistemas dravidianos e australianos (o dito 'kariera' em particular) foi repetidamente afirmada: Radcliffe-Brown (1953) definiu um tipo "*Australian-Dravidian*", indicando o casamento com primos cruzados bilaterais e a ausência de termos específicos para os afins como características deste tipo; Lévi-Strauss ([1949] 1967: 114-15) sublinhou igualmente a "harmonia perfeita" entre as terminologias classificatórias sem termos distintos para afins, o casamento de primos cruzados e as organizações dualistas⁸. A noção de

-
7. Com base em argumentos virtualmente idênticos aos de Lounsbury, a tese de doutorado de Gertrude Dole (1957: 164-65, 178-79) opõe a "*bifurcate merging kinship nomenclature*" (esquema iroquês) ao tipo que chama, seguindo Hocart, de "*cross-cousin nomenclature*" (dravidiano). Dole agradece a Robert Carneiro por lhe haver chamado a atenção para essa diferença. Não sei se Dole e Carneiro conheciam o trabalho de Lounsbury, que, publicado apenas em 1964, teve sua primeira versão apresentada oralmente em 1956. Sobre o 'recalque' da diferença dravidiano/iroquês em Morgan, ver Trautmann 1987.
8. Apoiando-se, contudo, em uma observação de Rivers, segundo a qual haveria na Melanésia uma distribuição complementar entre casamento de primos e sistemas de metades, Lévi-Strauss introduz a conhecida distinção entre o "método de relações" e o "método de classes". O casamento de primos cruzados bilaterais é definido em *Les Structures élémentaires de la parenté* como um "procedimento" ou uma "tendência" local, em contraste com a "fórmula global" das organizações dualistas (1967: 118-19). Esta oposição só ganhará um valor estratégico com Dumont, pois para Lévi-Strauss as soluções local e global são intercambiáveis, visto codificarem o mesmo princípio de troca restrita — e é isto que autorizaria a concentração de *Les Structures* na "precisão e nitidez" (: 528) das

que os padrões australiano e dravidiano eram idênticos parece ter sido consensual até o final dos anos sessenta⁹, quando Dumont propõe a segunda grande clivagem.

Foi Dumont ([1953, 1957] 1975), como se sabe, quem dissociou o conceito de sistema dravidiano da noção de 'descendência', ao definir a aliança de casamento, princípio estruturante das terminologias deste tipo, como independente de quaisquer configurações unilineares particulares, sendo meramente infletida por estas (quando existem) no plano de sua manifestação empírica e/ou normativa. As análises de N. Yalman (1962, 1967) dos sistemas cognáticos do Sri Lanka completaram este trabalho de separação. Mas foi um artigo posterior de Dumont ([1970] 1975) que, retomando um antigo debate com Radcliffe-Brown, consagrou a diferença entre a "fórmula local" indiana e a "fórmula global" australiana¹⁰.

A questão aqui dizia respeito à associação entre o sistema dravidiano e organizações dualistas ou esquemas de dupla exogamia unilinear. Desenvolvendo uma observação de 1953 (1975: 97 n. 5), Dumont argumentava que as terminologias dravidiana e kariera se assemelham no exprimirem ambas uma relação de intercasamento, mas diferem na classificação dos parentes em $G \pm 2$: a neutralização do contraste consanguíneo/afim nestes níveis, no caso dravidiano, revelaria um tempo geracional linear e uma visão egocentrada da aliança, ao passo que a manutenção do contraste e a auto-reciprocidade dos termos de $G \pm 2$, no caso kariera, exprimiria uma concepção circular do tempo e uma relação de intercasamento sociocêntrica, coletiva, entre as 'metades' terminológicas.

Onze anos depois, entretanto, no magistral *Dravidian Kinship*, Trautmann iria retornar à fusão de Radcliffe-Brown, acrescentando-lhe a bifurcação de Lounsbury: dravidiano + kariera *versus* iroquês. Entendendo que as terminologias dravidianas [D] e iroquesas [I] "são de tipos fundamentalmente diferentes" (1981: 88), Trautmann explica tal diferença pela presença (D) ou ausência (I) de uma regra de casamento de primos cruzados, que se manifestaria na diferença entre os respectivos cálculos de cruza-

classes matrimoniais australianas .

9. Ver por exemplo o manual de Buchler & Selby (1968: 238), onde o cruzamento dravidiano é ilustrado por "dois sistemas de tipo dravidiano: kariera e njamal".

10. Esta diferença foi generalizada pelo autor (Dumont 1971) em sua crítica a *Les Structures élémentaires de la parenté*.

mento e na presença (I) ou ausência (D) de uma terminologia separada de afinidade. Por outro lado, a classificação dos parentes paralelos/cruzados dos sistemas *karia* seria idêntica à dos dravidianos (*ibid.*), estando, como neste caso, associada a uma regra de casamento de primos e à ausência de termos separados de afinidade.

O golpe etnográfico decisivo contra a tese de Dumont viria da análise das terminologias de alguns povos dravidianos da Índia Central. Trautmann propõe um “dravidiano modelo B” para elas que, diferentemente do “modelo A” sul-indiano tomado por Dumont como paradigma, exhibe a mesma bipartição ‘*karia*’ em $G \pm 2$ (FF + MM / ♂SCh + ♀DCh como ‘paralelos’, MF + FM / ♂DCh + ♀SCh como ‘cruzados’) elegida pelo indologista francês como crucial para a distinção entre os dois tipos. Trautmann apresenta a terminologia dos *Karia* no apêndice de *Dravidian Kinship*, concluindo que ela é idêntica ao seu “modelo B”; acrescenta que as classes matrimoniais australianas poderiam ser vistas como transformações socio-cêntricas de supercategorias presentes em certos sistemas centro-indianos (: 237, 434-37). Com isto o ‘local’ e o ‘global’ se juntam novamente, apesar de Dumont¹¹.

Não há dúvida que a terminologia dos *Karia* registrada por Radeliffe Brown em 1913 — usada por Dumont e Trautmann em suas comparações — é estruturalmente homóloga ao ‘dravidiano-B’. A questão, contudo é a seguinte: esta terminologia é um exemplo do tipo geral usualmente chamado de ‘*karia*’?

11. Embora não chegue a dizê-lo explicitamente, Trautmann parece conceber o sistema proto-dravidiano como possuindo a bipartição em $G \pm 2$ (1981: 232, 235-37). O “modelo B” de *Dravidian Kinship* seria por assim dizer mais lógico que a variante tamil (“modelo A”), por estender o contraste fundamental a todas as gerações. Analogamente, Trautmann & Barnes ([1996]) consideram a variante 3 do esquema iroquês como mais coerente que a variante ‘clássica’ 1, pois assimila os primos cruzados a germanos não apenas como parentes de ligação, mas como parentes designados. Desta forma, os autores sugerem um distanciamento máximo entre os tipos dravidiano (cuja versão forte seria o modelo B) e iroquês (cuja versão forte seria a variante 3), e um distanciamento mínimo entre dravidiano e *karia*.

Dravidiano e australiano

Ao analisar o vocabulário *kariera*, Dumont notava que “irmão e irmã designam como *ngaraia* [δ ZD = φ BD] pessoas situadas em duas metades diferentes” ([1970] 1975: 105). Em outras palavras, a classificação nepótica desta terminologia é *idêntica à dravidiana* (e, quanto a isto, à iroquesa): os conjuntos recíprocos em $G \pm 1$ são F + M / Ch e MB + FZ / δ ZCh + φ BCh. Isto faz o dualismo terminológico dos *Kariera*, como o dravidiano, não-isomorfo a qualquer tipo de dualismo sociocêntrico exogâmico (isto é, que classifique H e W em metades opostas)¹². Mas como Dumont perseguia o contraste entre dravidiano e *kariera*, teve que se concentrar em, e se contentar com, aquela diferença nas classificações em $G \pm 2$ que as pesquisas posteriores na Índia mostraram não ter valor diagnóstico. Por isso, sua conclusão sobre a terminologia *kariera* é algo decepcionante, visto ter de admitir que a correspondência entre terminologia e sociologia é meramente analógica:

Esta dicotomia corresponde evidentemente, em alguma medida, à dicotomia da sociedade em ‘metades’; não que os círculos terminológicos correspondam cada um a uma metade, exatamente [...] mas no sentido de que a sociedade, de um lado, e a terminologia, de outro, operam ambas uma dicotomia do corpo social em sua totalidade, e que o vínculo entre as duas partes é o mesmo nos dois casos: o intercassamento ([1970] 1975: 109).

Naquele mesmo ano, contudo, W. Shapiro publicava um artigo onde comparava, sob o rótulo geral de “sistemas de duas seções”, uma terminologia ameríndia de tipo dravidiano — a dos Beaver do Canadá (Ridington 1969) — com as terminologias australianas. Ele notava que as categorias ‘filho’ e ‘filha’, no caso australiano, não eram as mesmas para um homem e para sua esposa: “Esta, de fato, é uma das características distintivas de quase todas as terminologias australianas conhecidas — marido e mulher nunca usam o mesmo termo para designar um outro indivíduo qualquer. Irmão e irmã, em troca, usualmente o fazem” (Shapiro 1970: 384).

12. O mesmo ponto foi observado por Goodenough (1970: 133): “Os termos para ‘filho’ e ‘filha’, que são os mesmos para Ego masculino e feminino, atravessam as divisões de metade ou seção.”

O autor dá como exemplo uma terminologia da Terra de Arnhem. De fato, embora fale de 'Karia' e se refira a Radcliffe-Brown, Shapiro não discute o vocabulário desta sociedade; em uma publicação posterior (1979: 48-50), entretanto, ele distinguirá a classificação dos Karia (F + M / Ch, etc.) do padrão australiano comum. De qualquer modo, em seu artigo de 1970 Shapiro declara que as diferenças entre os tipos australiano e dravidiano em $G \pm 2$ seriam "sociologicamente triviais"; a divergência crucial estaria em $G \pm 1$, como ressalta nos dois esquemas que ele apresenta, com apenas as três gerações centrais:

Australiano ('Karia')			
F	FZ	M	MB
B	Z	MBD/FZD	MBS/FZS
BS	BD	ZD	ZS

Dravidiano (Beaver)			
F	M	FZ	MB
B	Z	MBD/FZD	MBS/FZS
S	D	♂ZD/♀BD	♂ZS/♀BS

Figura 1. Australiano e Dravidiano segundo Shapiro

O autor chama as duas colunas da esquerda de cada diagrama de "lineal section", e as da direita de "affinal section". Notando que, se o esquema "karia" pode ser visto como duas patri-seqüências, a terminologia dos Beaver "carece de qualquer estrutura linear", ele conclui:

Diferentemente do sistema karia, no qual as categorias de pais e sogros [*parents and parents in-law*] e de filhos e cônjuges de filhos [*children and children-in-law*] estão divididas equitativamente entre as seções, o sistema beaver coloca as categorias de pais e filhos em uma seção, e as categorias afins [*in-law*] na outra [...] Em suma, a oposição entre as seções deste último sistema é de tipo 'lineares'/afins

simpliciter, ao passo que esta oposição no caso *kariera* é 'diluída' por um elemento de filiação-descendência [1970: 386].

Shapiro sugere que a maioria de, "se não todos", os sistemas de duas seções fora da Austrália exibe uma estrutura semelhante à dos Beaver, e que o isomorfismo entre organizações dualistas e terminologias de 'duas seções' só se verifica no tipo australiano.

Está claro que o contraste entre os dois esquemas acima opõe uma terminologia estruturada pelo par consangüinidade/afinidade (dravidiano) e outra por um princípio diferente (australiano). Os termos "*lineal*" e "*affinal*" são inadequados: apenas o esquema australiano admite o rótulo "*lineal*" para uma de suas 'seções', visto que o esquema dravidiano "carece de qualquer estrutura linear". Por outro lado, a terminologia australiana não parece admitir o rótulo "*affinal*" para a seção oposta — pelo menos não no mesmo sentido que o tipo dravidiano. E a noção de 'seção' não pode se aplicar do mesmo modo aos dois tipos: a terminologia dravidiana é inconsistente com metades e/ou sua subdivisão em seções; ela não mostra nem duas 'linhas' nem duas 'seções'; seus conjuntos recíprocos atestam que F e M são *parentes do mesmo tipo*, opostos, como paralelos ou consangüíneos, a MB e FZ, ambos cruzados ou afins¹³.

A observação de Shapiro segundo a qual "quase todas as terminologias australianas conhecidas usam uma classificação nepótica diferente" — F(B) + FZ / BCh; MB + M(Z) / ZCh — pode ser confirmada por uma consulta a *Australian Kin Classification* (Scheffler 1978)¹⁴. Ahamos estes conjun-

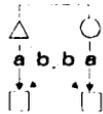
-
13. Os sistemas dravidianos não mostram duas 'linhas' sequer no sentido puramente formal de "*descent line*" adotado por Radcliffe-Brown (Scheffler 1978: 43-51). Se as "*descent lines*", como Leach ([1951] 1961: 57) observou, "são meramente um dispositivo diagramático para se dispor as categorias do sistema de parentesco em relação a um indivíduo central [...] o número de linhas de descendência básicas em um diagrama deste tipo depende meramente de quantos tipos diferentes de parentes são reconhecidos na geração dos avós", então o dravidiano modelo A seria um '*one-line system*', pois ele só reconhece um tipo de parente (por sexo) em G+2.
14. Os termos para G-1 no esquema australiano são independentes do sexo de Ego: $\delta(B)Ch = \varphi BCh \neq \delta ZCh = \varphi(Z)Ch$. Estarei doravante usando, exceto quando explicitamente indicar o contrário, o símbolo 'F' de modo a incluir as posições de F e FB, e igualmente 'M' para M e MZ — assume-se aqui a regra de identificação estrutural entre germanos de mesmo sexo, característica dos modelos 'elementares' de parentesco (Lorrain 1975: 127-

AMBOS OS TRÊS

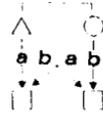
tos recíprocos em sete dos oito grandes tipos terminológicos analisados no livro: “kariera” (Scheffler usa o esquema dos Mari’ngar como exemplo), nyulnyul, karadjeri, arabana, murgin, walbiri, ngarinyin¹⁵.

A exceção à classificação normal em $G_{\pm 1}$ é o tipo chamado “pitjanjara” por Scheffler (e de “aluridja” por Elkin), difundido no Deserto Ocidental. Trata-se de uma terminologia iroquesa com assimilação dos primos cruzados de primeiro grau a germanos (semelhante portanto à ‘variante 3 do cruzamento de tipo B’ de Trautmann & Barnes [1996])¹⁶. O cruzamento é claramente de tipo iroquês: “os primos paralelos e cruzados do pai são classificados como ‘pai’ e ‘irmã do pai’; e os primos paralelos e cruzados da mãe são classificados como ‘mãe’ e ‘irmão da mãe’” (1978: 88). A classificação em $G_{\pm 2}$ é de tipo dravidiano-A ou iroquês: FF = MF, MM = FM, etc. A terminologia nepótica mostra F + M / Ch e MB + FZ / ♀ZCh + ♀BCh. Mas a distinção paralelo/cruzado pode desaparecer em G_{-1} , com todos os parentes sendo ali assimilados a ‘Ch’; a mesma distinção pode se neutralizar em $G+1$, mas apenas para os ‘irmãos’ distantes de M e as ‘irmãs’ distantes do F, designados como ‘F’ e ‘M’¹⁷. Isto se aproxima

29; Tjon Sie Fat 1990: 40). A diferença entre os conjuntos recíprocos dravidiano e australiano em $G_{\pm 1}$ pode ser visualizada nos esquemas abaixo, onde ‘a’ e ‘b’ representam os termos usados pelos membros da geração ascendente para os da geração descendente:

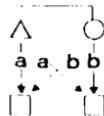


Dravidiano/Iroquês



Australiano

15. O autor não discute o problema posto pelos Kariera ‘etnográficos’ no que respeita à classificação nepótica, decisão curiosa se se recordar que ele já havia enfatizado (Scheffler 1971: 233) a impossibilidade de se explicar as terminologias dravidianas pela “*moiety or two-section system hypothesis*.”
16. Esta variante é muito comum nos sistemas ameríndios: na América do Norte já foi chamada de “tipo cheyenne”, e na América do Sul, algo impropriamente, de “tipo tupi”.
17. Baseado neste traço, Scheffler propõe duas superclasses em $G+1$: “PAI” (F + MB) e “MÃE” (M + FZ). Isto poderia sugerir o terceiro tipo possível de terminologia nepótica simétrica com apenas duas categorias (ver Trautmann 1981: 176-77 para os três casos):



da 'variante 4 do cruzamento B' de Trautmann & Barnes, com seu perfil 'havaiano' mais pronunciado¹⁸. Todos os primos de primeiro e segundo grau, assimilados a germanos, são matrimonialmente interditos; primos além destes graus podem receber uma designação específica, *watjira*, e são considerados desposáveis. Embora estes parentes sejam definidos como filhos de 'MB' e 'FZ' distantes, Scheffler consigna uma informação segundo a qual *qualquer* primo distante seria um *watjira*, não importando o estatuto de cruzamento de seus pais em relação a Ego. Em suma: a terminologia de primos é 'iroquesa variante 3', mas apenas para primos próximos; para os primos distantes encontramos, ou a identificação clássica entre 'primo cruzado de sexo oposto' e 'cônjuge', ou a assimilação de *todos* os primos distantes, 'paralelos' ou 'cruzados', a parceiros matrimoniais, o que inverte a situação prevalecente para os primos próximos, assimilados todos a germanos. Vê-se como o parâmetro da distância é fundamental em ambos os casos.

A exceção pitjanjara tem várias analogias com casos sul-americanos, como veremos. Por ora, observe-se que ela fecha o triângulo tipológico na Austrália: se a terminologia dos Kariera é na verdade 'dravidiana', o tipo pitjanjara é 'iroquês', enquanto todos os demais analisados por Scheffler são variações do padrão até agora chamado 'kariera', e que deveria obviamente ser melhor chamado de 'australiano'. O tipo dravidiano (modelo B) pode ser idêntico à terminologia dos Kariera, mas esta não é idêntica ao tipo 'australiano normal'. Ou seja: Dumont escolheu o exemplo errado para sua tese, e Trautmann um exemplo não-exemplar para a sua.

O tipo terminológico australiano básico é efetivamente consistente com (o que não quer dizer implicado ou causado por) uma bipartição (ou quadripartição) sociocêntrica. Concordo com os argumentos que sustentam serem

Aqui os conjuntos recíprocos seriam: F + MB / ♂Ch + ♂ZCh, e M + FZ / ♀Ch + ♀BCh. Este não é exatamente o caso pitjanjara, onde, como já observei, F e M usam o mesmo termo para Ch (MB e FZ usam em comum um outro termo para G-1: ou "♂ZCh = ♀BCh", ou simplesmente "Ch"). Mas este poderia ser o caso de uma terminologia 'havaiana' em que o sexo absoluto do falante distinguisse os termos para Alter em G-1.

18. Scheffler (: 113-18) compara os tipos pitjanjara e iroquês, mas conclui que as semelhanças são superficiais, pois, como o segundo possui categorias específicas para os primos cruzados, ali MB e FZ não seriam subclasses de "F" e "M". Considerando-se, entretanto, a "variante 3" do tipo iroquês indicada por Trautmann & Barnes, parece-me que a semelhança entre os tipos é perfeitamente admissível.

as terminologias de parentesco necessariamente egocêntricas (Trautmann 1981: 75-76) — o que não significa que elas não possam trazer marcas de ordenamentos institucionais sociocêntricos —, e acho verossímil a tese de que os sistemas de seções são reificações de superclasses terminológicas (Scheffler 1978: cap. 12). Mas tais reificações supõem que a terminologia seja organizada segundo princípios formalmente equivalentes a um cálculo sociocêntrico de ‘classes’ matrimoniais (o que mesmo Scheffler tem que admitir — : 473). As classificações do dravidiano, em troca, exprimem um ‘método das relações’ irredutível ao ‘método das classes’.

Criticando uma afirmação de Ridington sobre o sistema beaver, Shapiro observava:

Ele [R.] afirma que “os cônjuges dos parentes cruzados de um indivíduo devem estar na categoria dos parentes paralelos deste indivíduo, e os cônjuges dos parentes paralelos na categoria dos cruzados.” Mas, em vista do que precede, isto não pode ser verdadeiro, pois a esposa de um ‘MB’ (que é um parente cruzado) é presumivelmente uma ‘FZ’ (também cruzada), e a esposa de um ‘F’ (paralelo) é presumivelmente uma ‘M’ (também paralela). Esta passagem indica ademais uma confusão, da parte de Ridington, entre a lógica da classificação social beaver e a lógica kariera — confusão que, como observei, perpassa boa parte da literatura sobre os sistemas de duas seções [1970: 385-86].

Este ponto também foi marcado por Trautmann para o dravidiano indiano:

[A] classificação de cruzamento feita por parentes de gerações adjacentes não é coordenada. Isto é, diante dos mesmo parentes, Ego distingue paralelos de cruzados de um modo que diverge sistematicamente das discriminações feitas por seu pai, sua mãe, e por qualquer outro membro da geração deles. Da perspectiva de seu pai, por exemplo, a mãe de Ego, bem como as irmãs e irmãos desta, são todos parentes cruzados, ao passo que, para Ego, sua mãe e as irmãs desta são parentes paralelos, mas os irmãos de sua mãe são cruzados. Esta ausência de fronteiras isomórficas de cruzamento entre parentes de gerações sucessivas mostra que o cruzamento não é, em si, uma questão de descendência unilinear [1981: 47-48].

O cálculo categorial dravidiano, portanto, não é transgeracionalmente coordenado. Isto se traduz em uma álgebra de cruzamento relativamente complexa: as regras 2, 4, 6, 8B e 9B de Trautmann (1981: 179-85, 190-93)

exprimem esta propriedade. O cálculo por ‘adição módulo-2’ característico de G0 — consangüíneo de afim é afim, afim de afim é consangüíneo, etc. (a regra 1 de Trautmann) — não pode se aplicar sem restrição geracional e sexual. O método ‘australiano’ de cruzamento, em troca, é simples: é o conhecido cálculo de Kay (1965, 1967), que o imputou erroneamente aos sistemas dravidianos. Tal cálculo (no qual qualquer par B/Z tem o mesmo índice de cruzamento) só prediz corretamente as classificações em contextos unilineares, ou antes, só permite predizer se um Alter é ‘mesmo’ ou ‘outro’ que Ego, conforme sua inclusão real ou formal em categorias sociocêntricas — mais precisamente, em metades exogâmicas (Tyler 1966). Mas, como observou Trautmann, este não é o caso do esquema dravidiano. A álgebra de Kay só coincide com o cálculo dravidiano quando Ego e Alter estão na mesma geração, coincidindo com o australiano sem restrições desse gênero. O problema é que as seções (ou metades) australianas não opõem ‘paralelos’ a ‘cruzados’, ou ‘consangüíneos’ a ‘afins’; o contraste F + FZ *versus* M + MB não é interpretável por estes pares conceituais, mas *quando muito* em termos da oposição que os sistemas dravidianos *não* usam, aquela entre ‘metades’ ou seções paterna e materna. Isto me leva a concluir que o método de Kay não concerne a noção de cruzamento, mantendo no máximo uma relação extrínseca com esse conceito¹⁹.

O cálculo de Kay é assumido diretamente em um conhecido artigo de Kronenfeld (1989). Ali, o autor diz que “[a]s categorias de cruzado e paralelo são *baseadas na descendência*” e acrescenta que “[o] sistema dravidiano produz categorias que são *transgeracionalmente consistentes* e que são *consistentes com uma afiliação a metades*” (1989: 87, 88). Como vimos, os

19. Tome-se por exemplo o *kin-type* δ FFZSDD: esta seria uma parenta paralela pelo cálculo dravidiano (seria uma “D”), e uma parenta cruzada pelo cálculo iroquês (uma “ZD”), independentemente de qualquer regra de descendência; pelo método de Kay, ela seria ‘cruzada’ em um contexto matrilinear, e ‘paralela’ em um contexto patrilinear. Em uma terminologia australiana normal, esta parenta seria, como no esquema dravidiano, uma ‘filha’: se tivermos metades patrilineares, ela pertencerá à metade de Ego, e à metade oposta em caso de matrilinearidade. Mas isto nada tem a ver com paralelismo e cruzamento, e sim com o contraste ‘mesma metade / metade oposta’. Observe-se, de passagem, que os sistemas de quatro seções australianos são independentes da presença de metades (Scheffler 1978: 434, 446): a classificação dos parentes em cada seção e portanto os conjuntos recíprocos são exatamente os mesmos se tivermos metades patrilineares, matrilineares, ou nenhuma metade; apenas o ‘alinhamento’ das seções consecutivas muda.

predicados por mim grifados não são exatos; sua reiteração em um trabalho tão recente atesta a persistência do “feitiço da descendência subjacente” (Dumont [1966] 1975) na análise do dravidiano²⁰.

Enquadrando as categorias

As reações ao arranjo F + M *versus* MB + FZ proposto por Dumont para as terminologias dravidianas se fizeram sentir muito cedo. K. Gough (1959: 202; 1966: 334-35), por exemplo, sugeriu substituir a oposição “consangüíneos/afins” por “parentes lineares ou pseudo-lineares” *versus* “afins”, argumentando que a dicotomia “está sempre relacionada a grupos unilineares”, e classificou a irmã do pai junto com o pai. Keesing (1975: 107-09) perpetuou a confusão entre uma leitura dumontiana e uma de tipo ‘duas seções’ ou ‘linearista’. Assim, após notar que o tipo dravidiano “está freqüentemente associado a metades exogâmicas” (o que é empiricamente falso), ele opõe os contrastes “parentes/afins” (“*kin/affine*”) e “paralelos/cruzados”, dizendo que nos sistemas dravidianos a M seria paralela e ‘afim’, ao passo que a FZ seria cruzada e “*kin*” (em uma situação patrilinear); mas logo em seguida ele apresenta um diagrama genealógico (: 109 fig. 30) onde M e MFBD são indicadas como “cruzadas”, e MFZD como “paralela”...²¹

-
20. Kronenfeld (: 101 n.5) descarta-se das objeções de Scheffler (1971: 233) à derivação das terminologias dravidianas a partir da “*moiety or two-section hypothesis*” dizendo que, mesmo em um sistema de metades, “considerações de expediência cognitiva” explicariam por que F e M classificam sua prole pelos mesmos termos: “[uma] terminologia pode ser ‘consistente com’ [...] um sistema de metades [...] sem ter que ser necessariamente sua réplica exata. O genitor de sexo oposto [*the cross sex parent*] pode ‘saber’ que seus ‘filhos’ são do grupo oposto (‘outros’).” Mas tais considerações de conforto cognitivo não explicam por que ambos os germanos de sexo oposto dos pais (MB, FZ) classificam pelo mesmo termo os filhos de seus germanos (♂ZCh, ♀BCh). Acrescente-se que há terminologias realmente ‘consistentes com’ um sistema de metades, isto é, onde F e M *não* classificam sua prole pelo mesmo termo.
21. Os mal-entendidos sobre a configuração dravidiana mostram uma acentuada tendência à propagação. A famosa gafe teórico-etnográfica de Buchler & Selby (1968: 135), tão castigada por Needham (1971: c-ci), reaparece incólume em *L'Exercice de la parenté* (Héritier 1981: 176), aumentada de uma imprecisão extra. Assim, de acordo com Héritier (que está

Mesmo autores que dissociam a configuração dravidiana de metades ou de princípios de descendência invertem as posições da M e da FZ nos diagramas, baseando-se em considerações que chamaríamos estéticas. Este é o caso de Good (1980, 1981; Barnard & Good 1984: 56) e Allen (1975, [1996]). Good chegou a situar F e FZ na categoria dos ‘paralelos’, M e MB na dos ‘cruzados’ (1981: 114), como na figura abaixo (dou os *kin-types* ‘marcadores’ dos termos tamil usados no original; as categorias de $G \pm 2$ e as distinções de idade relativa em G_0 não são reproduzidas):

paralelo		cruzado	
F	FZ	M	MB
B	Z	MBD/FZD	MBS/FZS
S	D	♂ZD/♀BD	♂ZS/♀BS

Figura 2. Uma outra versão da ‘caixa’ dravidiana
(adaptado de Good 1981: 114)

Esta solução que reúne pares de germanos de cada lado do eixo central, esta “modificação menor no arranjo dos parentes femininos” que supostamente exprimiria melhor que os diagramas de tipo Dumont-Trautmann a relação de aliança (Good 1980: 479, 483), termina por fazer do cruzamento uma propriedade transgeracionalmente coordenada, e da aliança uma relação global e sociocêntrica — o que não parece adequado para o caso dravidiano²². Os diagramas de tipo Good-Allen violam a reciprocidade

falando dos casos indianos), os sistemas dravidianos “*associam terminologia iroquesa e patrilinearidade [...] ao casamento preferencial com a prima cruzada matrilateral*” [eu grifo]. Retifique-se: as terminologias dravidianas *não* pertencem ao tipo iroquês, como já vimos; elas *não* estão necessariamente associadas à patrilinearidade (na Índia do Sul elas estão presentes em sociedades patrilineares ou matrilineares, no Sri Lanka em sociedades cognáticas); elas estão associadas ao casamento ‘prescritivo’ com primos cruzados bilaterais, e com ‘preferências’ ora matrilaterais, ora patrilaterais (cf. Dumont [1957] 1975, que a autora aparentemente ignora).

22. Ver Good 1980 (:479): “Embora defendendo a opinião de que as terminologias de parentesco não estão diretamente relacionadas com a estrutura de grupos sociais, Dumont trata

terminológica, colocando os recíprocos em divisões opostas; eles não descrevem corretamente nem mesmo a classificação australiana, ou uma situação arbitrariamente 'patrilinear' — pois neste caso ♀BCh deveriam estar do mesmo lado que F + FZ e B + Z.

Ao discutir os diferentes arranjos da 'caixa' dravidiana, Allen ([1996]) observou judiciosamente que "a estrutura semântica da terminologia não é uma função dos diagramas usados para evidenciá-la". Sem dúvida; mas este não é o ponto. O ponto é que *os diagramas devem ser uma função da estrutura semântica da terminologia*, ou deixam de ser modelos e se tornam arranjos completamente arbitrários. E o único procedimento intrínseco para a determinação inicial de uma estrutura terminológica é o estabelecimento dos conjuntos recíprocos²³.

Allen está, é claro, ciente do problema. Seu artigo no volume *Transformations of Kinship Systems* ([1996]) é precisamente uma tentativa de determinar a passagem lógica (e histórica) entre configurações 'australianas' e 'dravidianas'. Ele procura minimizar, mas não consegue neutralizar, a diferença que os dois esquemas exibem em $G \pm 1$, e termina obrigado a concluir que 'cruzamento' quer dizer coisas diferentes nas gerações pares e ímpares, que é impossível achar "uma categoria de $G \pm 1$ que seja intrinsecamente cruzada", e mesmo que o cruzamento não é "intrínseco" à proto-estrutura tetrádica que propõe.

Estas dificuldades derivam aparentemente do fato de que há uma efetiva descontinuidade formal entre uma estrutura egocentrada, onde as oposições não são transgeracionalmente coordenadas, e uma estrutura sociocêntrica, onde o universo social é consistentemente dividido em duas ou mais

'parentesco' e 'afinidade' como se fossem atributos de grupos, em lugar de simples modos egocentrados de classificação. Se não fosse assim, como poderia ele descrever tais atributos em termos de suas dimensões diacrônicas?" Mas na mesma página nosso autor argumenta em favor de seu próprio diagrama (onde F + FZ se opõem a M + MB etc.), dizendo que este exprimiria melhor que o de Dumont a dimensão diacrônica da aliança — ou seja, a própria idéia que acabara de criticar.

23. Diga-se de passagem que o debate sobre a universalidade do "princípio da uniformidade dos recíprocos" não tem qualquer pertinência para a presente questão. É curioso observar que o excelente manual de Barnard & Good (1984: 49-53, 56) insiste com justiça no estabelecimento dos conjuntos recíprocos, mas ato contínuo apresenta um diagrama dravidiano onde estes são impavidamente violados. Ver ainda Good (1980: 478), que censura Dumont por tratar "os termos de parentesco separadamente de seus recíprocos".

categorias. O contraste de Dumont entre as perspectivas local e global permanece, portanto, pertinente — o que não quer dizer que elas não possam estar presentes em um mesmo sistema concreto.

Afinidade

Dumont não deixou de contribuir para a indeterminação do contraste australiano/dravidiano. Sua teoria da aliança de casamento, ao definir o sentido *primário* da noção de afinidade (e portanto de consangüinidade) como se referindo a uma relação entre indivíduos do mesmo sexo (1975: 88-89, 50-52), pareceria estar sugerindo ‘metades’ unissexuais paralelas, consistentes com ambos os tipos terminológicos²⁴. Se o tratamento equivalente de F e M como consangüíneos prova que “o vocabulário [dravidiano] não tem nada a ver com a descendência unilinear” (1975: 144 n. h), a definição da aliança como uma relação unissexual não deixa de enfraquecer este argumento e de abrir a porta para a ‘solução global’ australiana — que é igualmente, vale lembrar, uma fórmula de intercasamento. Isto deixaria Dumont apenas com a suposta diferença em $G \pm 2$ para garantir o contraste que perseguia.

Penso porém que o princípio unissexual da aliança de casamento foi, acima de tudo, o modo de Dumont resolver problemas suscitados por seu objeto etnográfico: sociedades com uma nomenclatura perfeitamente ‘bilateral’, mas com grupos unilineares e unilocais e com preferências unilaterais de casamento. Assim, o autor dizia dos Pramalai Kallar, patrilineares e patrilocais: “A terminologia, aqui, leva a considerar a irmã do pai como já casada, e como mãe de primos aliados. Entretanto, ela ao mesmo tempo permanece, em certa medida, uma parenta consangüínea, ela não é tão claramente [...] um aliado como o irmão da mãe” (1975: 54).

Entre os Kondaiyam Kottai Maravar, matrilineares e patrilocais, é o tio materno “que se reveste do caráter ambíguo que marcava a tia paterna entre os Pramalai Kallar. Aqui, ao contrário, a tia é que é o aliado princi-

24. Essa interpretação, a meu ver ilusória, foi explorada amplamente por Hornborg em suas análises dos sistemas de parentesco sul-americanos (1988, 1993).

pal...” (: 55). Isto é: no primeiro caso, o par focal de aliados é F + MB; no segundo, M + FZ. *Não se deve entretanto concluir, da idéia de que a aliança é uma relação entre afins de mesmo sexo, que ela só é herdada por consangüíneos de mesmo sexo*²⁵. Os diagramas pelos quais Dumont contrasta as situações kallar e maravar mostram, *ambos*, Egos masculinos na geração descendente (1975: 56). No caso maravar, a consangüinidade intergeracional conecta um S a uma M, e ali “a tia é o aliado principal” de seu BWS²⁶:

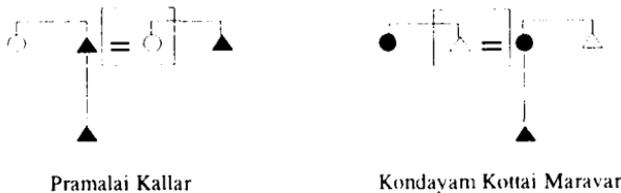


Figura 3. Principais laços de afinidade em dois sistemas dravidianos (Dumont 1975: 56)

Como o autor já havia dito em 1953, ao glosar o ‘átomo de parentesco’ em clave dravidiana patrilinear:

Ego e seu pai estão ligados por um laço que exclui a aliança, e que proponho chamar “laço de consangüinidade”. É preciso fazer uma ressalva relativa ao sexo [...] As duas gerações que se opõem no interior do grupo de consangüinidade são uma geração de germanos masculinos e a geração de seus filhos, sejam estes masculinos ou femininos. *Em outras palavras, a distinção de sexo, se é a condição preliminar da distinção de consangüinidade, não tem relação com a distinção de geração; eis aí um ponto que se deve ter sempre em mente* [1975: 93-94; eu grifo].

25. Cometi tal equívoco alhures (Viveiros de Castro 1994: 185).

26. O que Dumont tem em mente aqui são as diferentes preferências unilaterais de casamento, correlacionadas ao peso das instituições unilineares: casamento matrilateral nos grupos patrilineares, patrilateral nos matrilineares, com modulações ligadas à regra de residência. O MB é o aliado principal no primeiro caso porque o F é o consangüíneo principal, sendo o parente que transmite a descendência, o mesmo sucedendo com a FZ *versus* a M (e não, note-se, FZH *versus* F) no segundo caso.

Isto demonstra, a meu ver, que Dumont não reintroduz nenhum princípio sociocêntrico de descendência na construção do conceito de aliança de casamento, contrariamente ao que Yalman e outros sustentaram. A transmissão da relação aliança tampouco supõe grupos ou categorias ligadas por laços unissexuais: à parte as inflexões produzidas por instituições unilineares supervenientes, os filhos de *ambos* os sexos herdaram as relações de alianças de *ambos* os pais²⁷.

Note-se entretanto aquela curiosa caracterização da FZ em uma situação patrilinear como uma parenta *consangüínea* “em certa medida” (: 54). Esta confusão entre os fenômenos muito diferentes que poderíamos chamar ‘aparentamento’ (ou ‘cognação’), ‘consangüinidade’ e ‘afiliação grupal’ assola a literatura. Dumont, como acabamos de ver, não está livre dela, mesmo sendo quem mais alertou para a impropriedade de se reduzir ‘parentesco’ a ‘consangüinidade’ (1971: 13-15), e quem mais insistiu no fato de que a consangüinidade dravidiana “não tem naturalmente nada a ver com grupos reais” (1975: 95)²⁸.

O contraste *dravidiano* entre ‘consangüinidade’ e ‘afinidade’ *sensu* Dumont é uma oposição *matrimonial* e *categorial* que não envolve nenhuma noção ‘cultural’ de consangüinidade como partilha de substância, e muito menos supõe uma oposição mutuamente exclusiva entre ‘parentesco’ e ‘afinidade’. Um parente como o MZH é tão consangüíneo como o FB ou o F; o MB é tão afim como o FZH ou o WF. O contraste pertinente aqui é $FB=MZH$ *versus* $MB=FZH$; não se trata, portanto, de uma oposição entre parentes ‘consangüíneos’, no sentido de parentes de nascença ou cognatos (ligados por uma série de laços de filiação e/ou germanidade), e ‘afins’, ‘*in-laws*’ e ‘*step-kin*’ (parentes ligados por relações que incluem pelo menos um laço conjugal) — pois neste caso FB e MB se oporiam conjuntamente a

27. O mesmo raciocínio se repete para a oposição ‘matrilinear’ M *versus* FZ: “O grupo de consangüinidade que aparece aqui será formado por uma geração de germanos de sexo feminino, as ‘mães’ (opostas a seus aliados de sexo feminino), e da geração de seus filhos, de ambos os sexos” (: 95; ver diagrama na p. 96).

28. Há ainda um problema de tradução entre o francês e o inglês, sobre o qual Dumont insistiu (1971: 13-16), mas que contribuiu para perpetuar, escrevendo “*kin*” nas versões inglesas de seus trabalhos, onde o original francês trazia “*consanguins*”; note-se que “*consanguinity*” é palavra corrente no vocabulário antropológico inglês desde Morgan, e que autores como Trautmann usam normalmente “*consanguine*” no sentido dumontiano de “*consanguin*”.

MZH e FZH, por exemplo. *Pode* ser o caso que ideologias locais de 'substância' distingam secundariamente FB de MZH (e F de FB), ou FBS de WZH, enquanto parentes designados, mas tais distinções são em princípio neutralizáveis no plano da estrutura terminológica e das regras de casamento (recíprocos idênticos, equivalência como parentes de ligação etc.). A oposição consangüinidade/afinidade *tampouco* é uma distinção unifiliativa entre 'meu grupo' e 'outro grupo' — pois neste caso FB e FZ se oporiam conjuntamente a MZ e MB. *Pode* ser o caso que ideologias unifiliativas compliquem a oposição. Em uma configuração dravidiana matrilinear, por exemplo, é verossímil que o MB seja um parente da categoria 'meu grupo' e o FB um parente da categoria 'grupo aliado'; mas isto *não* faz do primeiro um 'consangüíneo' e do segundo um 'afim'. Aqui, o MB é ao mesmo tempo um parente uterino e um *afim terminológico* (MB = WF); o FB seria um parente agnático e um *consangüíneo* (FBS = MZS = B); a oposição terminológica consangüíneo/afim não coincide com a oposição sociológica uterino/agnático. Em uma configuração dravidiana cognática, por outro lado, FB e MB seriam *igualmente* cognatos de Ego, sem prejuízo do primeiro ser um consangüíneo, o segundo um afim; um MBS seria aqui ao mesmo tempo um afim terminológico e um parente próximo, enquanto um WBWB cognaticamente distante, por exemplo, seria um 'irmão' terminológico sem ser considerado um 'parente de verdade'.

É essencial que não se confunda a oposição dravidiana consangüíneo/afim com aquelas entre 'parente' e 'não-parente', 'agnático' e 'uterino', ou 'mesma metade' e 'metade oposta'²⁹. Tal confusão é perigosa precisamente porque o contraste consangüíneo/afim é freqüentemente sobredeterminado pelas outras oposições, o que produz torções e tensões e define linhas de instabilidade que canalizam a deriva histórica dos sistemas de parentesco (Tyler 1984). Embora sejam distintas, as oposições em

29. Esta é precisamente a confusão que subjaz à imagem dos sistemas de seções dos Pano feita por Hornborg (1993). De modo mais geral, ela se encontra também em autores como Leach ([1959] 1961) e Goody ([1956] 1969) quando estes interpretam, contra o conceito de "filiação complementar" de Fortes, a distinção unilinear entre 'meu grupo' e 'grupo do genitor por quem não passa a descendência' como sempre isomorfa a uma distinção entre 'filiação' (entendida como fundando o 'verdadeiro' parentesco) e 'afinidade'. Pode ser que, em Trobriand, o pai, e entre os Lakher, a mãe, sejam considerados 'afins' de Ego, como quer Leach; mas este certamente não é o caso em sistemas dravidianos, mesmo quando acoplados a morfologias unilineares.

questão possuem certas homologias: ‘consangüíneo’ evoca um conceito de ‘mesmo’, ‘afim’ um conceito de ‘outro’. Nos sistemas dravidianos acoplados a morfologias unilineares, aqueles parentes determinados simultaneamente como ‘mesmos’ (pela regra de afiliação grupal) e ‘afins’ (pela terminologia e regras de casamento) — a FZ em um regime patrilinear, o MB em um matrilinear —, ou como ‘outros’ e ‘consangüíneos’ (M na situação patri-, F na situação matri-) podem vir a ser vistos como ‘ambíguos’, como observou Dumont. Em ambientes cognáticos, por outro lado, a oposição entre afinidade e consangüinidade poderá ser fortemente sobredeterminada por um gradiente de distância genealógica e/ou residencial, ao ponto de introduzir distinções ‘heterodoxas’ do ponto de vista do esquema dravidiano clássico (ver Viveiros de Castro 1993a, Silva 1995, e adiante).

Cruzamento

É provável que a oposição dravidiana entre consangüinidade e afinidade, e seu cálculo subjacente, só se exprimam de modo puro (*simpliciter*, como diria Shapiro) em algumas poucas terminologias de referência — não necessariamente indianas, aliás — consideradas fora de seus contextos institucionais e pragmáticos. Refletindo melhor, entretanto, vê-se que esta pureza um tanto artificial já contém uma mistura: *a assimilação de ‘consangüíneo’ e ‘afim’ a ‘paralelo’ e ‘cruzado’, conceitos que pressupõem um referente genealógico último.*

Héritier (1981: 175) observou que “para além da esfera dos primos de primeiro grau, não há critério simples e universal que permita definir o caráter objetivamente paralelo ou cruzado de uma relação de consangüinidade” (ou de cognação, como seria melhor dizer). Isto é verdade; mas existe um critério “simples e universal” para determinar se um dado parente é *terminologicamente* paralelo ou cruzado: sua equivalência aos parentes genealógicamente primários, isto é, àqueles “objetivamente” paralelos ou cruzados. Eu argumentaria (com Taylor 1989, [1996]), entretanto, que este isomorfismo entre a oposição *categorial* consangüíneo/afim e a oposição *genealógica* paralelo/cruzado não deve ser vista como exprimindo uma identidade essencial, e normativamente definidora do tipo dravidiano, mas

como um caso-limite de uma relação mais complexa que pode 'derivar' em diversas direções, sem que isto signifique uma absoluta autonomia entre os dois pares conceituais.

Isto nos conduz à questão do conteúdo primariamente afim das categorias terminológicas que denotam parentes 'cruzados', tese sustentada por Dumont. Há especialistas que discordam dele no plano etnográfico (Tyler 1984: 93 n. 2); outros, confundindo cognação com consangüinidade e dando a este último conceito uma conotação substancialista 'êmica', afirmam que os afins dravidianos são 'consangüíneos' antes de serem 'afins' (Yalman, David, Carter). Por conta de tais mal-entendidos, Good (1980: 481; 1981: 115) prefere definir a oposição dravidiana como 'paralelo/cruzado', que Dumont havia rejeitado como genealogista e etnocêntrica. Trautmann (1981: 173-ss.) também formula a questão em termos de paralelismo e cruzamento, embora use os símbolos 'C[onsangüíneo]' e 'A[fim]' em suas regras de equivalência. Enquanto permanecemos no interior do marco etnográfico clássico, os méritos respectivos destas duas oposições não são óbvios; como Trautmann demonstra, o que caracteriza o cruzamento dravidiano é precisamente a regra de casamento sobre a qual Dumont tanto insistiu. O problema surge alhures: há outros tipos formais de cruzamento que são normalmente considerados como nada tendo a ver com regimes de aliança — este é justamente, aliás, o caso do cálculo iroquês. Tal independência pareceria sugerir, seja a primazia *de jure* da oposição paralelo/cruzado frente à oposição consangüíneo/afim, seja a absoluta heterogeneidade das formas de cruzamento presentes nas diferentes variantes do tipo 'fusão bifurcada'.

Trautmann (1981: 173-75, 184) tem razão em dizer que a terminologia dravidiana enquanto tal não autoriza a definição 'restrita' (unissexual) de afinidade implicada pelo conceito de 'aliança de casamento', e que Dumont é obrigado a justificá-lo apelando para instituições extra-terminológicas (as prestações matrimoniais, por exemplo). Mas note-se que o cálculo de cruzamento proposto pelo autor de *Dravidian Kinship*, na medida que depende de uma "*cross cousin marriage rule*", faz de uma relação de consangüinidade entre indivíduos de mesma geração e sexo oposto o equivalente de uma relação de afinidade entre indivíduos de mesmo sexo e geração (: 185). Apenas afins de mesmo sexo (e consangüíneos de sexo oposto) produzem afins na geração seguinte; afins — cônjuges terminológicos — de sexo oposto (e consangüíneos de mesmo sexo) produzem consangüíneos: a alian-

ça só se projeta geracionalmente a partir de um par de afins de mesmo sexo³⁰. Neste sentido, MB é primordialmente um afim do F, FZ uma afim da M, e assim por diante. Se tal é ‘culturalmente’ o caso em toda a Índia dravidiana, esta é uma outra questão. O que Dumont parece estar dizendo, entretanto, é que o significado *estrutural* primário da *categoria* que traduzimos como ‘MB’ é *matrimonial*, isto é, o ‘MB’ é antes de mais nada ‘FZH = FWB = WF’; os irmãos reais da mãe seriam apenas casos particulares desta posição eminentemente afim. *O cruzamento é uma manifestação específica da aliança, e não o contrário.*

Na América do Sul indígena, há sociedades que parecem professar uma teoria dumontiana da aliança. Assim, os ‘primos cruzados’ entre os Piaroa são definidos como filhos dos afins de mesmo sexo do pai ou da mãe, mais que como filhos de germanos de sexo oposto ([Overing] Kaplan 1975: 137-38). Entre os Achuar, mais patri-orientados (e poligínicos) que os Piaroa, o cônjuge é concebido como filho de um aliado do pai, não de um consangüíneo da mãe; o sogro paradigmático é o FZH ou o FWB, não o MB, que é não obstante terminologicamente idêntico aos dois anteriores (Taylor 1989). É precisamente o caráter cognático do MB achuar (o fato de ele ser um ‘parente de substância’ da M) que o desqualifica como sogro prototípico; vê-se aqui como a cognação, sobredeterminando a oposição consangüinidade/afinidade no plano ideológico (se não terminológico, como em variantes mais radicais — Silva 1995), esboça a dissociação entre esta e a oposição paralelo/cruzado, revelando-a ademais como estruturalmente primária.

30. Ver a excelente formulação de Silva (1995: 55-56), a propósito da variante waimiri-atroari do dravidiano amazônico: “A relação entre parentes paralelos de mesmo sexo constitui a expressão máxima da consangüinidade, e, analogamente, a relação entre cruzados de mesmo sexo, a expressão máxima da afinidade. Entendo por ‘expressão máxima’ uma fórmula que não tolera qualquer dimensão de ambigüidade estrutural: os paralelos e os cruzados de mesmo sexo são sempre, assim como seus descendentes, consangüíneo ou afins. Entre estes dois tipos de parentes, situam-se os paralelos e os afins de sexo oposto, expressões mínimas da consangüinidade e da afinidade respectivamente: os primeiros, consangüíneo, mas geradores de afins na geração seguinte [...] os segundos, afins, mas geradores de consangüíneo na geração seguinte [...] Em resumo, a expressão mínima da consangüinidade equivale a um princípio de afinidade entre germanos e, inversamente, a expressão mínima de afinidade remete a um princípio de consangüinidade entre afins.”

Os exemplos piaroa e achuar sugerem que *a regra de casamento dravidiano visa a reprodução de uma relação prévia entre afins de mesmo sexo, e não necessária ou imediatamente de uma relação prévia entre germanos de sexo oposto; ela está condicionada pelas alianças anteriores de parentes, não pelo parentesco anterior entre afins*. Assim, se a regra de casamento é o princípio do esquema dravidiano, então a aliança diacrônica não pode ser vista como um “dispositivo arbitrário” (Trautmann 1981: 174). Dumont é claro: “dizer que uma relação de aliança é herdada é a mesma coisa que dizer que uma certa regra de casamento é observada” (1975: 97).

Penso ser fundamental isolar as propriedades distintivas da aliança de suas manifestações genealógicas. Se o esquema dravidiano, como toda terminologia, “age como operador de um sistema matrimonial dentro de uma comunidade”, no dizer de Lévi-Strauss, então ele codifica um certo padrão de repetição de alianças previamente estabelecidas por parentes — no caso dos sistemas ‘elementares’, especificamente por cognatos consanguíneos próximos. Mas *casar-se como um parente* não significa necessariamente *casar-se com um parente* (Viveiros de Castro 1993b: 126): a especificação genealógica do cônjuge como ‘cruzado’ é um caso-limite de sua determinação categorial como ‘afim’; o casamento com um cognato cruzado é a redução ‘elementar’ de uma estrutura de repetição de alianças que não possui inscrição genealógica *a priori*. “O único traço pertinente para definir as estruturas de aliança é, em última análise, a repetição possível ou não de alianças anteriores...” (Héritier 1981: 99)³¹.

A teoria dumontiana da aliança de casamento é de ascendência estruturalista clássica. Ela é, na verdade, a teoria estruturalista do cruzamento. A assimetria entre as relações B/B (=Z/Z) e B/Z (=Z/B) exprime uma estrutura de reciprocidade ligando indivíduos de mesmo sexo através de indivíduos do sexo oposto (Lévi-Strauss 1967: 135, 149). Neste sentido, ‘cruzamento’ e ‘paralelismo’ não têm outro sentido senão matrimonial, nada mais sendo que ‘afinidade’ e ‘consanguinidade’, relações que, numa dada geração

31. Um dos pontos de minha crítica a Héritier (Viveiros de Castro 1990, 1993b, 1994) diz respeito à não-adesão, pela autora de *L'Exercice de la parenté*, a este princípio por ela própria enunciado. Héritier introduz considerações de fechamento genealógico (*bouclage*) em uma análise de sistemas matrimoniais onde o parâmetro de repetição de alianças (*redoublement*) deveria ser “o único traço pertinente”. Ver, sobre isto, Houseman & White [1995] e [1996].

— isto é, na dimensão sincrônica — só podem existir sociologicamente entre indivíduos de mesmo sexo. Isto equivale a dizer que as categorias de parentesco aplicadas ao sexo oposto possuem uma ambigüidade fundamental, sendo ‘tingidas’ simultaneamente pelos valores da consangüinidade e da afinidade. Para um homem, uma irmã é uma consangüínea que produz afins; uma prima cruzada, uma afim que produz consangüíneos. Para cada sexo tomado como termo, o sexo oposto é pura relação, ou antes, um *condutor* de relações de consangüinidade e afinidade entre pessoas do mesmo sexo³².

Ao subordinar o ‘cruzamento’ à aliança, Dumont abriu o caminho para uma consideração do dravidiano que permitiria a subsunção do tipo-ideal etnográfico tamil por uma estrutura mais geral. Mas, ao restringir a noção de aliança a sociedades com uma “regra positiva de casamento”, o eminente indologista terminou por caucionar as posições de Needham e seguidores, esvaziando as terminologias de qualquer conteúdo sociológico e as transformando em meras classificações culturais — subordinando assim, finalmente, a aliança ao vocabulário. Dumont leu *Les Structures élémentaires* como trazendo legitimamente apenas uma “teoria local” válida para sociedades com terminologias ‘prescritivas’. A proibição do incesto posta como princípio geral do parentesco, argumenta Dumont, seria demasiado dependente de uma “teoria semi-empírica da troca” guiada por um imperativo de integração social; é necessário substituí-la pela idéia de “uma oposição distintiva entre consangüinidade e casamento, ou afinidade” (Dumont 1971: 131). O autor propõe assim uma teoria da “integração mental” de oposições conceituais: aliança e troca são coisas diferentes.

O problema é que é difícil imaginar o conteúdo da oposição entre consangüinidade e afinidade, categorias cuja definição mesma supõe a troca matrimonial e a proibição do incesto, na ausência de uma teoria *geral* da aliança. A noção de ‘oposição distintiva’ elude o problema: parentesco não

32. Note-se que nos sistemas de tipo dravidiano-A que admitem o casamento avuncular, ou naqueles dravidianos-B onde há casamentos entre ‘MF’ e ‘DD’ (ver adiante), a alocação de parentes de sexo oposto a Ego nas categorias de afinidade ou consangüinidade é problemática: a Z ou a D de um homem podem se tornar sua WM; o B ou o F de uma mulher podem se tornar seu DH. Mais geralmente, em sistemas com casamento avuncular, apenas as relações *entre homens* são inequivocamente ou afins ou consangüíneas; ver, sobre isto, Fausto 1991 e Houseman & White [1996].

e fonologia, e suas oposições constitutivas não se podem fundar no mero contraste privativo. É verdade que Dumont conclui que os vocabulários dravidianos exprimem uma “teoria sociológica da aliança”; mas então tal teoria não pode ser uma teoria de oposições diacríticas cujo conteúdo deveria primeiro ser estabelecido (Viveiros de Castro 1990: 20-22). É possível construir uma teoria da aliança matrimonial em bases puramente cognitivas (“integração mental”)? O que impõe a aliança? E afinal, é legítimo distinguir o ‘sociológico’ do ‘mental’ do modo que o faz Dumont? A desqualificação do conceito de troca de *Les Structures élémentaires* como noção “semi-empírica” talvez se deva ao fato de que é o próprio Dumont quem entretém uma concepção semi-empírica de troca, restringindo-a aos sistemas matrimoniais de “fórmula global”³³. Apenas assim se pode entender sua afirmação segundo a qual há sistemas de parentesco que não são baseados na troca (1971: 134). O conceito lévi-straussiano de reciprocidade matrimonial não designa, como parece crer Dumont, uma instituição contingente, mas sim a condição formal de possibilidade do parentesco. Dumont reduz a troca e a aliança a instituições, para então decretar que a teoria “restrita” de *Les Structures élémentaires* só se aplica a sociedades providas de tais dispositivos.

Gerações alternas

Os diferentes casos de auto-reciprocidade (explícitos ou revelados pela determinação de superclasses) entre gerações alternas, presentes em terminologias de tipo australiano ou dravidiano, são um índice seguro da presença de princípios classificatórios menos evidentes mas igualmente operativos nas terminologias sem auto-recíprocos. No caso australiano, o esquema

33. Se entendo Dumont corretamente, a noção de “troca matrimonial” só se aplicaria com propriedade a sistemas dotados de fórmulas globais de intercasamento; Dumont a interpreta como um dispositivo morfológico de integração segmentar. A noção de “aliança de casamento”, por sua vez, seria mais geralmente aplicada a todo sistema com uma “regra positiva de casamento” (terminologia prescritiva), sendo um dispositivo de “integração mental”, isto é, de repetição de oposições conceituais analiticamente (tautologicamente) definidas.

mais simples inerente à terminologia contém as seguintes equivalências, que correspondem às quatro seções básicas (Scheffler 1978: 446-49):

1. $FF + MM = B + Z = \delta SCh + \varphi DCh$
2. $MF + FM = FZCh/MBCh = \delta DCh + \varphi SCh$
3. $F(B) = \delta(B)Ch, FZ = \varphi BCh \rightarrow [F + FZ = BCh]$
4. $MB = \delta ZCh, M(Z) = \varphi(Z)Ch \rightarrow [MB + M = ZCh]$

A representação em diagrama de caixa deste esquema exige uma decisão arbitrária sobre o alinhamento das seções consecutivas. Assim, em um arranjo 'patrilíneo'³⁴:

Seções 1-3		Seções 2-4	
FF	MM	FM	MF
FB	FZ	MZ	MB
B	Z	FZD/MBD	FZS/MBS
BS	BD	ZD	ZS
$\delta SS/\varphi DS$	$\delta SD/\varphi DD$	$\delta DD/\varphi SD$	$\delta DS/\varphi SS$

Figura 4. Classificação australiana

No esquema dravidiano 'modelo B', as equivalências 1 e 2 são idênticas às australianas. Mas as equivalências correspondentes a 3 e 4 devem respeitar os conjuntos recíprocos de todo sistema dravidiano:

1. $FF + MM = B + Z = \delta SCh + \varphi DCh$

34. Nos três diagramas seguintes (figuras 4, 5 e 6), emprego os símbolos 'FB', 'MZ', 'BS', 'BD' etc. para indicar que estamos aqui tratando de posições classificatórias que cobrem parentes lineares e colaterais, bem como para enfatizar a distinção entre sistemas onde o sexo relativo de Ego é um parâmetro (dravidiano: $\delta ZCh, \varphi BCh$ etc.) e aqueles onde ele não é (australiano: Bch, Zch etc.).

AMBOS OS TRÊS

2. MF + FM = FZCh/MBCh = ♂DCh + ♀SCh

3'. F(B) = ♂(B)Ch, M(Z) = ♀(Z)Ch → [F + M = Ch]

4'. MB = ♂ZCh, FZ = ♀BCh → [MB + FZ = ♂ZCh/♀BCh]

A superposição das gerações alternas expressa nas equivalências 1, 2, 3' e 4' não faz senão consolidar os conjuntos característicos das terminologias dravidianas: "A análise dos conjuntos recíprocos mostra que o irmão da mãe e os filhos da irmã de um Ego masculino *caem na mesma classe*, e as regras de classificação que indiquei tendem a mostrar que *esta é a mesma classe em que se acham os cônjuges*" (Trautmann 1981: 185; eu grifo). Ou seja: as equivalências 1 e 3' definem a classe dos parentes consanguíneos (paralelos), as equivalências 2 e 4' a classe dos parentes afins (cruzados)³⁵. É fácil ver que as classes 3' e 4' não podem se constituir em seções exogâmicas como as classes 3 e 4 do esquema australiano acima, pois elas separam germanos e juntam cônjuges — são classes egocêntricas, como pode ser visto na figura abaixo:

Classes 1-3'		Classes 2-4'	
FF	MM	FM	MF
FB	MZ	FZ	MB
B	Z	FZD/MBD	FZS/MBS
♂BS/♀ZS	♂BD/♀ZD	♂ZD/♀BD	♂ZS/♀BS
♂SS/♀DS	♂SD/♀DD	♂DD/♀SD	♂DS/♀SS

Figura 5. Classificação dravidiana-B

Em *Dravidian Kinship*, Trautmann registra uns poucos casos indianos da equivalência 3' (: 43, 141-42, 144). Na América do Sul, achamos um dravidiano-B que exhibe, além das equivalências 1 e 2, a equivalência 4': FZ

35. Trautmann (: 233) observa que nenhuma terminologia centro-dravidiana de sua amostra exhibe tais equivalências simples e completas. Mas Tyler (1984) propôs um modelo proto-centro-dravidiano com auto-recíprocos em todas as gerações alternas.

= ♂ZD/♀BD e MB = ♂ZS/♀BS. Trata-se do sistema dos Panare ocidentais (caribes do Médio Orinoco), estudado por Paul Henley (1972: 89-103; [s.d.]). Este autor não parece considerar tal equivalência como distinguindo o sistema panare dos sistemas dos Pano da Amazônia ocidental, evocados por ele como análogos do primeiro; mas os sistemas pano — ou antes, alguns de seus registros terminológicos — pertencem claramente ao tipo australiano (que o autor chama “kariera”), pois fazem FZ = ♂BD, M = ♂ZD. Já o diagrama de caixa que Henley apresenta separa consanguíneos de afins de modo inequivocamente dravidiano em *todas* as gerações. Em outras palavras, a estrutura terminológica panare é um exemplo da figura 5 acima, não da figura 4 (como é o caso dos sistemas pano; ver adiante).

Como outros sistemas com auto-recíprocos em gerações alternas, o sistema panare equaciona matrimonialmente membros de uma mesma categoria: um homem pode desposar a FM = FZD/MBD = DD. Mas aqui acontece a “*major inconsistency*” notada por Henley: os Panare ocidentais dizem ser lícito e desejável o casamento com a filha de uma *wa'nene*, categoria que abarca as posições de FZ e de ♂ZD (ou seja, como FZ = ♂ZD, FZD e ZDD são identificadas e consideradas desposáveis); pela regra de casamento com a prima cruzada bilateral (que é a regra básica), entretanto, ♂ZDD = SD — só que esta parenta é paralela pela equivalência 1; apenas a DD é inequivocamente desposável (pois cruzada) nesta geração. A solução panare é pragmática: “quando uma *wa'nene* de G-1 se casa com o próprio filho de Ego ou com um outro parente próximo deste tipo, sua filha não é considerada como desposável; mas se a *wa'nene* se casou com um parente mais afastado de Ego, então sua filha é considerada uma esposa inteiramente apropriada” (Henley [s.d.]). Semelhante recurso ao parâmetro da distância genealógica não faz senão contornar o problema formal: a falta de coordenação entre as distinções consanguíneo/afim em gerações sucessivas produz uma inconsistência sublinhada pelo auto-recíproco FZ = ♂ZD, potencialmente presente em todos os esquemas dravidianos. Isto parece sugerir que o modelo B da configuração dravidiana é *estruturalmente instável*, ainda que Trautmann o considere como algo mais ‘lógico’ que o dravidiano-A (ver nota 11 *supra*).

Uma instabilidade análoga, aliás, está presente nas variantes avunculares do dravidiano-A (Rivière 1969; Good 1980; Fausto 1991, 1995), onde surgem identidades genealógicas entre parentes ‘paralelos’ e ‘cruzados’ como FZD = M, Z = WM, B = ♀DH, bem como identidades terminoló-

gicas do tipo $ZD = MBDy = FZDy = MZy (= WZ)$, que combinam os princípios formalmente contraditórios de casamento com $ZD (= MBD)$ e com FZD . O parâmetro da idade relativa ($MBDy/FZDy \neq MBDe/FZDe$) e a clivagem linear/colateral ($M \neq MZ$) funcionam aqui de um modo similar a diferença genealógica $ZDH \neq S$ para os Panare.

Henley ([s.d.]) observa que os Panare meridionais, que possuiriam uma terminologia “ainda mais convencionalmente dravidiana” que a dos Panare ocidentais, não fazem a equivalência $FZ = \delta ZD$, mas sim $M = \delta ZD$. Isto, como reconhece o autor, é consistente com o uso de termos paralelos de germanidade para δSCh ; isto, entretanto, é a equivalência 4 australiana, que *não* é consistente com a dicotomia dravidiana, pois identifica um consanguíneo (M) a um afim (δZD)³⁶.

Tjon Sie Fat ([1996]) estabeleceu recentemente a álgebra completa de cruzamento do dravidiano-A, chamando a atenção para sua associatividade restrita. Eu sugeriria que o modelo B tampouco exhibe associatividade perfeita. Comparem-se por exemplo as classificações australiana e dravidiana-B de um *kin-type* como FFZ . Lançando mão das equivalências estruturais entre gerações alternas, teríamos, para o caso australiano, as seguintes reduções ‘*bracketing-independent*’: $F\{FZ\} = FD = Z$ e $\{FF\}Z = BZ = Z$. Já no caso dravidiano-B, as equivalências (cf. a equação 4’) gerariam duas derivações incompatíveis: $F\{FZ\} = FZD = W$ ou $\{FF\}Z = BZ = Z$.

Finalmente, a relação entre os modelos A e B do dravidiano *não* parece se reduzir à questão da presença ou ausência da dimensão do cruzamento em $G \pm 2$. Assim, se FFZ ou MMB são parentes *paralelos* no dravidiano-B, eles são parentes *cruzados* no dravidiano-A, como indicam as tabelas de multiplicação e os diagramas de Tjon Sie Fat. Mas se as equivalências do modelo B ($FFZ = MM$, $MMB = FF$) podem ser consideradas como exprimindo a regra de casamento de primos cruzados em $G+2$, como se deve interpretar o estatuto ‘cruzado’ de MMB e FFZ no modelo A? Note-se, contudo, que o caráter ‘cruzado’ destes *kin-types* não se realiza terminologicamente no modelo A, onde $MMB = FF = MF$ e $FFZ = MM =$

36. Voltando à Índia: os diagramas com auto-recíprocos apresentados em Tyler 1984 (: 97-98) não permitem discernir se as equivalências em $G \pm 1$ para o proto-centro-dravidiano são de tipo australiano ou dravidiano. Mas se elas fazem $FZ = \delta D$, $M = \delta ZD$, então são de tipo australiano, não podendo ser reduzidas à oposição ‘paralelo/cruzado’ característica do esquema dravidiano padrão.

FM³⁷. Em suma... o tipo dravidiano não parece manifestar a 'simplicidade clássica' que tantas vezes se lhe atribuiu.

A Amazônia abunda em exemplos de esquemas de tipo dravidiano-A; o caso dos Panare ocidentais, como vimos, é um dos poucos registrados de dravidiano-B, ocorrendo aliás em uma área (a Guiana) dominada pelo primeiro tipo; entre os já mencionados Pano da Amazônia ocidental, há vários exemplos relativamente bem descritos de terminologias australianóides, por vezes associadas a seções e metades. Mas encontramos também na Amazônia uma configuração muito rara, talvez única no mundo: a terminologia dos Cuiva (Guahibo), caçadores-coletores nômades das savanas orientais da Colômbia (Arcand 1977; ver também Campbell 1989: 142-63), região não muito distante, portanto, do território dos Panare ocidentais. Os Cuiva exemplificam um terceiro tipo de redução por auto-reciprocidade a quatro superclasses:

$$1'. FF + MM = FZCh/MBCh (= H, W) = \delta SCh + \text{♀} DCh$$

$$2'. MF + FM = B + Z = \delta DCh + \text{♀} SCh$$

$$3''. F(B) = \delta ZS + \text{♀}(Z)S, FZ = \delta ZD + \text{♀}(Z)D \rightarrow [F + FZ = ZCh]$$

$$4''. MB = \delta(B)S + \text{♀}BS, M(Z) = \delta(B)D + \text{♀}BD \rightarrow [MB + M = BCh]$$

Essa estrutura possui várias propriedades curiosas. Sua terminologia nepótica é de tipo 'australiano': H e W não chamam seus Ch pelos mesmos termos; B e Z chamam $\delta ZCh = \text{♀}Ch$ pelo mesmo termo, e $\delta Ch = \text{♀}BCh$ por outro termo. Mas estes dois termos são os mesmos que designam $F + FZ (= \delta ZCh = \text{♀}Ch)$ e $MB + M (= \delta Ch = \text{♀}BCh)$, e não, como no caso australiano, $MB + M (= \delta ZCh + \text{♀}Ch)$ e $F + FZ (= \delta Ch + \text{♀}BCh)$. Esta inversão sugere, assim como as equivalências entre as gerações pares, que também torcem as equivalências australianas ao modo de uma corda, uma transmissão sexualmente cruzada de estatuto terminológico que é inconsistente, ao contrário do caso australiano, com o alinhamento das

37. Ver, para isso tudo, Trautmann 1981: 190-91. O problema dos Panare ocidentais evocado acima parece ser o seguinte: eles formulam sua regra de casamento ("com a filha de uma *wa'nene*") consoante a regra 9.3A de Trautmann, mas usam um cálculo terminológico de tipo 9.3B.

quatro 'seções' em metades unilineares exogâmicas, sendo contudo (e aqui ao contrário do caso dravidiano) igualmente inconsistente com uma divisão entre consangüíneos e afins. Na figura abaixo, os símbolos em *itálico* mostram os ciclos terminológicos das 'linhas' do MF e do FF; os símbolos em *romano*, os ciclos das 'linhas' da FM e da MM. Nas gerações alternas, eles indicam os auto-recíprocos³⁸:

'Seções' 2'-4''		'Seções' 1'-3''	
<i>MF</i>	FM	MM	<i>FF</i>
MB	<i>MZ</i>	<i>FZ</i>	FB
<i>B</i>	Z	FZD/MBD	<i>FZS/MBS</i>
BS	<i>BD</i>	<i>ZD</i>	ZS
<i>♂DS/♀SS</i>	<i>♂DD/♀SD</i>	<i>♂SD/♀DD</i>	<i>♂SS/♀DS</i>

Figura 6. Classificação *cuiva*

O esquema de aliança derivável da terminologia *cuiva* é uma espécie de 'super-kariera', onde um homem só reproduz sua própria posição terminológica e seccional em um descendente patrilinear a cada quatro gerações (Ego masculino = SSSS), em lugar de a cada duas, como no caso *kariera*; em linhas alternadamente masculino-femininas, o ciclo é obviamente de apenas duas gerações: *MF* → (*MZ*) → *Ego* → (*BD*) → *♂DS/♀SS*, ou *FF* → (*FZ*) → *FZS/MBS* → (*ZD*) → *♂SS/♀DS*, e assim por diante (ver Arcand 1977: 29-30).

Cabe notar que os *Cuiva* se casam com seus primos cruzados bilaterais de primeiro grau; que *MB* = *WF* e *FZ* = *WM*; e que eles não possuem seções ou categorias de descendência³⁹. Na verdade (e veremos as analo-

38. As seções estão 'zeradas' em G0; por isto, este diagrama inverte os dois anteriores, trazendo as seções pares à esquerda (mantendo assim B/Z, i.e. Ego, sempre à esquerda) e as ímpares à direita.

39. O casamento *cuiva* parece unir apenas membros da mesma geração (terminológica ou genealógica?) — Arcand 1977: 25. Seja como for, note-se que a inconsistência entre terminologia e regra de casamento do caso *panare* ocidental não aparece aqui: um homem

gias com os Pano mais adiante), esta terminologia auto-recíproca e 'socio-cêntrica' dos Cuiva coexiste com um núcleo terminológico perfeitamente dravidiano.

Dravidiano e iroquês

Insisti acima sobre o fato de que as configurações dravidiana e australiana, apesar de algumas semelhanças básicas entre seus cálculos terminológicos — em ambos os tipos os primos cruzados do pai são classificados como "irmãos de mãe" e "mães", os primos cruzados da mãe são "pais" e "irmãs de pai", os filhos da prima cruzada de um homem são chamados "filhos" por este homem, etc. —, e apesar de sua comum 'prescritividade', constituem-se em estruturas terminológicas diferentes, pois cada seção ou superclasse de geração ímpar do esquema australiano contém parentes consangüíneos e afins, ao passo que nenhuma supercategoria dravidiana permite a equivalência entre parentes consangüíneos e afins — a distinção é, neste último caso, formalmente absoluta. Passaremos agora ao problema de saber se os sistemas dravidiano e iroquês são de fato dois tipos *fundamentalmente* diferentes, como afirmou Trautmann (1981: 88). Pode-se imaginar que, assim como concluí ser a distância entre dravidiano e australiano algo maior do que dizia Trautmann, irei argumentar simetricamente que a diferença entre dravidiano e iroquês não é tão radical assim.

O cálculo de cruzamento e a presença ou ausência de termos separados de afinidade são os dois aspectos usualmente tomados como traços diagnósticos da diferença iroquês/dravidiano. Para Dumont, estes dois aspectos são na verdade uma coisa só (pois 'cruzamento' é afinidade) no caso dravidiano: "o traço geral e característico de terminologias associadas ao casamento de primos cruzados é a ausência de termos específicos para parentes por afinidade" (1971: 114; ver também [1957, 1953] 1975: 50, 94). Para Trautmann, a relação é igualmente intrínseca: o cálculo dravidiano supõe uma regra de casamento de primos cruzados, cujo equivalente semântico é

poderia desposar sua ZDD = SD, pois esta parenta estaria na mesma classe terminológica que a FZD/MBD. Tudo se passa como se os Panare usassem uma terminologia dravidiana-B e uma regra de casamento cuiva.

uma “*opposite-sex cross cousin-spouse equation rule*” (1981: 55-56) que assimila ‘cruzado’ a ‘afim’. A presença de termos separados de afinidade nas terminologias de tipo iroquês, em troca, se explicaria precisamente pela ausência de uma regra de casamento de primos cruzados (:85).

Buchler & Selby (1968: 234), que adotam a teoria de Dumont sobre os sistemas dravidianos, consideram que dravidiano e iroquês “são tão diferentes quanto uma baleia de um peixe”, repetindo um famoso clichê (cf. Lévi-Strauss 1966: 18, sobre a diferença entre sistemas de casamento matrilateral e sistemas crow-omaha). A presença/ausência de termos separados de afinidade é vista por eles como uma distinção *toto caelo*⁴⁰. A oposição-mestra dos sistemas dravidianos seria, dizem, “cognatos/afins” (eis um exemplo típico da confusão entre ‘parentesco’ e ‘consangüinidade’...), e o casamento seria regulado pelo “código terminológico”; a oposição-mestra dos sistemas iroqueses, em troca, seria “parentes paralelos/cruzados”, e o casamento seria ali regulado por “diversas instituições sociais” (: 233).

Scheffler (1971) parece ser a principal voz discordante (ouvida, entre outros, por Keesing 1975: 110-11) quanto a tudo isso. Enfatizando a diferença entre dravidiano e iroquês do ponto de vista do cruzamento, Scheffler sustenta entretanto que: (1) tal diferença reside exclusivamente no modo de extensão da oposição ‘paralelos/cruzados’ aos colaterais distantes — a definição de cruzamento seria idêntica em ambos os tipos para os parentes focais (primários); (2) há uma terceira modalidade de cruzamento (o tipo kuma), que seria logicamente ‘equidistante’ do dravidiano e do iroquês; (3) não há relação necessária entre o cálculo de cruzamento e as equações de afinidade típicas do dravidianato (MB = WF etc.): em muitos sistemas dravidianos os primos cruzados próximos não são desposáveis; há sistemas com cruzamento dravidiano e com termos separados de afinidade; e há sistemas iroqueses com algumas equivalências entre cruzados e afins; (4)

40. Entretanto, como admitem os autores, a presença de uma série de termos específicos de afinidade caracterizaria apenas “virtualmente todos” os sistemas iroqueses (*ibid.*); ver também Buchler (1967: 23): “*presque tous les systèmes iroquois*”. Estas ressalvas são importantes, como veremos. Buchler & Selby (: 233) fazem uma escolha infeliz, quando usam as posições de H e W para ilustrar a ausência de “*distinct affinal assignments*” nos sistemas dravidianos — estas são justamente as posições que quase todos os sistemas deste tipo distinguem terminologicamente como parentes designados.

conseqüentemente, não há nenhuma relação entre as classificações dravidianas e qualquer tipo de regra de casamento.

Penso que Trautmann (1981: 61-62) demonstrou definitiva e brilhantemente, contra Scheffler, a centralidade lógica da “*opposite-sex cross cousin-spouse equation rule*” (ver também Overing Kaplan 1984) para as terminologias dravidianas. De outro lado, sua igualmente convincente demonstração da ancestralidade histórica concreta do casamento de primos cruzados (como instituição social) na Índia, que forneceria aos indologistas uma espécie de ponto-zero a partir do qual avaliar a “ocasional impropriedade etnológica da regra de casamento bilateral” (*ibid.*)⁴¹ não é de grande ajuda para os antropólogos que estudam o dravidianato não-indiano. Do ponto de vista do dravidiano como *tipo morfológico*, esta hipótese ‘historicista’ (perfeitamente justificável no caso da Índia, onde há evidências documentais muito antigas) tomada em sentido absoluto seria ao mesmo tempo demasiado forte e demasiado simples. Ela suporia uma *transparência original entre terminologia e aliança*, perdida de algum modo ao longo da história. Tal idéia, além de oferecer todas as dificuldades da regressão infinita, termina por caucionar a interpretação genealogista das terminologias avançada por Scheffler, bem como sua exigência de isomorfismo entre regras semânticas e normas (ou mesmo estatísticas) matrimoniais. Se, como sustento aqui, a oposição consangüinidade/afinidade engloba logicamente a oposição paralelo/cruzado — em outras palavras, se o vocabulário de parentesco dravidiano se organiza como um conjunto de *categorias* que demarcam posições em um campo social estruturado pela *aliança* —, então sua tradução genealógica é contingente. Postular uma coincidência primeva geral entre terminologia e aliança genealógicamente definida (posição que Trautmann *não* defende, diga-se de passagem) equivaleria a uma espécie de extensionismo filogenético, além de sugerir uma leitura evolucionista da noção de ‘estrutura elementar’.

Penso ainda que, se as conclusões de Scheffler são questionáveis (eu, por exemplo, não as aceito), isto não desqualifica os problemas que ele levantou. Isolar o dravidianato indiano e dizer que os argumentos de Scheffler são inválidos porque todas as ‘anomalias’ podem *ali* ser postas na

41. Trautmann se refere com isso ao fato de que, em alguns sistemas dravidianos indianos, os casamento com certos primos cruzados (próximos, ou bilaterais, ou unilaterais) são proibidos ou menos preferidos, e ao fato de que várias terminologias deste tipo apresentam termos separados de afinidade.

conta de contatos e mudanças históricas, ou insistir na opacidade matrimonial do tipo iroquês de modo a maximizar o contraste entre ele e o tipo dravidiano — estas me parecem estratégias defensivas algo improvisadas.

Em primeiro lugar, a distinção radical entre dravidiano e iroquês, na medida em que se baseia na relação intrínseca entre tipo de cruzamento e presença/ausência de termos separados de afinidade, evoca a antiga e duvidosa oposição entre sistemas “prescritivos” e “preferenciais”, bem como a confusão de Needham (e Dumont) entre estruturas elementares e sistemas prescritivos. Isto abre as portas para as teses anti-aliancistas de Scheffler, ao admitir que o ‘cruzamento’ não é, em si, um fenômeno associado à aliança, seja porque um parente ‘cruzado’ nem sempre é um afim, seja porque a noção de ‘cruzamento’ designa na verdade coisas completamente diferentes nos dois tipos terminológicos, significando afinidade apenas no caso dravidiano.

Em segundo lugar, a tese da diferença *fundamental* entre os tipos de cruzamento é etnograficamente forçada: em sociedades geograficamente próximas, de mesma base lingüística e cultural, encontramos terminologias ora iroquesas, ora dravidianas; a paisagem sociológica das duas Américas está cheia de exemplos. Existe além disso uma notável variedade interna aos dois tipos (maior, aliás, que os dois ‘modelos’ dravidianos e as quatro ‘variantes’ iroquesas propostas por Trautmann e Barnes), bem como uma quantidade de formas de transição registradas pela etnografia, o que sugere que estamos operando com modelos ainda excessivamente próximos de paradigmas empíricos arbitrariamente escolhidos como tipos-ideais. Por fim, se o cruzamento iroquês (ou kuma, ou outro) não admite correlação com uma estrutura de troca matrimonial, qual seria então seu sentido? A semelhança entre as classificações dravidiana e iroquesa (variante 1) dos primos de primeiro grau e a identidade entre as respectivas estruturas dos conjuntos recíprocos em $G \pm 1$ seriam meramente acidentais?

O argumento em favor de uma heterogeneidade radical entre dravidiano e iroquês é sobretudo anti-econômico. Ele é redundante, ao requerer duas ordens de razões para os cruzamentos dravidiano e iroquês: casamento de primos no primeiro caso, e alguma dimensão puramente semântico-cognitiva no segundo (algo como ‘sexo relativo’). Parece assim mais interessante trabalhar com a idéia de uma base comum aos dois tipos. Scheffler aproximou dravidiano de iroquês para recusar a ambos qualquer correlato sociológico. A hipótese que prefiro, ao contrário, supõe que *ambos* os tipos

de ‘cruzamento’ podem ser vistos como formalmente compatíveis com algum regime de troca matrimonial — o que *não* significa evidentemente que eles possam sempre ser interpretados como ‘prescrevendo’ casamento com um cognato cruzado: “[uma] estrutura de troca não depende da prescrição de um cônjuge preferencial”, como Lévi-Strauss já advertira (1967: 541)⁴².

Assumo como definição mínima de ‘cruzamento’ a marcação terminológica da diferença entre relações onde um germano de mesmo sexo é o parente de ligação e aquelas onde o parente de ligação é um germano de sexo oposto. A menos de se reificar a relação entre germanos de sexo oposto e se a colocar como superior à relação entre afins de mesmo sexo⁴³ — fazendo da anterioridade ‘cronológica’ da primeira uma preeminência lógica, quando na verdade é a *não-desposabilidade* do germano de sexo oposto que o *define* como consangüíneo —, o ‘cruzamento’ deve ser visto como uma propriedade derivada de uma estrutura de aliança. Minha hipótese, portanto, é que ele sempre contém uma implicação matrimonial, direta ou indireta.

A ausência de termos separados de afinidade é um traço freqüentemente associado com terminologias dravidianas (e australianas). Como alguns autores observaram (Parkin [1996]), entretanto, uma terminologia com cruzamento dravidiano e termos separados de afinidade é perfeitamente concebível — e não faltam exemplos. Se a *ausência* de termos específicos de afinidade pode ser um bom índice da ‘elementaridade’ de um sistema de parentesco, a *presença* de tais termos não garante ao contrário que ele seja ‘complexo’ *sensu* Lévi-Strauss, isto é, que nele o parentesco não desempenhe nenhum papel positivo na escolha dos cônjuges. Na Amazônia, sistemas com cruzamento dravidiano e preferência explícita por casamentos com primos cruzados bilaterais cognaticamente próximos (ou por casamento entre MB e ZD) usualmente exibem conjuntos mais ou menos completos de termos separados de afinidade (ver por exemplo Rivière 1984: 47-48, 61,

42. Misturando caracteristicamente, aliás, as noções de ‘prescrição’ e ‘preferência’, para horror dos comentadores ingleses. Esta observação de Lévi-Strauss é amplamente ilustrada por Tjon Sie Fat (1990: 113, *passim*); ver também Viveiros de Castro 1990 e Houseman & White [1995].

43. Este me parece ser o problema das “leis fundamentais do parentesco” de Héritier (1981), supostamente anteriores à troca matrimonial como princípio.

69; Jackson 1983: 121-22; Seymour-Smith 1988: 211-14; Viveiros de Castro 1992: 397-99; Fausto 1995: 66-67)⁴⁴. Aqui, diferentemente da situação indiana, não parece ser possível resolver o problema recorrendo a influências alógenas (Trautmann 1981: 122-24), ou estabelecendo uma direção unilateral de mudança — e supondo assim um estado original de 'pureza' prescritiva (ver Viveiros de Castro 1993a)⁴⁵.

O essencial, Trautmann ponderaria, é que os termos de afinidade sejam redundantes do ponto de vista das discriminações dravidianas básicas, isto é, que ele não atravessem as células da 'caixa' terminológica, e em especial o divisor paralelos/cruzados. Mas a separação terminológica dos afins reais, em ambiente dravidiano, mesmo se logicamente redundante — o que nem sempre é o caso —, nunca é sociologicamente redundante. Na situação amazônica, os etnógrafos ligaram este fenômeno a uma tensão entre a regra de casamento e os sistemas de atitudes, e à presença de uma distinção entre afins aparentados e não-aparentados. O que parece estar em jogo ali é o caráter fundamentalmente ambíguo da afinidade na Amazônia, uma ambigüidade que termina por atualizar uma possibilidade inerente a todo esquema dravidiano: a subdivisão de suas categorias básicas pela interferência de outras oposições estruturais. Sublinhe-se ainda o aspecto de

-
44. Como é bem sabido, na Índia dravidiana, na Austrália e alhures, a identificação *terminológica* entre parentes cruzados próximos e parentes afins pode ser acompanhada de restrições quanto à sua tradução em identificação *genealógica*. Os casos amazônicos mostram, inversamente, que uma identificação genealógica preferencial pode estar associada a uma separação terminológica. (Para a útil distinção entre identificações genealógica e terminológica, ver Good 1980).
45. Hornborg (1993), apoiando-se em Buchler & Selby para afirmar que "o traço definidor de um sistema dravidiano é que os termos para os colaterais cruzados são os mesmos que os termos para os afins", explica a existência de conjuntos separados de termos de afinidade no dravidiano amazônico pela interveniência de morfologias unilineares, as quais confundiriam as oposições 'consanguíneo/afins' e 'mesmo grupo/outro grupo'. Mas este contraste, que visa essencialmente opor os Tukano patrilineares (com termos separados de afinidade) e os Caribe cognáticos (sem eles), tropeça nas referências de Rivièrè (1984) a sistemas caribe com termos de afinidade, isto para não falarmos nos casos tupi-guarani onde não há traços de unilinearidade — os Araweté são um bom exemplo (Viveiros de Castro 1992). Recordemos, por fim e sobretudo, que as castas tamil estudadas por Dumont são *todas* unilineares, e *nenhuma* de suas terminologias exhibe termos separados de afinidade: assim, a FZ em um contexto patrilinear pode permanecer "ambígua", como diz Dumont; isto é, não parece haver nenhuma exigência de a distinguir da WM, etc. Em suma: o raciocínio de Hornborg não é abonado pela etnografia amazônica, e tampouco por paralelos indianos.

gradiente do fenômeno, e sua complexidade contextual. É comum, nas terminologias amazônicas, a marcação de apenas algumas posições de afinidade efetiva com termos específicos, enquanto outros permanecem com as equivalências 'prescritivas'. O tipo e o número de posições marcadas varia de um sistema a outro: elas se distribuem conforme o nível geracional, o sexo absoluto ou relativo de Ego e Alter, as posições no ciclo de vida dos envolvidos, os contextos genealógicos e pragmáticos de uso dos termos, etc. (Viveiros de Castro & Fausto 1993). Alguns sistemas marcam apenas a afinidade efetiva no vocabulário de referência, usando os termos de afinidade cognática ou virtual no vocativo; outros só admitem termos específicos de afinidade para os afins não-aparentados; outros, por fim, só os empregam para os afins classificatórios ou 'simbólicos' (parentes distantes, oponentes rituais, estrangeiros com quem *não* se estabeleceu uma aliança matrimonial, inimigos).

Aqui chegamos ao problema inverso: os casos de sistemas iroqueses com equivalências terminológicas sugestivas de identificação entre cognação cruzada e afinidade. A começar pelos exemplos clássicos dos Cheyenne, Arapaho e Kiowa-Apache (Eggan [1937] 1955: 43-45; McAllister, *ibid.*: 103-06), equivalências como MB = FZH, FZ = MBW, FB = MZH, ZD = SW etc. não são incomuns⁴⁶. No livro *Transformations of Kinship Systems*, John Ives ([1996]; ver ainda Ives 1990) registra outros casos norte-americanos, e Robert Parkin ([1996]) outros tantos na Ásia meridional. Na América do Sul, os poucos registros disponíveis de terminologias com cruzamento iroquês não nos permitem verificar se tais equivalências vigoram; mas é interessante notar que várias terminologias centro-brasileiras (krahó, apinayé, kayapó, bororo) que exibem equivalências transgeracionais evocativas dos tipos crow e omaha trazem também as equações MB = FZH *versus* FB = MZH, e FZ = MBW *versus* MZ = FBW (ver Hornborg 1988) — algumas das quais, aliás, igualmente presentes na terminologia dos Omaha (Barnes 1984: 132-37) e dos Fox (Tax [1937] 1955: 249-50).

Uma possibilidade pouco explorada⁴⁷ é a de que tais equações, *que*

46. Note-se de passagem que equivalências como as supracitadas parecem no mínimo relativizar a interpretação usual do padrão iroquês de cruzamento como exprimindo uma oposição entre os 'lados da família' paterno e materno (Kronenfeld 1989: 96), visto que elas equationam parentes do lado materno (MB, MBW) com parentes do lado paterno (FZH, FZ): ou seja, mesmo no caso de sistemas iroqueses podemos ter 'MB' do lado paterno etc.

47. Só me recordo de vê-la explicitada, para sistemas de cruzamento iroquês, por Parkin

são um subconjunto das equivalências dravidianas, apareceriam em sistemas de cruzamento dravidiano e iroquês porque ambos os tipos estariam associados à troca de irmãs como modelo conceitual básico. A diferença é que os sistemas dravidianos codificariam de modo 'prescritivo' um sistema de troca de irmãs *repetida em gerações consecutivas* — ou seja, 'casamento de primos cruzados bilaterais' —, ao passo que as configurações iroquesas estariam associadas à troca de irmãs *não-repetível em gerações consecutivas* (note-se que não achamos equações de tipo MB = WF etc. em sistemas iroqueses), isto é, a um ciclo de troca mais longo, visto que os primos cruzados não 'funcionam' terminologicamente como cônjuges ali.

Não se trata portanto de negar que o cruzamento iroquês seja formalmente incompatível com o casamento de primos cruzados de primeiro grau, como já foi freqüentemente observado, mas sim de perguntar se ele não estaria igualmente associado a uma estrutura de aliança mais geral, da qual o casamento dravidiano seria um caso particular. A questão é a de saber se é possível derivar uma estrutura matrimonial compatível com o cruzamento iroquês, e quais as evidências etnográficas pertinentes.

Um modelo de aliança 'iroquês'

Visto que as terminologias dravidianas e iroquesas classificam os primos de primeiro grau identicamente, um modelo de aliança capaz de exprimir o contraste entre as duas formas de cruzamento deve contemplar uma situação onde os casamentos só têm lugar entre primos bilaterais de segundo grau, ou seja, um sistema de troca de irmãs repetida em gerações *não-consecutivas*. Isto requer um sistema com ao menos quatro objetos (unidades de troca) *A, B, C, D* — se adotarmos a convenção 'elementarista' usual que representa cada unidade por um par B/Z a cada geração.

Um sistema deste tipo que 'proscreeva' o casamento entre primos cruzados de primeiro grau e que 'prescreva' a troca bilateral entre os filhos de primos admite duas soluções, como na figura abaixo:

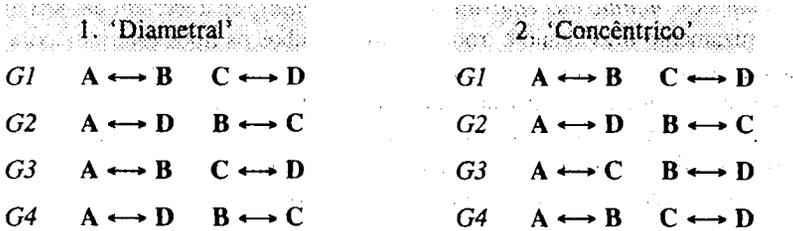


Figura 7. As duas estruturas de casamento bilateral com quatro unidades

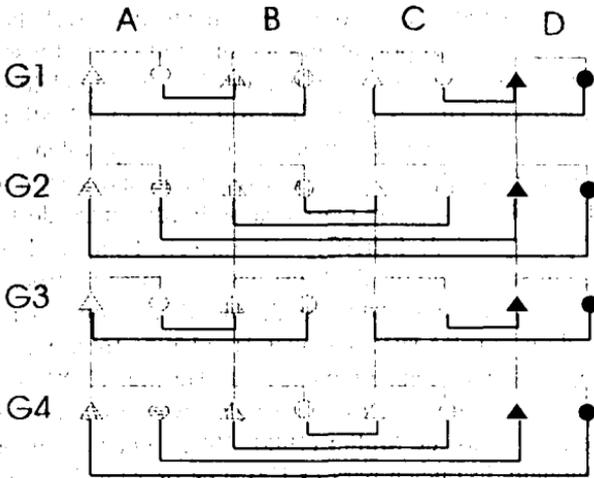
O caso da esquerda é o conhecido esquema 'aranda': uma estrutura de repetição de alianças entre $2n$ classes matrimoniais, de período 2 ($G1 = G3$), que respeita o cálculo 'afim de afim = consanguíneo'. Trata-se de um esquema de dupla bilateralidade, que admite a redução $2n \rightarrow 2$; há formalmente duas 'metades' exogâmicas, $\{A+C\} \leftrightarrow \{B+D\}$. A esposa de um Ego masculino será aqui uma prima de segundo grau *cruzada em cálculo dravidiano*: $W = MMBDD = FFZSD = MFZDD = FMBSD$ ⁴⁸.

O caso da direita é uma solução de período 3 ($G1 = G4$), onde cada unidade troca com as três outras seqüencialmente, em gerações sucessivas. Em lugar do diametralismo da estrutura 'aranda', esta é uma solução concêntrica ou multilateral: cada unidade vê todas as demais distribuídas à sua volta como afins reais ou potenciais. Os afins de afins são (ou serão) afins, o que é incompatível com uma divisão global da sociedade em duas superclasses matrimoniais. A desposabilidade (ou cruzamento) dos primos de segundo grau segue aqui o *cálculo iroquês*; a esposa de um Ego masculino é: $W = MMBSD = FFZDD = MFZSD = FMBDD$. Na página seguinte estão os diagramas 'genealógicos' correspondentes à Figura 7 acima.

48. Suponha-se então que os outros quatro tipos de filhas de primos cruzados sejam 'irmãs', pois elas não são desposáveis. Os outros oito tipos de primos de segundo grau — filhos de primos paralelos — não são representáveis em um diagrama 'elementar' ou "paleolítico" (Lévi-Strauss 1966: 15-16), pois descendem de germanos de mesmo sexo na geração inicial. De qualquer forma, eles são classificados identicamente quanto ao cruzamento pelos cálculos dravidiano e iroquês. Sobre a importância da redução "paleolítica" e sua não-aplicabilidade aos chamados sistemas "semicomplexos", ver Viveiros de Castro 1990, 1993b.

AMBOS OS TRÊS

O esquema 'diametral' $\{A+C\} \times \{B+D\}$
 $(W=MMBDD=FFZSD=MFZDD=FMBSD)$



O esquema 'conicêntrico' $A \times B; D, C$
 $(W=MMBSD=FFZDD=MFZSD=FMBDD)$

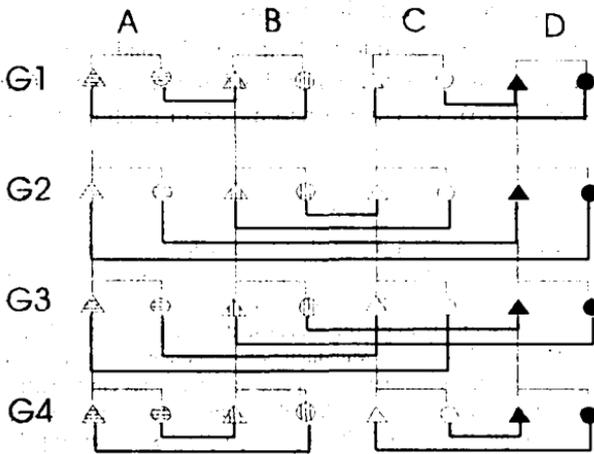


Figura 8. As duas estruturas de troca bilateral com quatro unidades (versão 'elementar')

Assim, uma estrutura de troca simétrica com cruzamento iroquês é formalmente concebível, e ao contrário da estrutura aranda-dravidiana, não é 'binária', pois a rede matrimonial idealmente derivável da terminologia não pode ser representada por um gráfico bipartido (ver Houseman & White [1995], [1996]). Do ponto de vista etnográfico, este modelo de aliança foi proposto por Elkin para os Bardi da Austrália. Os Bardi não possuíam metades ou seções, e sua terminologia mostra equivalências 'iroquesas' (MMBS = MB, FFZD = FZ etc.), e não 'dravidiano-australianas' (MMBS = F, FFZD = M etc.); Elkin classifica os Bardi dentro do tipo "aluridja" (o mesmo "pitjanjara" de Scheffler, cf. *supra*). Tjon Sie Fat (1990: 196-200; 1993), em sua tipologia algébrica das estruturas de troca matrimonial, usa o modelo bardi como exemplo de um dos automorfismos do grupo diédrico — ele é um dos sistemas mais simples de troca restrita, categoria que cobre os "sistemas semicomplexos" de Héritier (1981) e muito provavelmente os sistemas de "*exclusive straight sister-exchange*" (troca direta, não-repetível, de irmãs) de Muller (1980, 1982). O autor também menciona (1993) um modelo de Lucich para os Kokata e os Aluridja, que seria idêntico a um modelo de aliança mundugumor que ele próprio apresenta: uma estrutura com oito unidades e período 4, de casamento com primos de terceiro grau cruzados em cálculo iroquês⁴⁹.

Um outro exemplo do que poderia ser chamado de 'troca restrita em regime iroquês' é o sistema de aliança dos Umeda da Nova Guiné estudados por Alfred Gell (1975). Os Umeda não mostram nenhum traço de 'prescriti-

49. Vimos que Scheffler considera superficiais as semelhanças entre os tipos pitjanjara e iroquês (*supra*, n. 18); mas ele menciona os Bardi (1978: 538 n. 9) como um possível caso de terminologia iroquesa autêntica na Austrália. Não tive acesso aos textos de Elkin, Robinson e Turner sobre os Bardi (ou à análise de Lucich sobre os Kokata e Aluridja, ou ao texto de McDowell sobre os Mundugumor — monografias sobre a Oceânia não são abundantes nas bibliotecas brasileiras); à parte as referências em Scheffler e Tjon Sie Fat, só pude consultar o livro clássico de Elkin, em tradução francesa ([1954] 1967). É interessante notar que Elkin (: 138-39) registra para o caso kokata (tipologicamente próximo do bardi) que as equivalências entre gerações alternas expressam a possibilidade de casamento com a MBDDD, mas que isto só é permitido se a mãe desta parenta não se casou com o S de Ego, como a terminologia também faculta (FMBDD = W). Esta seria uma inconsistência análoga, em termos 'iroqueses', àquela registrada por Henley para os Panare, em termos 'dravidianos', onde a ZDD é desposável somente se ZD ≠ SW (ver *supra*).

vidade' ou mesmo de preferência matrimonial por parentes terminologicamente determinados; a troca de irmãs entre 'não-parentes' é o tipo de casamento ideal e realmente favorecido. Gell propõe uma estrutura com quatro patrilinhas 'terminológicas' ligadas por troca simétrica repetida a cada quatro gerações (período 3), idêntica à solução concêntrica comentada acima (1975: 63-65; ver também Gregory 1982: 170 fig. 6, e Tjon Sie Fat 1993). O caráter concêntrico e multilateral da organização social e matrimonial dos Umeda é, efetivamente, sublinhado por Gell (: 43, 49, 83). O mais interessante, porém, é a dinâmica temporal que ele revela, e que nos leva para muito longe dos modelos puramente sincrônicos de relação entre categorias de aliança que descrevem as situações 'prescritivas'.

As quatro patrilinhas terminológicas do modelo umeda representam: (1) o grupo de Ego; (2) os grupos dos afins reais ou potenciais de Ego (com os quais seu grupo trocou ou pode trocar mulheres na geração presente); (3) os "aliados", isto é, os grupos com quem o grupo de Ego trocou mulheres na geração anterior, não podendo portanto fazê-lo na geração de Ego — aqui se acham os primos cruzados; (4) os aliados de gerações anteriores, ou "aliados residuais" — aqui estão os primos cruzados do pai de Ego, isto é, os filhos de primos cruzados pertencem a esta categoria na geração de Ego. Embora teoricamente este aliados residuais sejam não-desposáveis, sendo assimilados a primos cruzados⁵⁰, Gell mostra como as relações de aliança residual se transformam em não-relação, e assim são transformáveis em relações de afinidade potencial; a quarta categoria é a fonte da segunda, em um ciclo onde a posição dos grupos ligados por aliança se desloca de um grau a cada geração: "os afins se tornam aliados, os aliados se tornam aliados residuais, os aliados residuais se mudam em gente desposável não-aparentada, que pode em seguida ser incorporada ao esquema como afim" (: 65).

O autor qualifica o conhecido aforismo de Lévi-Strauss sobre a diferença entre sistemas elementares e semicomplexos, afirmando que no caso umeda o sistema de casamento transforma realmente 'afins' em 'parentes' (pois os aliados se tornam não-desposáveis), mas que a terminologia de parentesco, ao registrar um deslocamento do estatuto dos grupos ligados ao

50. Os dados da monografia de Gell não permitem uma tipificação clara da terminologia umeda. Juillerat (1986: 302) a caracteriza como "omaha".

de Ego a cada geração, transforma 'parentes' em 'afins', ou antes, em afins potenciais. Tal relação contrapontística entre terminologia e aliança oferece um contraste notável com a coincidência uníssona que estas dimensões manifestam nos modelos 'elementares'.

Estamos de fato aqui na fronteira entre 'elementaridade' e 'complexidade', como Gell observou. A dinâmica temporal sugerida para os Umeda pode ser aproximada de modelos propostos para sociedades com terminologias omãha (Kwoma, Nova Guiné: Bowden 1983; Beti, África: Houseman 1989), ou para casos como o dos Ho, grupo munda da Índia (Bouéz 1989: 14-15). Ao sublinhar o fato de que a troca de irmãs é compatível com regimes elementares e 'complexos', Gell converge com um linha de reflexão seguida por Muller (1980, 1982), e antecipa alguns aspectos-chave da teoria de Hérítier (1981) sobre os sistemas semicomplexos como definidos pela dispersão matrimonial de cognatos de mesmo sexo e a repetição das alianças anteriores de cognatos de sexo oposto.

Sem pretender ir muito adiante com exemplos tomados de uma área etnográfica que não me é muito familiar, observo apenas que podemos encontrar na Nova Guiné um *quarto* tipo de cruzamento, a ser acrescentado aos tipos dravidiano, iroquês e kuma propostos por Scheffler (1971; ver Trautmann 1981: 87-88). Trata-se do sistema dos Iafar, sociedade que pertence ao mesmo sistema regional que os Umeda, no distrito Sepik Ocidental. Juillerat (1977) classifica a terminologia iafar como 'iroquês', embora o cálculo de cruzamento que estabelece seja diferente daquele proposto por Lounsbury para os Seneca ou por Pospisil para os Kapauku⁵¹.

1. Filhos de primos paralelos de mesmo sexo (MMZDCh, FFBSCh, MFBDCCh, FMZSCh): primos paralelos nos tipos dravidiano, iroquês, kuma, iafar.

51. Lounsbury ([1964] 1969) e Pospisil (1960) redescobriram independentemente o tipo iroquês de cruzamento, o primeiro trabalhando com dados sobre os Iroqueses propriamente ditos, o segundo a partir de sua pesquisa entre os Kapauku da Nova Guiné. Digo 'redescobriram' porque, como mostrou Trautmann (1987), Morgan já havia identificado, mas recalçado, a diferença entre iroquês e dravidiano.

2. Filhos de primos paralelos de sexo oposto (MMZSch, FFBdCh, MFBsCh, FMZDCh): primos cruzados nos tipos dravidiano, iroquês, kuma, iafar.
3. Filhos de primos cruzados de mesmo sexo (MMBDCh, FFZSch, MFZDCh, FMBsCh): primos paralelos nos tipos iroquês e iafar, cruzados nos tipos dravidiano e kuma.
4. Filhos de primos cruzados de sexo oposto (MMBSCh, FFZDCh, MFZSCh, FMBDCh): primos paralelos nos tipos dravidiano e iafar, cruzados nos tipos iroquês e kuma⁵².

Note-se que no cálculo iafar os primos cruzados de sexo oposto do pai e da mãe de Ego não são parentes cruzados de Ego, como nos tipos kuma e iroquês, mas parentes paralelos ('pai' e 'mãe'), como no dravidiano (Juillerat 1977: 26). O sistema de aliança iafar admite a troca de irmãs; Juillerat (1986: 294-311) o aproxima do caso 'semicomplexo' de Héritier, não apenas por conta deste traço, mas em função da estrutura de proibições matrimoniais. O casamento entre parentes só parece ser possível a partir da quarta geração, como no caso umeda, mas aqui isto significa casamento com primos não-agnáticos de *terceiro* grau. Juillerat privilegia um ciclo matrilateral (também descrito por Gell para os Umeda [1975: 70-76]) entre quatro unidades, onde os descendentes masculinos e femininos, em linhas sexualmente paralelas, de um par B/Z se encontram matrimonialmente na união MMMBSSS + FFFZDDD (: 301-02) — isto é, primos cruzados que são cruzados tanto no cálculo dravidiano como no iroquês, e que são aliás desposáveis tanto em um esquema aranda como em um sistema de troca matrilateral entre quatro unidades (nestes dois modelos elementares, tais

52. A rigor, o tipo kuma é diferente dos outros três, pois os filhos dos primos cruzados de Ego são chamados de 'primo', e não de 'sobrinho/a'; reciprocamente, os primos cruzados dos pais de Ego são 'primo', não 'tio/a'. Há assim três categorias em G+1: primos, tios, pais; e três em G-1: primos, sobrinhos, filhos. Isto sugere fortemente um sistema de casamento com 'primos'. Na Amazônia podem-se achar terminologias que representariam melhor este tipo de cruzamento: os Bakairi e Pemon (ambos Caribe) classificam os filhos de primos cruzados de *ambos* os sexos como 'sobrinho/a' (= 'genro/nora') — Oberg 1953: 114; Thomas 1982: 65. Os Wapishana (povo aruaque da Guiana vizinho dos Pemon) parecem ter um sistema idêntico (Wilbert 1986: 88, *passim*). Note-se que os Pemon e Wapishana estão no centro da área mais clássica do dravidianato amazônico.

primos de terceiro grau coincidem respectivamente com FFZSS + MMBDD e FZS + MBD). Mas não parece que temos aqui um caso de 'troca generalizada', visto que a troca de irmãs é a união preferencial (: 307-08); trata-se provavelmente de algo semelhante aos 'matriciclos' aranda identificados, se não me falha a memória, por Josselin de Jong.

A presença (ou percepção nativa) de ciclos 'generalizados' em sistemas onde o modelo conceitual básico é a troca de irmãs mostra que a distinção elementarista entre troca restrita e troca generalizada (que já não dava muito bem conta da fórmula patrilateral) se torna nebulosa quando passamos a configurações um pouco mais complicadas; isto pode ser visto no caso dos Umeda e Iafar, assim como nos ciclos pseudo-matrilaterais dos Daribi da Nova Guiné (Wagner 1969) e em alguns sistemas australianos (Murgnin, Yir Yoront), bem como em diversos sistemas semicomplexos da África (Viveiros de Castro 1993b: 131). E isto faz também recordar três observações de Lévi-Strauss: (1) a combinação dos princípios da troca restrita e generalizada estaria na base dos sistemas crow-omaha (1967: 534); (2) muitas terminologias da Nova Guiné flutuam tipologicamente entre 'havaiano', 'iroquês' e 'omaha'; (3) verifica-se nesta mesma região uma "desarmonia" entre as terminologias e as regras de casamento, havendo sistemas 'omaha' com preferências 'iroquesas' (com isto Lévi-Strauss parece estar-se referindo ao casamento de primos) e sistemas 'iroqueses' com proibições 'omaha' (1984: 205).

Embora o modelo proposto por Gell implique o casamento com primos cruzados (iroqueses) de *segundo* grau, o autor afirma que as proibições matrimoniais umeda cobrem *todos* os primos de primeiro e segundo graus, reais ou classificatórios (1975: 70), o que parece contraditório — mas já vimos como a transição entre 'filhos de primos cruzados' e gente desposável 'não-aparentada' é possível (: 62). Gell contudo, como Juillerat, pensa genealogicamente sempre em termos de primos de terceiro grau, dizendo por exemplo que a FFFZSSD e a MMMBDDD (: 69, 73) são esposas possíveis dada a lógica da terminologia, e que a primeira parenta é aliás uma esposa preferencial para um outro povo do Sepik (Gnau). Note-se que estes *kin-types* são primos cruzados pelo cálculo dravidiano, não pelo iroquês, mas que eles são redutíveis aos primos de segundo grau desposáveis no 'modelo iroquês' de aliança proposto para os Umeda. Além disso, Gell registra que em algumas aldeias dos Gnau o casamento preferencial se faz uma geração mais próximo, com a FFZSD, que é também uma prima cru-

zada 'dravidiana'. Por outro lado, Juillerat traz um exemplo de fechamento genealógico (*bouclage*) entre os Iafar (1986: 304 fig. 34) onde os cônjuges são primos de terceiro grau cruzados 'à iroquesa'.

Estas variações quanto ao grau ou distância em que o casamento de primos é permitido, e quanto ao tipo de cruzamento envolvido, talvez sejam inerentes à aliança simétrica de tipo 'iroquês'. Tjon Sie Fat (com. pess.), recordando uma observação de A. Testart, chamou-me a atenção para um fenômeno curioso: o esquema 'concêntrico' ou 'multibilateral' comentado acima é realmente compatível com o cálculo iroquês de cruzamento para os primos de *segundo* grau, mas os primos de *terceiro* grau que coincidem com os de segundo (pela troca de irmãs na geração inicial) e que caem na categoria desposável são cruzados 'à dravidiana'. No modelo, com efeito, $MMBSD / FFZDD / MFZSD / FMBDD = FFFZSSD / MMMBDD$ etc. O esquema 'aranda-diametral', por outro lado, é consistentemente 'dravidiano' quanto ao cruzamento para *qualquer* grau de distância entre os primos⁵³. Talvez tal peculiaridade geracional do cruzamento iroquês tenha alguma relação com outra característica dos sistemas de aliança que o exibem, também enfatizada por Tjon Sie Fat (1990: 196-200) para o caso dos Bardi e dos Ngawbe: a presença de casamentos opcionais ou de variantes livres. Assim, o autor reporta casamentos entre primos cruzados 'à dravidiana' entre os Bardi (MMBDD em lugar de MMBSD etc.), o que implica em um ciclo bigeracional ('aranda') de troca restrita, em lugar de trigeracional. Entre os Ngawbe, a preferência pela FFZDD (cruzada iroquesa), que depende de um ciclo trigeracional de aliança, coexiste com um casamento opcional com a MMBDD (cruzada dravidiana, ciclo bigeracional).

A instabilidade das estruturas de tipo bardi sugere um modelo relativamente indeterminado ou subespecificado, onde tanto os primos (de segundo grau) cruzados à iroquesa como à dravidiana são desposáveis (o que, do

53. Um trabalho ainda inédito de Tjon Sie Fat (1993) analisa os tipos de casamento de primos de terceiro grau em estruturas de troca de irmãs; ele mostra que os 64 tipos de primos de terceiro grau (que se dividem em 32 tipos classificados identicamente nos cálculos dravidiano e iroquês, e 32 inversamente) se reduzem, pela troca de irmãs na geração inicial, a apenas dez tipos, dos quais seis são cruzados 'à dravidiana' e apenas quatro 'à iroquesa'. Não sei se esta assimetria tem algo a ver com o 'efeito Testart' (a compatibilidade parcial das estruturas bardóides com o cruzamento iroquês). É possível que todas as estruturas de aliança bilateral de período maior que dois tenham tal peculiaridade, mas não ousei testar tal conjectura.

ponto de vista da identidade entre afinidade e cruzamento, leva a uma estrutura de cruzamento 'kuma'). O esquema diametral aranda aparece como o 'atrator' da série, por ser a fórmula mais curta de repetição da aliança bilateral, uma vez proibidos os primos de primeiro grau; mas, por outro lado, o esquema concêntrico iroquês garante uma varredura diacrônica completa do campo matrimonial: cada grupo diferente do de Ego pode ser afinizado⁵⁴.

Não sei até que ponto este modelo concêntrico de aliança simétrica tem alguma serventia para a reanálise dos casos clássicos, norte-americanos, de terminologias com cruzamento iroquês. Mas há pelo menos dois exemplos meridionais de preferência matrimonial por primos de segundo grau cruzados 'à iroquesa': o dos supramencionados Ngawbe (ou Guaymí ocidentais, um povo chibchá do Panamá; Young 1970, 1971), e o de alguns subgrupos jívaro da Amazônia pré-andina (Taylor 1989, [1996]).

Os Ngawbe possuem uma terminologia basicamente de 'cruzamento tipo B variante 3': fusão bifurcada em G+1, geracional em G0 (todos os primos de primeiro grau e alguns de segundo são 'germanos'); e iroquesa em G-1: filhos de 'germano' de mesmo sexo são 'filho/a', filhos de 'germano' de sexo oposto são 'sobrinho/a'. In G+2 e G-2 temos a classificação usual em apenas um tipo de parente por sexo. Mas há algumas assimetrias sexuais e geracionais, e alguns autorecíprocos interessantes (Young 1971: 140-48). Assim, FZ (=MBW) e FZH (\neq MB) são equacionados aos parentes de G+2, e reciprocamente $\text{♀BCh} = \text{♂ChCh}$ (note-se que B = FZS = MBS), o que dá um certo sabor 'crow' ao esquema. Os termos de G0 para 'germano' se repetem em G-3 para Ego masculino; para Ego feminino, devido às equivalências acima, a repetição tem lugar em gerações alternas. Os termos de G+3 são os mesmo que os de G+2⁵⁵.

54. Em termos dos respectivos períodos, o esquema 'iroquês-concêntrico' é um grau mais longo que o 'aranda-diametral'; se olharmos para os 'matriciclos', contudo, a situação se inverte: os descendentes em linhas sexualmente paralelas de um par B/Z se encontram como H/W a cada três gerações (período 2) no caso concêntrico, mas apenas a cada quatro gerações (período 3) no caso diametral.

55. A presença de autorecíprocos em gerações não-adjacentes, no caso de terminologias de fusão bifurcada de tipo não-australiano ou dravidiano, merece um estudo: ver os U'wa (chibcha) da Colombia (G3 = G+1; G+2 = G-2 — Osborn 1982: 50-63) e os Kiowa-Apache (G+2 = G-2; G+3 = G0e, G-3 = G0y — McAllister [1937] 1955: 103-11). Na Amazônia, mesmo na esfera do dravidiano, há equivalências transgeracionais bastante

O casamento preferencial ngawbe é a troca direta de irmãs (ou de ZD) entre grupos cognáticos virilocais; em princípio, um indivíduo não pode desposar qualquer membro de sua parentela (uma categoria egocêntrica), isto é, qualquer pessoa classificada como 'irmã' (*ngawe*) ou 'irmão' (*edaba*). A extensão genealógica destas categorias é definida por Young (1970: 86) como segue:

O grau de extensão varia na prática com o conhecimento genealógico, que é por sua vez governado, em certa medida, pelos fatores da residência e da intensidade de interação social. Todos os primos de primeiro grau são sempre designados como *edaba* e *ngawe*; os primos paralelos de segundo grau (FFBChCh e MMZChCh) são usualmente incluídos [nestas categorias]; os primos cruzados de segundo grau são freqüentemente excluídos; e todos os primos de terceiro grau são geralmente excluídos.

Young apresenta então (: 89) um modelo de aliança virtualmente idêntico ao esquema 'iroquês' dos Bardi e dos Umeda, com quatro unidades trocando bilateralmente irmãs conforme um ciclo de período 3: os cônjuges de seu modelo são primos de segundo grau cruzados à iroquesa. A definição de "primos paralelos de segundo grau" e de "primos cruzados de segundo grau" avançada na citação acima, contudo, *não* caracteriza o cálculo normal de cruzamento iroquês. Na verdade, temos aqui um *quinto* tipo de cálculo de cruzamento. Young propõe um princípio de "filiação simétrica" como subjacente ao sistema ngawbe, segundo o qual os homens transmitem a patrifiliação, as mulheres a matrifiliação: um sistema de 'dupla filiação', de fato, semelhante aos esquemas de 'dupla descendência' freqüentemente propostos para os sistemas australianos. Mas no presente caso a dupla filiação exclui os primos cruzados de primeiro grau como cônjuges, pois ela se

mais variadas que as dos esquemas australianos ou dravidiano-B. Além do caso já comentado dos Cuiva, ver os Piaroa ($G+3 = G0e$; $G-3 = G0y$ — [Overing] Kaplan 1975: 130), os Yanomam (todos os parentes de $G\pm 2$ e $G\pm 3$ são assimilados a parentes cruzados/afins de $G\pm 1$ ou de $G0$, a variação dependendo do estatuto 'real' ou 'classificatório' destes parentes nas gerações distais — Albert 1985: 221-35), e os Ye'cuana (todos os parentes de $G+3$ são identificados aos afins de $G+1$, os parentes de $G-3$ a afins de $G-1$; os parentes classificatórios masculinos de $G+2$ são identificados a primos cruzados por Ego masculino e a irmãs por Ego feminino, dando-se o inverso para os parentes femininos desta geração; os parentes classificatórios de $G-2$ são classificados como primos cruzados por Ego masculino ou feminino — Arvello-Jimenez 1974: 129-35; Rivière 1984: 45-46).

aplica à partilha de (qualquer tipo de) filiação entre Ego e os *pais* de Alter: "Se uma mulher partilha filiação com o pai ou com a mãe de um homem, ela não pode desposá-lo; reciprocamente, se um homem partilha filiação com o pai ou com a mãe de uma mulher, ele não pode casar com ela" (Young 1970: 92). Como o autor demonstra, esta regra define a FFZDD (=MMBSD etc.) e a MMBDD (=FFZSD) como potencialmente desposáveis, e portanto como estruturalmente 'cruzadas': mas o primeiro tipo de parenta é cruzada à iroquesa, o segundo cruzada à dravidiana; assim, temos a possibilidade de uma estrutura de aliança tanto 'bardóide' como 'aran-dóide'. Em contrapartida, os filhos de primos paralelos de sexo oposto (MMZSch, FFBdCh, MFBsCh, FMZDCh), que são cruzados segundo os quatro tipos de cálculo discriminados acima (dravidiano, iroquês, kuma, iafar), seriam aqui 'primos paralelos de segundo grau', e portanto 'germanos' não-desposáveis.

O registro etnográfico de um quinto tipo de cruzamento leva-nos a suspeitar que podem existir ainda outros tipos, dentro do padrão geral de fusão bifurcada isogeracional e sexualmente simétrica. A tabela abaixo é uma adaptação daquelas usadas por Scheffler (1971: 248) e Trautmann (1981: 87) para a classificação dos primos de segundo grau nos tipos iroquês, dravidiano e kuma; inclui os tipos iafar e ngawbe. Os símbolos '0' e '1' representam o *sexo relativo* (0 = mesmo sexo; 1 = sexo oposto) de dois germanos em G2 e de seus filhos (primos entre si) em G1, e o *cruzamento ou desposabilidade* (0 = paralelo ou consanguíneo; 1 = cruzado ou afim) dos primos de segundo grau em G0, a geração de referência. Ordenei os tipos em uma série numerada pelo equivalente decimal de cada seqüência binária de 'zeros' e 'uns' em G0:

	0	1	2	3 ngawbe	4 iafar	5 iroquês	6 dravid.	7 kuma
G2	0011	0011	0011	0011	0011	0011	0011	0011
G1	0101	0101	0101	0101	0101	0101	0101	0101
G0	0000	0001	0010	0011	0100	0101	0110	0111

Figura 9. A série de tipos de cruzamento (oito primeiros casos)

Há naturalmente dezesseis casos possíveis; os oito restantes (numerados de 8 a 15) podem ser obtidos pela substituição, na linha de G0, do primeiro 0 por 1 para cada um dos oito casos mostrados na tabela (1000, 1001, 1010 etc.). Tomei, entretanto, os oito primeiros casos da série como mais 'básicos', pois creio que os filhos de filhos de mesmo sexo de germanos de mesmo sexo (i.e. a primeira coluna de cada tipo) tendem a ser paralelos na imensa maioria das terminologias. Mas nada impede uma configuração de tipo 1111 (15) de existir etnograficamente, isto é, algum caso onde todos os primos de segundo grau sejam desposáveis (e nenhum de primeiro grau o seja, ou que neste grau apenas os cruzados o sejam etc.). Suponha-se uma terminologia 'havaiana' (ou 'iroquesa variante 3') onde a assimilação dos primos a germanos só alcance os primos de primeiro grau, por exemplo; teríamos assim uma espécie de cruzamento 'super-kuma'. Não procurei exemplos etnográficos dos primeiros três tipos na tabela acima; o primeiro (0000) é trivial, sugerindo proibição matrimonial de todos os primos de segundo grau (terminologicamente, tratar-se-ia de um 'super-iafar'; mas tal parece ser o caso dos próprios iafar do ponto de vista matrimonial). Note-se por fim que o caso ngawbe é de certa forma o inverso do iroquês: enquanto neste último o sexo relativo só é levado em conta em G1, 'coincidindo' com o cruzamento em G0, para os Ngawbe o sexo relativo só é importante na geração dos germanos iniciais (G2). Os zeros e uns poderiam ser apagados em G2 para o caso iroquês (como o faz aliás Trautmann) e em G1 para o caso ngawbe.

O sistema de parentesco dos povos Jívaro-Candoa da Amazônia pré-andina foi excelentemente analisado em dois trabalhos ainda inéditos de A.-C. Taylor ([1989]; [1996]). Como demonstrou a autora, transformações simples associadas a diferentes restrições de tipo demográfico, morfológico e ideológico permitem conectar sistemas classicamente dravidianos (Shuar, Achuar) com estruturas matrimoniais análogas ao modelo de aliança 'iroquês' (Aguaruna, Kandoshi).

Os Achuar exemplificam uma configuração amazônica comum: terminologia dravidiana-A sem termos separados de afinidade mas com classificadores de distância sociogenealógica altamente produtivos; casamento entre primos cruzados bilaterais cognaticamente próximos (com uma inflexão patrilateral) como manifestação de uma estrutura de aliança endogâmica quanto à parentela; e uma série de divergências complexas entre as nomen-

claturas referencial e vocativa, exprimindo uma dinâmica sexualmente marcada de afinização e consangüinização.

Os Aguaruna deixam o binarismo dos Achuar em favor de um esquema ternário nas gerações centrais, distinguindo (alguns) parentes 'cruzados' de parentes 'afins'. Os primos cruzados bilaterais próximos (de primeiro grau) ainda são vistos como cônjuges ideais, mas raramente se casam; o casamento tende a ligar os filhos de FZS e MBD, isto é, ele se realiza uma geração mais tarde que entre os Achuar. Vê-se aqui como aquela identificação *ideológica* entre 'irmã' e 'prima cruzada' observada por Taylor para os Achuar (Z e MBD/FZD são identificadas no vocativo) torna-se, no caso aguaruna, uma identificação *sociológica*: o par FZS/MBD aguaruna 'funciona' como o par B/Z achuar; a aliança entre os filhos de B e Z é deslocada de uma geração. Como a troca de irmãs é a norma, estes filhos de FZS e MBD tendem a ser primos bilaterais, mas agora cruzados à iroquesa: a FMBDD, matrimonialmente preferida, seria igualmente FFZDD = MMBSD = MFZSD. Os cognatos cruzados próximos deixam de ser afins virtuais, mas permanecem servindo como nexos no estabelecimento de uma relação de aliança que, como no caso achuar, liga indivíduos de mesmo sexo — mas aqui, em lugar de termos ZH e WB transmitindo imediatamente seu vínculo à próxima geração, temos MBDH e WFZS; o marido de uma prima cruzada não é um 'irmão', mas um 'cunhado'. Isto responde pelo ternarismo terminológico, e ao mesmo tempo pela manutenção da oposição central entre consangüinidade e afinidade, que começa a ser comandada pela lógica da proximidade e da distância; lógica já presente no caso achuar, mas ali ainda terminologicamente (embora não sociologicamente) inerte. Acrescente-se que a terminologia *vocativa* de afinidade dos Aguaruna 'dravidianiza' seu esquema matrimonial 'iroquês', pois WF e HF são chamados de 'tio materno', DH e SW de 'sobrinho/a', e assim por diante.

Entre os Candoa (Kandoshi e Shapra), por fim, a classificação concêntrica do campo matrimonial em termos de distância cognática passa ao primeiro plano. A terminologia kandoshi é bastante desviante em relação a qualquer dos tipos clássicos, com termos separados de afinidade e uma nítida distinção linear/colateral (ambos estes traços já se acham esboçados no caso aguaruna). O casamento é proibido entre 'parentes próximos', apenas tolerado entre 'parentes distantes', e assim se vê orientado para os 'não-parentes'. A troca de 'irmãs' (parentas co-residentes) é a forma preferencial de aliança, unindo globalmente os pequenos e numerosos grupos

locais que, em contraste com os grupos locais achuar e aguaruna, são exogâmicos. Estaríamos aqui, aparentemente, diante de um sistema sem nenhuma determinação intrínseca das alianças, as quais se dariam de forma dispersa e aleatória. Mas Taylor observa um ciclo de três gerações em que os 'parentes próximos' se mudam em 'parentes distantes' e em seguida em 'gente não-aparentada' com quem o casamento, e portanto a renovação da aliança entre grupos locais, torna-se possível. Esta dinâmica é notavelmente similar àquelas sugeridas por Gell para os Umeda e por Young para os Ngawbe. Taylor propõe um modelo compatível com o esquema terminológico kandoshi, especificando os filhos de primos cruzados patrilaterais de sexo oposto como posições ideais; mas pela troca de irmãs os cônjuges tendem a ser, como no caso aguaruna, primos bilaterais de segundo grau cruzados à iroquesa: a FFZDD matrimonialmente preferida seria também FMBDD = MMBSD = MFZSD.

Taylor conclui seu trabalho mais recente ([1996]) com ponderações muito semelhantes às que avancei acima sobre a necessidade de não se reduzir a oposição entre consangüinidade e afinidade à sua interpretação genealógica em termos de 'paralelos' e 'cruzados'. Ela propõe uma distinção entre "cruzamento formal" e "cruzamento sociológico" que procura subsumir as estruturas terminológico-matrimoniais que venho chamando 'iroquesas' ao modelo dumontiano da "aliança de casamento", mas que subordina muito acertadamente (ao contrário do que faz Dumont, como vimos) a terminologia à aliança. Se a distinção sugerida por Taylor é pertinente (e penso que ela o é), e se os casos aguaruna e kandoshi são, como a autora também sugere, "variantes ricas" do dravidiano, então os casos ngawbe, umeda, iafar e bardi devem ser igualmente vistos como variantes do mesmo tipo. Mais geralmente, o cruzamento de 'tipo B' ou iroquês e os diagramas elementaristas que ilustram sua interpretação matrimonial podem ser agora vistos como variantes do esquema dravidiano; variantes onde a oposição consangüinidade/afinidade é liberada de seu suporte genealógico imediato (o cálculo dravidiano de cruzamento). Nesta variante 'rica' ou 'iroquesa' — da qual o esquema dravidiano pode ser visto como uma *redução*, não como uma *origem* —, a dinâmica da aliança não apenas não se encontra 'prescritivamente' codificada na terminologia, como não depende necessariamente de preferências matrimoniais genealógicas específicas; ela é o resultado da diferenciação global do campo social em zonas (definidas pela cognação, mas também pela distância residencial, a afiliação grupal, o

nível geracional) criadas pelos estados anteriores do próprio sistema matrimonial. Recordemos que os Kandoshi, Aguaruna, Umeda, Ngawbe ou Iafar não ‘prescrevem’ categorialmente ou designam especificamente como cônjuges ideais os parentes que os modelos propostos pelos etnógrafos indicam como ocupantes das zonas do campo social onde se acham os cônjuges potenciais: tais parentes representam apenas aqueles *casos particulares* (que não são necessariamente casos privilegiados) onde a estrutura geral de repetição de alianças — o casamento *como* um parente — produz o fechamento genealógico ao facultar o casamento *com* um parente.

Contas feitas, a distinção de Buchler & Selby entre o casamento dravidiano como regulado pelo “código terminológico” e o casamento iroquês como regulado por “instituições sociais diversas” não é muito pertinente. Em ambos os casos, o casamento é regulado pela terminologia e por instituições sociais diversas. Do mesmo modo, a distinção feita pelos autores entre “cognatos/afins” (dravidiano) e “paralelos/cruzados” (iroquês) é enganadora. Se os cognatos cruzados próximos dos sistemas iroqueses não são afins *imediatos*, eles são afins *intermediários*, estando entre a consangüinidade e a afinidade: cognatos não-desposáveis, eles são contudo termos de uma futura relação de aliança, projetada uma ou mais gerações adiante. Dravidiano e iroquês, tipo A e tipo B são, como sugerem aliás Trautmann & Barnes ([1996]), duas fases de uma mesma estrutura.

O dravidiano concêntrico

Páginas atrás, eu havia criticado Kronenfeld por afirmar que o esquema classificatório dravidiano gera categorias consistentes transgeracionalmente e consistentes com a afiliação a metades e/ou alinhamentos unilineares. Esse autor se apoiava no seguinte raciocínio para contrastar o ‘sociocentrismo’ dravidiano com o ‘egocentrismo’ iroquês:

[A] distinção cruzados/paralelos de tipo iroquês [...] é egocêntrica no sentido de que dois parentes que, do ponto de vista de um Ego, são respectivamente cruzado e paralelo, podem ser ambos cruzados ou ambos paralelos do ponto de vista de um outro parente qualquer [Kronenfeld 1989: 93].

O problema, porém, é que o argumento de Kronenfeld se aplica igualmente às categorias de $G_{\pm 1}$ de qualquer sistema dravidiano. Tomem-se por exemplo M e MB: a primeira é um parente paralelo, o segundo um parente cruzado do ponto de vista de Ego, mas os dois são igualmente cruzados do ponto de vista do F ou do FF de Ego, e igualmente paralelos do ponto de vista do MF e da MM de Ego, etc. O contraste perseguido pelo autor se aplicaria muito melhor a uma oposição entre *australiano* e iroquês. Com efeito, isto parece sugerir que o esquema dravidiano está, de certa forma, a meio caminho entre *australiano* e iroquês: o primeiro seria sua re(t)ificação sociocêntrica e diametral, o segundo sua radi(c)alização ego-concêntrica. Talvez seja possível ordenar *australiano*, dravidiano e iroquês em termos da álgebra definida por Tjon Sie Fat: o esquema *australiano* exibiria associatividade perfeita (ou 'cruzamento Kay'), o esquema dravidiano associatividade parcial (ou 'cruzamento Trautmann'), e o esquema iroquês associatividade muito restrita (ou 'cruzamento Lounsbury'). Talvez se pudesse mesmo desdobrar a série segundo suas variantes internas: *australiano*; dravidiano-B; dravidiano-A, iroquês variante 1; 2; 3; 4. Teríamos assim um gradiente de associatividade e de 'sociocentricidade'.

Se dravidiano e *australiano* coincidem no modo como 'estendem' o cruzamento em G_0 e na presença de regras de 'spouse-equation', apenas as terminologias dravidianas são exaustivamente organizadas pela oposição consangüinidade/afinidade — o que não significa que MB e FZ não sejam ambos parentes de tipo 'afim' no esquema *australiano* (lá, afinal, MB=WF, FZ=WM). No caso *australiano* como no caso iroquês, mas de modos diversos e por motivos distintos, a oposição matrimonial consangüíneos/afins não coincide com outras oposições em jogo: ora aquela, genealógica, entre 'paralelos' e 'cruzados' (iroquês), ora aquela, sociológica, entre 'mesmo grupo [seção, metade]' e 'outro grupo' (*australiano*). Por outro lado, a classificação em $G_{\pm 2}$ do dravidiano-A parece preparar o padrão iroquês: assim, no esquema *australiano* como no dravidiano-B, FFZ (=MM) e MMB (=FF) são distinguidos de FM e de MF como parentes designados e como parentes de ligação; no dravidiano-A, eles são distinguidos apenas como parentes de ligação; e no esquema iroquês, eles são completamente assimilados a FM e MF (ver Scheffler 1978: 137-38). Esta transição é análoga à que se pode observar para G_0 entre dravidiano, iroquês variante 1 e iroquês variante 3: os primos cruzados são distinguidos dos germanos como parentes designados e de ligação (dravidiano); apenas como parentes

designados (iroquês-1), e completamente identificados (iroquês-3). Pode-se conceber, de fato, um outro estado terminológico do dravidiano onde os primos cruzados (de um ou de ambos os sexos) sejam distinguidos dos germanos apenas como parentes de ligação, não como parentes designados: tal seria o caso de certas terminologias amazônicas, além daquele já comentado dos Achuar (ver Rivière 1984: 46-47 sobre os Aparai, Ye'cuana e Pemon).

Vimos também como os esquemas dravidiano e iroquês, embora utilizem cálculos de cruzamento diferentes, estruturam suas terminologias de modo análogo, e distinto do caso australiano: o *conteúdo* da oposição 'paralelo/cruzado' é o mesmo no dravidiano e no australiano (i.e., consangüinidade/afinidade), mas sua *forma* é diversa (conjuntos recíprocos diferentes); ao passo que no dravidiano e iroquês temos a mesma forma (conjuntos recíprocos idênticos), mas conteúdos diversos (os contrastes consangüíneo/afim e paralelo/cruzado não coincidem). Em lugar de um simples gradiente unidimensional de associatividade ligando os três esquemas básicos (e suas variantes), teríamos então uma estrutura com várias possibilidades combinatórias envolvendo múltiplas dimensões.

Evocou-se repetidas vezes, neste trabalho; o caráter concêntrico do modelo 'iroquês' de aliança; observou-se a mobilização do parâmetro da distância como dispositivo terminológico e matrimonial para o caso australiano dos Pitjanjara; viu-se como A.-C. Taylor sublinhava o papel do gradiente de distância cognática para os sistemas jívaro-candoa e a organização concêntrica de sua estrutura de aliança. Estas indicações preparavam a proposta, que ora apresento, de uma nova configuração transicional entre dravidiano e iroquês, e que se poderia chamar de 'dravidiano concêntrico': uma estrutura onde a oposição consangüíneos/afins não é quantitativa e qualitativamente equilibrada.

Nas observações finais a seu artigo de 1970, Shapiro contrasta dois modos de extensão das terminologias de 'duas seções': no primeiro, característico dos sistemas australianos, todo o universo social de Ego se acha equitativamente dividido segundo as classes '*lineal*' e '*affinal*'; no segundo, que seria o mais difundido fora da Austrália,

os termos '*lineares*' [i.e. de consangüinidade] são aplicados apenas a um pequeno grupo de parentes próximos; o conjunto de termos de afinidade, em contrapartida, é usado mais amplamente — não em referência a outra unidade social positiva-

mente definida, mas aplicado ao restante da sociedade, e mesmo a estranhos [1970: 386].

Seus exemplos deste segundo modo de classificação são, significativamente, quase todos amazônicos. Os casos dravidianos clássicos (sul-indianos), em troca, são vistos por Shapiro como se aproximando da situação australiana, isto é, ali os termos de consangüinidade seriam “aplicados mais amplamente, cobrindo, talvez, metade da sociedade” (*ibid.*). E aqui Shapiro menciona as castas sul-indianas estudadas por Dumont, onde vigoraria o princípio “o afim de meu afim é meu consangüíneo”.

Esta referência à Índia é sem dúvida correta no que diz respeito à estrutura terminológica enquanto tal; estou menos seguro de que ela se aplique igualmente bem ao cálculo empírico da afinidade⁵⁶. E mesmo na Austrália, o caso pitjanjara (e ainda mais claramente o caso pintupi descrito por Myers; ver adiante) demonstra que a distância de cognação pode ser decisiva para a determinação da afinidade. Mas Shapiro caracteriza a situação amazônica típica perfeitamente.

Em contraste com o paradigma indiano de Dumont, a oposição central do dravidiano amazônico opera segundo um regime predominantemente concêntrico (não um regime diametral), isto é, um regime potencialmente ternário.

56. Há exemplos indianos de interferência de oposições extra-terminológicas sobre a matriz conceitual básica dravidiana. Dumont já mostrara como a categoria ‘irmão’ dos Pramalai Kallar se dividia em FBCh co-residentes e MZCh dispersos em várias linhagens e localidades. Entre os Kondaiyom Kottai, a aldeia de Ego conteria irmãos patrilocais, irmãos matrilineares, aliados diretos de Ego e aliados dos ‘irmãos’; mas estas categorias, embora redutíveis a duas (irmãos e cunhados) pelo cálculo binário dravidiano, não recobrem todo o campo social na geração de Ego: “um grande número de indivíduos permanecem indiferenciados: eles podem ser ao mesmo tempo ‘irmãos’ em um sentido vago, meramente local, e afins virtuais; é apenas a rede de alianças individuais e suas extensões classificatórias que decide a questão” (Dumont [1957] 1975: 55). Ou tome-se o caso dos Koya (Tyler 1966), onde a afiliação a fratrias matrilineares inflete o cálculo de cruzamento de tal forma que, se os primos de primeiro e segundo grau se acham igualmente divididos em paralelos e cruzados, do terceiro grau em diante apenas os primos que pertencem à fratria de Ego permanecem paralelos: um FMMBSSS, que seria paralelo pelo cálculo dravidiano puro, só o será aqui se Ego pertencer à mesma fratria que sua FMM; a distância genealógica produz a preponderância quantitativa de ‘cruzados’, isto é, cada fratria tende progressivamente a ver todas as demais como ‘afins’ — uma situação que evoca um modelo de tipo ‘iroquês’.

rio (não binário), comandado por uma métrica topológica da distância (não por uma álgebra tipológica do cruzamento) onde as categorias se organizam como contrários graduáveis (não como predicados contraditórios e mutuamente exclusivos), e marcado por uma oposição hierárquica entre afinidade e consangüinidade (não por uma oposição “equitativa” ou “distintiva”)⁵⁷.

A alternância infinita e equilibrada entre consangüíneos e afins do esquema clássico (Trautmann 1981: 41-42) dá lugar no dravidiano concêntrico a gradientes de distância genealógica ou sociopolítica que exprimem uma atitude muito geral de ‘mascaramento’ da afinidade, de tal forma que a consangüinidade se acumula no centro do campo social de Ego, enquanto a afinidade tende a cobrir sua periferia. Isto se aplica tanto aos usos terminológicos como às atitudes de parentesco. Os cognatos próximos, sejam eles paralelos (consangüíneos) ou cruzados (afins), são consangüinizados do ponto de vista das atitudes; os afins reais, quando já não são cognatos próximos, tendem a ser tratados e chamados como se o fossem (ver o caso aguaruna acima). Em troca, parentes tecnicamente consangüíneos (paralelos à dravidiana) mas que são distantes dos pontos de vista genealógico, residencial ou político, isto é, que não reafirmaram seus laços com Ego pela realização de alianças similares às suas (casando-se com cognatos próximos dos afins de Ego), tendem a ser reclassificados com afins potenciais; a distância projeta os parentes na esfera da não-relação, que é marcada pela afinidade. De outro lado, acha-se o recíproco da afinização de consangüíneos distantes: a proliferação de termos de ‘co-afinidade’ diferentes dos termos de consangüinidade, e que são conceitualmente ambíguos, oscilando entre os valores do ‘germano’ e do ‘cunhado’. Assim, se um WZH ou um MBDH não são cognatos próximos, tenderão a ser classificados por categorias de co-afinidade, que podem eventualmente derivar para a afinidade terminológica ou mesmo matrimonial: veja-se o caso de um sistema canonicamente dravidiano como o dos Piaroa, onde o WZH é um ‘cunhado’, quando não é um irmão real (Overing Kaplan 1984: 154-55 n. 27).

57. Os cinco parágrafos seguintes retomam considerações já publicadas em Viveiros de Castro 1993a e Viveiros de Castro & Fausto 1993. Para a análise detalhada de um sistema dravidiano concêntrico da Amazônia, ver Silva 1995.

Muitos dos traços superficialmente 'iroqueses' de terminologias do dravidiano amazônico são o resultado deste processo de consangüinização dos cognatos cruzados próximos, como naqueles casos de terminologias onde os primos cruzados são assimilados a germanos ou os δ ZCh a filhos, mas onde o cálculo de cruzamento permanece dravidiano. Como A.-C. Taylor mostrou, contudo, não é preciso muito para que um sistema deste tipo assuma um perfil mais caracteristicamente iroquês: este é o caso dos Aguaruna, e talvez o de vários grupos do Alto Xingu, onde a terminologia é inequivocamente iroquesa (ou "tipo B variante 1") e onde o casamento com primos cruzados próximos é visto com certo desfavor (embora ocorra)⁵⁸. A consangüinização ideológica dos parentes próximos e a afinização ideológica dos parentes distantes pode dar lugar a um regime matrimonial onde a distância se torna um vetor positivo na orientação do campo da aliança. Mas isto não significa que os cognatos cruzados próximos sejam completamente assimilados a cognatos paralelos; ao contrário — e o Alto Xingu é um bom exemplo disso —, na medida que eles permanecem afins potenciais, isto é, afins com quem o casamento *não* teve lugar, os primos cruzados de primeiro grau recebem os valores de ambigüidade e hostilidade rituais que normalmente (nos sistemas de endogamia cognática próxima) marcam os ocupantes da periferia do campo social e matrimonial.

A dinâmica do dravidiano concêntrico não se explica simplesmente pelo fenômeno universal de enfraquecimento do conteúdo sociológico das categorias de parentesco à medida em que estas são aplicadas de modo puramente dedutivo a pessoas distantes de Ego. O que se passa aqui é uma *interferência estrutural* entre uma grade binária e uma escala contínua, de tal forma que a segunda modifica a lógica da primeira, fazendo com que o divisor maior da grade dravidiana não possua um *significado genealógico estável* neste regime. Em lugar, assim, do padrão 'axadrezado' das morfologias sociais clássicas de 'duas seções' (australiano, dravidiano indiano),

58. A possibilidade de uma estrutura de aliança 'iroquesa' foi sugerida por Marcela Coelho de Souza (1995), que encontrou traços de algo similar ao caso aguaruna em uma referência etnográfica aos Mehináku: embora os primos cruzados sejam parceiros sexuais possíveis, "sexo e casamento só são considerados apropriados para os netos de germanos de sexo oposto" (Gregor 1985: 62). Considerando-se que Gregor também indica que um 'irmão' e uma 'irmã' tendem a arranjar o casamento entre seus respectivos filhos, isto sugeriria um padrão antes 'iroquês' que 'aranda' de casamento com primos de segundo grau — o par 'irmão/irmã' sendo, neste caso, formado por primos cruzados de sexo oposto.

temos aqui um padrão de círculos concêntricos, com os consangüíneos circunscritos por categorias progressivamente mais e mais tingidas pela afinidade, até alcançarmos o setor extremo do campo social, onde emerge a categoria dos inimigos, a qual continua entretanto a ser concebida — ritual, política e mitologicamente — como determinada pela afinidade potencial, isto é, como encarnando a quintessência simbólica da afinidade. Isto produz uma fratura em quiasma na categoria amazônica da afinidade, que se poderia descrever como uma separação dos termos e das relações: de um lado, afins sem afinidade, de outro, afinidade sem afins (Viveiros de Castro 1993a: 179)⁵⁹.

As referências na etnologia amazônica ao valor político, ritual e cosmológico da afinidade nas terras baixas sul-americanas remontam a um artigo pouco lembrado de Lévi-Strauss, onde este propunha mostrar como “um certo laço de parentesco, a relação entre cunhados, possuía entre muitas tribos sul-americanas um significado que transcendia de muito a simples expressão de um relacionamento [de parentesco]” (1943: 398). Desde então proliferaram as análises do caráter estratégico da afinidade na Amazônia, e em particular de seu papel mediador entre o local e o global, o ‘parentesco’ e a ‘política’, o interior e o exterior (Rivière 1969, 1984: 79-80; [Overing] Kaplan 1975, 1984; Dreyfus 1977: 380; Taylor 1983: 345-47; Turner 1979, 1984; Albert 1985; Descola 1993a, 1993b). Eu acrescentaria que este lugar central da afinidade, sua capacidade de transcender “a simples expressão de um relacionamento” — isto é, de transcender o parentesco enquanto tal —, dá a esta categoria um valor englobante nos sistemas amazônicos análogo àquele que a descendência exibe em outras sociedades (ou modelos antropológicos) do planeta: o valor de modelo para o *socius*, de ‘idioma’ que articula e subordina o parentesco aos planos sociopolítico e cosmológico. A fratura acima aludida entre afinidade efetiva e afinidade potencial está na origem de uma oposição hierárquica entre afinidade e consangüinidade: no plano local (no ‘domínio doméstico’, como diriam os africanistas), isto é, no plano onde o parentesco é efetivamente operativo nos sistemas amazônicos, a afinidade é atraída e englobada pela consangüinidade; no plano global (que corresponderia ao ‘domínio político-jural’ dos africanistas, no caso

59. Esta minha formulação de uma “afinidade sem afins” foi subsequentemente desenvolvida por Descola (1993a: 183; 1993b: 305) para os Jívaro Achuar, com as devidas modulações.

amazônico melhor descrito como plano político-ritual — ver Albert 1985), ao contrário, é a afinidade potencial que engloba e circunscreve o parentesco como um todo. Tal inversão nas posições respectivas da afinidade e da consangüinidade quando passamos do plano local ao plano global é um índice eloquente da natureza propriamente hierárquica da oposição entre estas duas categorias (Dumont 1983b: 244)⁶⁰.

Naquelas sociedades onde a filiação domina a aliança no plano global, a principal categoria sociocosmológica vem a ser a ‘descendência’ — cuja dependência da filiação no sentido genealógico é, como se sabe, assaz tênue —; já naquelas onde, como na maioria dos casos amazônicos, a aliança domina a filiação neste mesmo plano global, o idioma sociocosmológico prevalecente seria a afinidade. As categorias de parentesco amazônico estariam assim em uma relação análoga àquela mantida pelos conceitos *mar* e *buth* dos Nuer (Evans-Pritchard 1951): assim como o parentesco *mar* inclui parentes agnáticos e uterinos, assim também a cognação amazônica inclui consangüíneos e afins; e assim como o parentesco *buth* só começa quando a agnação perde o suporte cognático e genealógico do *mar*, tornado-se um idioma sociológico tanto mais poderoso quanto menos ‘local’ ele é, assim também a afinidade potencial começa ali onde a afinidade perde seu substrato matrimonial e co-residencial efetivo. E assim como Lienhardt (1961: 46) falava de uma “*transcendental fatherhood*” manifestada no conceito dinka de divindade, assim também se pode talvez falar de uma ‘afinidade transcendental’ amazônica — em certos casos, em sentido idêntico ao de Lienhardt (Viveiros de Castro 1992).

Coexistências e transições

A exposição precedente sugere que o regime de muitos sistemas de parentesco amazônicos (e de seus similares alhures) desenvolve a perspecti-

60. Sobre as razões que teriam levado Dumont — paladino da hierarquia e censor dos que reduzem a noção de oposição a sua variante simétrica e distintiva — a ver nos sistemas dravidianos indianos uma relação “equistatutária” entre consangüinidade e afinidade, e portanto a caracterizarem “uma ilha de igualdade no oceano da casta” (1983a: 166-67, 210-21), ver Viveiros de Castro 1993a: 174, 202-04 n. 21.

va egocentrada da matriz dravidiana até um ponto de desequilíbrio entre afinidade e consangüinidade, categorias que se tornam assim radicalmente locais e intransitivas. Se associarmos isto à presença freqüente de termos de co-afinidade, às variadas neutralizações da dicotomia básica em G0, à presença de termos separados de afinidade (que criam o ternarismo 'paralelos / cruzados / afins'), e à flutuação genealógica do cálculo de cruzamento segundo parâmetros de tipo geopolítico, então creio que se pode concluir estarmos diante de uma variante sociológica (e ocasionalmente terminológica) do dravidianato, que se localizaria a meio caminho entre o dravidianato clássico — o qual 'tenderia' para a variante sociocêntrica dos sistemas australianos — e os sistemas de tipo iroquês.

Resta um ponto a comentar: a diferenciação tipológica entre os esquemas dravidiano, australiano e iroquês (e suas numerosas subvariedades) não implica que tais configurações não possam coexistir em uma mesma sociedade, área cultural ou sistema regional, definindo diferentes 'modos' (no sentido musical) terminológicos ou diferentes níveis de classificação do campo social. A ocorrência isolada (ressalvada minha ignorância etnográfica) do esquema dravidiano na Austrália — justamente entre os Kariera — pode assim ser tanto uma evidência de um autêntico 'dravidiano modelo B' naquele continente, quanto uma confusão do etnógrafo entre dois modos terminológicos do parentesco kariera: um, dravidiano, fundado no comum 'paralelismo' de F e M em oposição ao comum 'cruzamento' de MB e FZ; e o outro, australiano normal, fundado na comum alocação de cada par B/Z envolvido na troca simétrica a uma seção específica (F + FZ e M + MB sendo então membros de seções opostas). A existência das terminologias de perfil aluridja e o modelo de aliança bardi sugerem também que a Austrália abriga sistemas com cruzamento iroquês, e que é assim possível 'passar' do tipo sociocêntrico 'australiano normal' ao tipo iroquês egocêntrico ou vice-versa.

O caso dos Pintupi, povo do Deserto Ocidental australiano excelentemente descrito por F. Myers (1986: 180-218), mostra a coexistência complexa de dois sistemas de categorização: um, "formal", de tipo aranda ou walbiri, com os termos divididos de acordo com as seções e subseções, e tendo o casamento com a MMBDD como a forma canônica de união (embora o casamento na subseção dos primos cruzados de primeiro grau seja uma "segunda opção aceitável"); e outro, "pragmático", de tipo "*Western Desert Aluridja*", com uma terminologia geracional em G0, que seria fundado na

co-residência e na avaliação escalar de um campo social cognático concentricamente ordenado (casamento com “*distant people*” — : 185). Estas duas terminologias (ou modos terminológicos) contradizem-se em muitos pontos, a começar, naturalmente, por suas diferentes classificações nepóticas (: 184, 192, 198). Na verdade, o sistema pintupi parece combinar traços dos esquemas ‘walbiri’, ‘aluridja’ (iroquês) e ‘dravidiano’. Por exemplo (: 195-96), se um MMBS é um parente socialmente próximo, ele é assimilado à categoria consanguínea de ‘pai’, em estilo dravidiano (digo ‘dravidiano’ e não ‘australiano normal de quatro seções’ porque esta métrica de distância social opera conjuntamente com a terminologia nepótica de tipo dravidiano-iroquês); mas se ele é um parente social e geograficamente distante, ele é classificado na categoria afim cujo foco é o WMB ($\neq F$, em estilo aranda-walbiri). Um dos modos pelos quais esta ‘luta de classificações’ é administrada pelos Pintupi é especialmente interessante: os diagramas de Myers (: 192) indicam que parentes colaterais afastados (p.ex., primos descendentes de FFZ e MMB distantes) são classificados ao modo aranda, ao passo que colaterais próximos e parentes lineares são classificados ao modo dravidiano. Os primos cruzados de primeiro grau são ambíguos, ora definidos (e classificados) como “semelhantes a germanos”, ora como “semelhantes a cônjuges” (: 199, 201, 208-09).

Myers afirma que a adoção do sistema de subseções no Deserto Ocidental australiano é recente, mostrando todos os sinais de que ele foi superposto a uma rede classificatória egocentrada original. De fato, como muitos etnógrafos daquele continente sustentaram, as seções parecem ser sempre regularizações acrescentadas a terminologias egocentradas. Isto levaria à conclusão que o padrão australiano normal é uma inovação dentro de uma paisagem básica de tipo provavelmente dravidiano. Contrariamente a Dumont, portanto — que diz em algum lugar que a ‘fórmula global’ deve sempre preceder a ‘fórmula local’ —, tudo leva a crer que o padrão australiano normal é, como Trautmann havia sugerido (1981: 237), uma transformação sociocêntrica de configurações de tipo dravidiano-B. Mas é necessário insistir que este ‘sociocentramento’ é uma *transformação estrutural real* da terminologia, e não uma mera etiquetagem das superclasses latentes do dravidiano-B (visto que estas não coincidem com as seções australianas em $G \pm 1$). Isto sugere ainda, como muitos já observaram, que as seções matrimoniais australianas infletem a terminologia e servem como uma linguagem cômoda para descrever o sistema matrimonial, mas que estas inflexões e

esta linguagem não são efetivamente operativas na dinâmica matrimonial, a qual permanece ordenada por uma codificação egocentrada do espaço social, e portanto por uma estrutura de tipo dravidiano.

A coexistência de esquemas terminológicos sociocêntricos de tipo 'seção' e esquemas dravidianos também pode ser vista na Amazônia. O caso já evocado dos Cuiva é um bom exemplo (ver *supra*, Figura 6). Pelo que sei dos demais povos desta família lingüística (muito concentrada geograficamente), a terminologia básica dos Guahibo é de tipo dravidiano-A (Queixalós 1983; Metzger & Morey 1983), sem nenhum traço das estranhas equivalências auto-recíprocas dos Cuiva. Ademais, os próprios Cuiva possuem um núcleo terminológico dravidiano-A (Arcand 1977), que se aplica aos parentes *próximos ou lineares*, com uma terminologia nepótica do tipo $F + M / Ch, MB + FZ / \text{♀}BCh + \text{♂}ZCh$, e com termos distintos para cada nível geracional. Os termos auto-recíprocos da estrutura em 'corda' parecem ser aplicados preferencialmente aos *colaterais* ($FB / BCh, MZ / ZCh, FFZ, MMB, MFB$ etc.) que, em clave dravidiana, seriam assimilados aos parentes lineares das gerações respectivas⁶¹.

Os sistemas de parentesco dos Pano da Amazônia ocidental também ilustram este fenômeno de coexistência entre fórmulas locais e globais. Alguns grupos pano usam terminologias puramente dravidiano-A, não mostrando nenhum sinal de metades ou seções, como os Katukina (Lima 1994: 42-46). Os Amahuaca (Dole 1978), também sem seções ou metades, parecem combinar uma terminologia de tipo 'dravidiano concêntrico' com algumas equações 'iroquesas' ($FMBD/FFZD = FZ$) e uma tendência a usar termos de germanidade para os primos cruzados; mas eles também mostram algumas equações auto-recíprocas que seriam consistentes com os esquemas australiano, dravidiano-B ou cuiva ($\text{♂}F = S; \text{♀}FZ = BCh, \text{♂}ZS = F, \text{♂}ZD = FZ$).

Os Matis (Erikson 1990: I, 110-46; II: 415-31) não têm metades nem seções nomeadas, mas usam uma terminologia quase puramente australiana

61. Arcand (: 31-32) avança uma interpretação cosmológica para o esquema de 'filiação cruzada' inerente à terminologia auto-recíproca dos Cuiva, a saber, a operação de um princípio metafísico segundo o qual todo elemento dos cosmos é sempre gerado por um outro que lhe é logicamente oposto; assim, figuras análogas às 'cordas' masculino-femininas da terminologia seriam encontráveis na mitologia cuiva, nas classificações naturais etc.

normal em suas equações auto-recíprocas; na verdade, como em outras terminologias pano, mais 'pura' mesmo que o esquema terminológico australiano, pois *todos* os termos de parentesco são auto-recíprocos entre as gerações alternas. Tal terminologia australianóide dos Matis derivaria, como no caso dos demais Pano que a possuem, das regras que governam a transmissão de nomes pessoais (FF=MMB → SS; MM=FFZ → DD). Entretanto, cabe sublinhar que ela é usada acima de tudo no registro *vocativo*. Na terminologia *referencial*, ao contrário, há uma nítida coexistência de equivalências australianas e de um núcleo dravidiano: assim, os ChCh são distinguidos de ♂BChCh (≠ ♂ZChCh) e de ♀ZChCh (≠ ♀BChCh); F e M usam o mesmo termo para Ch, que é distinto do termo auto-recíproco para ♂BCh (= ♀BCh = FB + FZ) e daquele para ♂ZCh (= ♀ZCh = MB + MZ). Em outras palavras: de um modo análogo ao dos casos cuiva e pintupi, os parentes *lineares* são classificados em estilo dravidiano-A (com exceção de G+2, que é sempre bipartida ao modo australiano ou dravidiano-B), ao passo que os *colaterais* são classificados em estilo australiano. Acrescenta-se que classificadores de distância ou de 'intensidade' de parentesco são onipresentes e fundamentais no caso matis, como em todos os sistemas pano, e que Erikson (: I, 125) sugere que sua eventual predominância pode explicar a existência de sistemas de tipo 'havaiano' (mais provavelmente 'iroquês variante 4') entre alguns pano, como os Shipibo e Conibo.

Os Cashinahua (Kensinger 1984, 1991) têm duas metades e quatro seções nomeadas; as seções seriam cristalizações sociocêntricas dos 'grupos de homônimos' (*namesake groups*) criados pela regra onomástica, e as metades resultariam do alinhamento patrilinear das seções duas a duas. A terminologia *vocativa* dos Cashinahua é de tipo inequivocamente australianóide, com redução completa a equivalências auto-recíprocas, mas a terminologia nepótica de *referência* é dravidiana, para os parentes *tanto lineares como colaterais*: F(B) + M(Z) / ♂(B)Ch = ♀(Z)Ch; MB + FZ / ♂ZCh = ♀BCh [=SW=DH]. Os Marubo se dividem em pelo menos onze pares matrilineares de seções exogâmicas nomeadas (Melatti 1977); eles também apresentam uma terminologia australianiana associada a um núcleo dravidiano (F + M / Ch).

Os Yaminahua, por fim, são descritos por Townsley (1988) como dispendo de três estruturas diferentes de classificação social: uma, dravidiana, fundada na percepção cognática e concêntrica do campo social e em uma lógica da reprodução corporal, manifesta-se na terminologia de *referên-*

cia para os parentes *lineares*; uma outra, australiana, de tipo diametral, baseada na reprodução onomástica das gerações alternas, que configura quatro seções não-nomeadas e que se manifesta na terminologia *vocativa*; e uma outra ainda, dualista, fundada em uma partição do cosmos em metades patrilineares nomeadas que transmitem o componente espiritual da pessoa humana.

Observe-se ainda que muitas (mas não todas) terminologias pano exibem conjuntos mais ou menos completos de termos separados de afinidade: Katukina (Lima 1994: 44-45); Sharanahua (Siskind 1973: 79-80); Cashinahua (McCalum 1989: 122, 127); Yaminahua (Calavia 1995: 62-64); Marubo (Melatti 1977: 101)⁶².

Se os exemplos acima mostram a coexistência de esquemas australianos e dravidianos, outros casos amazônicos trazem combinações diferentes. Os sistemas de parentesco dos povos tupi-guarani foram analisados por Fausto (1991, 1995; ver Viveiros de Castro & Fausto 1993) a partir de uma divisão em três tipos básicos: (1) configurações 'iroquesas variante 3' — terminologia de fusão bifurcada em $G \pm 1$, geracional em G_0 , casamento entre 'germanos' distantes, genealogicamente 'cruzados' ou 'paralelos' (Tapirapé, Tenetehara, Kaiowá)⁶³; (2) terminologias de tipo dravidiano-A, com ou sem termos separados de afinidade (Wayãpi, Kagwahiv, Ka'apor, Kayabi, Asurini, Araweté), e casamento de primos cruzados bilaterais⁶⁴.

62. O primeiro etnógrafo a chamar a atenção para as implicações teóricas das terminologias de afinidade pano foi Lima (1994: 44-45). A presença de termos específicos de afinidade entre tantos grupos pano parece contradizer a tese de Hornborg (1993: 103-04) que faz da fusão completa entre afins e colaterais cruzados um traço fundamental dos sistemas dravidianos, 'kariera' (i.e. australianos) e dos sistemas pano.
63. Estes três casos etnográficos de terminologias 'iroquesas variante 3' foram os únicos exemplos da família linguística tupi-guarani analisados por Wagley & Galvão (1946), que assim propuseram um "tipo tupi" de terminologia, essencialmente idêntico ao que os norte-americanistas chamaram, mais ou menos na mesma época, de "tipo cheyenne". Dole (1969) mais tarde veio a rebatizá-lo "*bifurcate-generation type*" e a identificá-lo entre os Kuikuru (Caribe) do Alto Xingu.
64. Há variações importantes dentro deste subconjunto que ultrapassam a questão (a meu ver, secundária) da presença ou não de termos de afinidade. Sua comum caracterização pelo rótulo de 'dravidiano-A' diz respeito essencialmente ao cálculo de cruzamento e à classificação em G_0 e $G+2$; pois na maioria dos casos, as terminologias tupi-guarani apresentam uma estrutura lexical mais complexa que o dravidiano típico, distinguindo, por exemplo, δCh (onde $\delta S \neq \delta D$) de φCh (onde $\varphi S = \varphi D$), ou $\delta ChCh$ de $\varphi ChCh$, ou δZCh de

(3) terminologias marcadas em grau variável por equivalências associadas ao casamento avuncular MB/ZD (Parakanã, Suruí, Tupinambá, Guarani antigos). Observe-se que algumas das sociedades que usam terminologias iroquesas e favorecem casamentos distantes são numericamente pequenas, e que entre aquelas com casamento avuncular (regime que se poderia chamar de 'hipo-dravidiano') estão os numerosos e poderosos Tupinambá e Guarani do século XVI. Isto me leva a duvidar das correlações simples estabelecidas entre, de um lado, terminologias dravidianas, casamento endogâmico próximo e pequenas sociedades marginais, e, de outro, terminologias iroquesas (ou crow-omaha), casamento com parentes distantes e sociedades demográfica e economicamente 'afluentes' (tal é a tese geral de Hornborg [1988] e principalmente de Henley [s.d.])⁶⁵.

♀BCh. Vale notar que *nenhuma* desta assimetrias pode ser explicada em termos de qualquer dualismo sociocêntrico subjacente, isto é, pelo recurso à presença de metades (que ocorrem em alguns poucos grupos tupi-guarani, notadamente entre os Kagwahiv).

65. Considere-se ainda que os Caribe, o outro foco clássico do casamento avuncular no continente, eram os senhores de uma vasta região da Amazônia setentrional e das Antilhas, nos séculos XVI e XVII. Não se sabe grande coisa sobre o regime matrimonial dos Caribe antigos, mas tampouco se parece estar em condições de garantir que a preferência avuncular (e a preferência endogâmica) atestada em grupos caribe contemporâneos seja posterior à redução demográfica e política destas sociedades. Não há dúvida que, à primeira vista, as terminologias dravidianas se prestam melhor a organizar regimes matrimoniais de endogamia cognática próxima (pois os primos cruzados de primeiro grau são parceiros possíveis e eventualmente preferenciais), e que as terminologias iroquesas se prestariam melhor a comandar regimes matrimoniais onde a distância de cognação é um vetor positivo (o que suporia populações maiores). Creio que se pode admitir, igualmente, que a supracitada correlação defendida por Henley, apesar de sua problemática convergência com teses 'degeneracionistas' à la A. Roosevelt, mostra uma certa correspondência muito genérica com a paisagem etnográfica contemporânea ou recente. Entretanto, há que observar: (1) esta interpretação dos correlatos demográfico-morfológicos da diferença dravidiano/iroquês depende de uma interpretação genealogista e 'elementarista' das estruturas terminológicas e das regras matrimoniais ali implicadas; (2) ela esquece portanto, entre outras coisas, que há várias sociedades do planeta onde as terminologias dravidianas (ou, aliás, australianas) — que equacionam 'prima cruzada' e 'esposa' — estão associadas a normas que *proibem* o casamento com as primas cruzadas de primeiro grau, forçando assim um regime matrimonial de relativa exogamia de cognação (ver nota 44 *supra*); (3) ela supõe, muito funcionalmente, que o parentesco (ou a aliança) desempenha um mesmo papel em toda sociedade 'primitiva' — o papel de dispositivo central de integração sociomorfológica — e que assim, em uma sociedade demograficamente numerosa (e não dividida em castas ou classes endogâmicas), o regime matrimonial *necessariamente* visará casamentos distantes, por seu

O sistema de parentesco dos Parakanã (o único caso de casamento avuncular entre os Tupi-Guarani que foi estudado em profundidade: ver Fausto 1991) mostra a coexistência entre uma regra de casamento com a ZD (=MBD) e uma opção matrimonial pela FZD, freqüentemente exercida: é comum que um homem renuncie a seu direito sobre a ZD em favor de seu próprio filho⁶⁶. Tal possibilidade, porém, não é totalmente consistente com as identificações genealógicas e/ou terminológicas características de um padrão puramente avuncular (FZ = MM, FZCh = MB + M, etc.). A terminologia parakanã evita a assimilação de todas as primas cruzadas patrilaterais à categoria 'mãe' (ou antes 'MZ') pelo recurso ao critério de senioridade relativa: os primos cruzados (patri- e matrilaterais) mais velhos que Ego são assimilados aos germanos da mãe, ao passo que os mais moços são identificados com os filhos da irmã. O sistema é, na verdade, o produto da coexistência de duas estruturas formais distintas, uma 'horizontal-dravidiana', a outra 'obliqua-avuncular', o que se traduz em alguns efeitos complexos (ou, a rigor, 'semicomplexos'; ver Viveiros de Castro 1990, 1993b): a não-equivalência entre germanos de mesmo sexo ($M \neq MZ = FZDe$; $MM \neq MMZ = FZ$); o conseqüente aparecimento de uma distinção entre parentes lineares, classificados ao modo dravidiano, e parentes colaterais, classificados ao modo 'avuncular' — *o mesmo fenômeno que vimos na combinação australiano-dravidiano entre os Pano* —; e uma distinção entre os cálculos terminológicos masculino e feminino.

supostamente maior potencial 'integrativo'; (4) ela não dá conta consistentemente de casos etnográficos cruciais — além do problema do casamento avuncular dos Tupi quinhentistas, veja-se por exemplo o caso dos Tukano e Aruaque do Rio Negro, que são muitíssimo mais 'dravidianos' que 'iroqueses', apesar do porte e da complexidade do sistema regional que compõem, ou o caso do Alto Xingu, onde a já antiga redução populacional a níveis típicos de uma situação 'dravidiana' não parece ter empurrado a terminologia para esta direção, visto que ela permanece de tipo iroquês.

66. Os materiais tupi-guarani decididamente confirmam a idéia de uma conexão estrutural entre os casamentos avuncular e patrilateral (Lévi-Strauss 1967: 500; Trautmann 1981: 206), apesar dos argumentos etnográficos e formais em contrário (Good 1980: 490; Tjon Sie Fat 1990: 170). Apenas, em lugar do se ver o primeiro como derivativo do segundo, como quer Lévi-Strauss, o inverso seria mais bem o caso: é o casamento patrilateral que aparece como o resultado de um direito avuncular transferido de um homem para seu filho.

O ponto importante, contudo, é que todas as terminologias tupi-guarani, como Fausto argumenta, mostram a fusão bifurcada em $G \pm 1$, mas nenhuma delas possui termos *específicos* para os primos cruzados. Nos casos 'iroqueses variante 3', os primos cruzados são assimilados aos germanos; nos casos 'avunculares', eles são projetados para $G \pm 1$; e nos casos 'dravidianos', os termos para 'primo cruzado' são palavras que significam 'não-parente', 'afim potencial', 'inimigo' — e isto tanto nas terminologias que *não* possuem termos separados de afinidade como nas que os possuem. Tudo isto sugere uma instabilidade geral na posição dos primos cruzados para os sistemas tupi-guarani, uma espécie de 'valor zero', ou 'casa vazia' que é preenchida diferencialmente em cada um dos três padrões básicos.

A análise de Fausto sugeriu-me uma generalização etnográfica e teórica cuja pertinência ainda precisa ser testada. Do ponto de vista etnográfico, é possível que as terminologias 'iroquesas variante 3', ou 'dravidiano-A' com neutralização do cruzamento em G_0 , tão difundidas nas terras baixas do continente (além dos casos já mencionados, ver os Kadiweu, Kiriri, Shipibo, Yaruro, talvez os Warao, para tomarmos exemplos de diferentes famílias lingüísticas), assim como as terminologias de projeção oblíqua do Brasil Central — usualmente classificadas dentro da família tipológica crow-omaha —, estejam manifestando a *mesma* instabilidade e o *mesmo* vácuo terminológico que marca a posição dos primos cruzados nos sistemas tupi-guarani. O padrão 'dravidiano concêntrico' teria assim como uma de suas propriedades precisamente a posição liminar dos primos cruzados, ora atraídos pela consangüinidade dos germanos, ora repelidos para a afinidade dos estrangeiros.

A conexão com as terminologias dos Jê e Bororo Brasil Central (normalmente associadas com regimes matrimoniais que proibem casamento de primos — embora a literatura registre vários de casos de preferência patrilateral, e um de preferência matrilateral) talvez não seja tão absurda. A transição entre o regime amazônico-avuncular e o regime 'semicomplexo' de tipo centro-brasileiro pode ser bem mais curta que se imaginava. Em primeiro lugar, a terminologia dos famosos Sirionó, tupi-guarani da Bolívia, onde a FZD é matrimonialmente proibida (classificada que é ao modo 'crow' como $FZD = FZ = FM$) e onde a MBD define a categoria prescrita ($MBD \neq ZD$, a sobrinha uterina sendo proibida como esposa), pode ser interpretada como uma transformação do padrão terminológico-matrimonial avuncular característico dos tupi-guarani, especialmente se considerarmos

que os dados recentes sobre os Yuqui, povo culturalmente muito próximo dos Sirionó, revelam uma nítida preferência avuncular (Stearman 1989). Note-se que a terminologia pseudo-crow dos Sirionó e sua norma matrimonial matrilateral são praticamente idênticas ao que Menget (1977) viu entre os Txicão, grupo caribe do Médio Xingu que mostra fortes semelhanças estruturais com as sociedades centro-brasileiras. Mas, no caso txicão, os primos patrilineares oscilam entre uma classificação de tipo sirionó e uma de tipo parakanã (FZD = FZ = FM, ou FZD = MBD = W). Acrescente-se que os Txicão permitem a união entre MB e ZD classificatórios; que os Caribe são, junto com os Tupi, os exemplos clássicos do casamento avuncular na Amazônia; que os Trio, caribes da Guiana, apresentam a mesma estrutura híbrida 'horizontal-avuncular' dos Parakanã (Rivière 1969); e que os Arara, parentes mais próximos dos Txicão (Teixeira Pinto 1995) possuem uma terminologia com fortes traços de casamento avuncular e praticam esta forma de união (entre outras).

Em segundo lugar, muitas das terminologias centro-brasileiras apresentam, dentro de um padrão geral de tipo 'crow-omaha', duas peculiaridades interessantes: (1) as equivalências de projeção oblíqua para os primos cruzados variam de grupo para grupo, ora produzindo soluções 'crow', ora 'omaha' — e, dentro da *mesma* sociedade, podem coexistir classificações de primos de tipo crow e omaha (DaMatta 1979; Ladeira 1982)⁶⁷; (2) há simetrias que divergem notavelmente do *skewing* unilateral dos tipos clássicos crow e omaha: assim, os sistemas dos Jê Setentrionais projetam *tanto* a FZ *como* o MB para G+2, e, reciprocamente, *tanto* ♂ZCh *como* ♀BCh são projetados para G-2; isto não é nem crow nem omaha, mas é idêntico ao que fazem os Sirionó, os Tupi-Mondé, os Yanomam e outros grupos amazônicos, em particular aqueles que mostram preferências avunculares.

67. Ver Maybury-Lewis (1979: 239): as terminologias jê são basicamente semelhantes, diferindo apenas no modo como classificam os primos cruzados. Curiosamente, contudo, o autor interpreta isto como significando que tais variações não são importantes, visto que "dizem respeito a algo periférico, como a categoria de primo cruzado" (: 214). Tal argumento parece estar ecoando a aversão, comum entre os seguidores de Needham, à ênfase que as tipologias tradicionais dão à classificação dos primos. Peço licença para discrepar: do ponto de vista de uma teoria da aliança, a classificação dos primos está muito longe de ser um problema "periférico"; ela só o é se nos resignarmos a tomar as terminologias de parentesco como puras classificações culturais, sem maiores implicações sociológicas.

A generalização teórica com a qual encerro o presente ensaio sugere a possibilidade de pensarmos este ‘valor zero’ dos primos cruzados como caracterizando um daqueles modelos ‘menos icônicos’ de que falava no início. Assim como se pode definir uma dravidiano *genealogicamente* subespecificado, onde a oposição entre consangüinidade e afinidade opera independentemente da oposição entre ‘paralelo’ e ‘cruzado’ — e onde portanto tanto esquemas ‘dravidianos’ como ‘iroqueses’ podem estar associados a uma estrutura de aliança simétrica —, assim também se pode imaginar um dravidiano *terminologicamente* subespecificado, onde a posição dos parentes cruzados em G_0 é uma espécie de ‘casa vazia’ diferencialmente preenchida por cada configuração particular: ora ao modo canonicamente ‘australiano’ ou ‘dravidiano quase-diametral’; ora ao modo ‘iroquês’, em suas diversas variantes; ora ao modo avuncular; ora, finalmente, por meio das equivalências oblíquas de tipo ‘crow’ ou ‘omaha’. O que permanece estável, e portanto define a lei estrutural deste modelo, é a presença de uma *oposição não-neutralizável* em $G + 1$: a oposição entre consangüíneos e afins resultante da troca simétrica que teve lugar na geração imediatamente anterior à de Ego, e que comanda a transmissão da afinidade nas gerações subseqüentes. Resta ver até onde esta idéia pode levar. Um de seus desenvolvimentos possíveis leva à reformulação da tipologia que ordena os sistemas de aliança em termos de “elementaridade”, “semicomplexidade” e “complexidade” (Viveiros de Castro 1990, 1993b). Os dois modelos generalizados do esquema dravidiano — a extensão meta-genealógica de A.-C Taylor e a extensão meta-terminológica aqui proposta — parecem sugerir que as noções de ‘elementar’, ‘complexo’ e ‘semicomplexo’ não marcam uma diferença essencial entre tipos de *sistemas*, mas sim uma diferença de *regimes* ou *registros* de estruturas de aliança exaustivamente descritas pelas três fórmulas elementares de *Les Structures élémentaires de la parenté*, ou por sua generalização matemática empreendida por Tjon Sie Fat (1990). O fenômeno da maior ou menor ‘complexidade’ de um sistema de aliança estaria neste caso associado à maior ou menor possibilidade de modelizá-lo diretamente com os postulados do esquematismo elementar. Trata-se enfim de saber se podemos supor a identidade estrutural (e conseqüente redutibilidade diagramática) entre germanos de mesmo sexo dos pontos de vista terminológico e matrimonial, ou se é preciso partir de sua não-identidade; de saber se a passagem entre perspectivas locais e globais do sistema de aliança é linear ou não-linear; de saber se a interpretação genealógica das

discriminações terminológicas é direta ou apenas indireta; de saber, enfim, se a relação entre o padrão de repetição de alianças e o fechamento genealógico das redes matrimoniais é determinada ou indeterminada.

Agradecimentos

Agradeço a Maurice Godelier, Franklin Tjon Sie Fat, Michael Houseman e Carlos Fausto por seus comentários aos rascunhos do texto; e agradeço especialmente a Thomas Trautmann por suas críticas detalhadas e sugestões generosas, sempre marcadas por um grande espírito de tolerância e de coleguismo. As deficiências e erros que permanecem são de minha responsabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Bruce. 1985. Temps du Sang, Temps des Cendres: Représentation de la Maladie, Système Rituel et Espace Politique chez les Yanomami du Sud-est (Amazonie Brésilienne). Tese de doutorado, Université de Paris X, Nanterre.
- ALLEN, Nicholas J. 1975. Byansi Kinship Terminology: A Study in Symmetry. *Man* 10 (1): 80-94.
- _____. [1996]. "The Prehistory of Dravidian-type Terminologies". In *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha* (T. Trautmann, M. Godelier & F. Tjon Sie Fat, orgs.), Washington D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- ARCAND, Bernard. 1977. "The Logic of Cuiva Kinship". *Actes du XLI^{ème} Congrès International des Américanistes*. Vol.II: 19-34.
- ARVELLO-JIMÉNEZ, Nelly. 1974. *Relaciones Políticas en una Sociedad Tribal: Estudio de los Ye'cuana, Indígenas del Amazonas Venezoelano*. Mexico: Instituto Indigenista Interamericano.
- BARNARD, Alan & Anthony GOOD. 1984. *Research Practices in the Study of Kinship*. Londres: Academic Press.
- BARNES, Robert H. 1984. *Two Crows Denies It: The History of a Controversy in Omaha Sociology*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- BOUEZ, Serge. 1989. "L'Alliance Classificatoire chez les Ho: Préférence ou Prescription". In *Les Complexités de l'alliance, I: les systèmes semi-complexes* (F. Héritier-Augé & E. Copet-Rougier orgs.). Paris: Archives Contemporaines. pp. 1-22.
- BOWDEN, Ross. 1983. Kwoma Terminology and Marriage Alliance: The 'Omaha' Problem Revisited. *Man* 18 (4): 745-65.

AMBOS OS TRÊS

- BUCHLER, Ira R. 1967. L'Analyse Formelle des Terminologies de Parenté Iroquoises. *L'Homme* 7 (1): 5-31.
- BUCHLER, Ira R. & Henry A. SELBY. 1968. *Kinship & Social Organization: An Introduction to Theory and Method*. New York: Macmillan.
- CALAVIA, Oscar. 1995. O Nome e o Tempo dos Yaminawa. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- CAMPBELL, Alan T. 1989. *To Square with Genesis: Causal Statements and Shamanic Ideas in Wayâpi*. Edinburgo: Edinburgh University Press.
- COELHO DE SOUZA, Marcela S. 1995. "Da Complexidade do Elementar: Para uma Reconsideração do Parentesco Xinguanó". In *Antropologia do parentesco: estudos ameríndios* (E. Viveiros de Castro, org.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. pp. 121-206.
- DaMATTA, Roberto. 1979. "The Apinayé Relationship System: Terminology and Ideology". In *Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil* (D. Maybury-Lewis, org.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press. pp. 83-127.
- DESCOLA, Philippe. 1993a. Les Affinités Sélectives: Alliance, Guerre et Prédation dans l'Ensemble Jivaro. *L'Homme* 126/128 [33 (2/4)]: 171-190.
- _____. 1993b. *Les Lances du Crépuscule: Relations Jivaros, Haute-Amazonie*. Paris: Plon.
- DOLE, Gertrude. 1957. The Development of Patterns of Kinship Nomenclature. Tese de doutorado, University of Michigan.
- _____. 1969. Generation Kinship Nomenclature as an Adaptation to Endogamy. *Southwestern Journal of Anthropology* 25 (2): 105-123.
- _____. 1978. "Pattern and Variation in Amahuaca Kin Terminology". In *Social Correlates of Kin Terminology (Working Papers on South American Indians, I)* (K. Kensinger, org.). Bennington: Bennington College. pp. 13-36.
- DREYFUS, Simone. 1977. "Note sur l'Espace des Relations Sociales et la Structure de Parenté: Propositions pour un Modèle Sud-américain de l'Alliance Symétrique". *Actes du XLII^{ème} Congrès International des Américanistes*. Vol.II: 379-385.
- DUMONT, Louis. 1971. *Introduction à Deux Théories d'Anthropologie Sociale: Groupes de Filiation et Alliance de Mariage*. Paris: Mouton.
- _____. [1953, 1957, 1966, 1970] 1975. *Dravidien et Kariera: L'Alliance de Mariage dans l'Inde du Sud, et en Australie*. Paris: Mouton.
- _____. 1983a. *Affinity as Value: Marriage Alliance in South India, with Comparative Essays on Australia*. Londres: The University of Chicago Press.
- _____. 1983b. "La Valeur chez les Modernes et les Autres." In *Essais sur l'Individualisme: Une Perspective Anthropologique sur l'Idéologie Moderne* (L. Dumont). Paris: Seuil. pp. 222-262.
- EGGAN, Fred. [1937] 1955. "The Cheyenne and Arapaho Kinship System". In *Social Organization of North American Tribes* (F. Eggan, org.). Chicago: The University of Chicago Press (edição aumentada). pp. 35-95.
- ELKIN, A. P. [1954] 1967. *Les Aborigènes Australiens*. Paris: Gallimard.
- ERIKSON, Philippe. 1990. Le Matis d'Amazonie: Parure du Corps, Identité Ethnique et Organisation Sociale. Tese de doutorado, Université de Paris X, Nanterre.

- EVANS-PRITCHARD, Edward E. 1951. *Kinship and Marriage among the Nuer*. Oxford: Clarendon.
- FAUSTO, Carlos. 1991. Os Parakanã: Casamento Avuncular e Dravidianato na Amazônia. Dissertação de mestrado, Museu Nacional.
- _____. 1995. "De Primos e Sobrinhas: Terminologia e Aliança entre os Parakanã (Tupi) do Pará". In *Antropologia do parentesco: Estudos Ameríndios* (E. Viveiros de Castro, org.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. pp. 61-119.
- GELL, Alfred. 1975. *Metamorphosis of the Cassowaries: Umeda Society, Language and Ritual*. Londres: Athlone.
- GOOD, Anthony. 1980. Elder's Sister Daughter Marriage in South Asia. *Journal of Anthropological Research* 36 (4): 474-500.
- _____. 1981. Prescription, Preference and Practice: Marriage Practices among the Kondaiyankottai Maravar of South India. *Man* 16 (1): 108-129.
- _____. [sem data]. "On the non-existence of 'Dravidian kinship'". (inédito).
- GOODENOUGH, Ward H. 1970. *Description and Comparison in Cultural Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOODY, Jack. [1956] 1969. "A Comparative Approach to Incest and Adultery". In *Comparative Studies in Kinship* (J. Goody). Stanford: Stanford University Press. pp. 13-38.
- GOUGH, Kathleen. 1959. Resenha de Louis Dumont, *Une Sous-caste d'Inde du Sud*. *Man* 59, art. 323.
- _____. 1966. Resenha de Louis Dumont, *Une Sous-caste d'Inde du Sud e Hierarchy and Marriage Alliance in South Indian Kinship*. *Current Anthropology* 7 (3): 332-335.
- GREGOR, Thomas. 1985. *Anxious Pleasures: The Sexual Lives of an Amazonian People*. Chicago: The University of Chicago Press.
- GREGORY, Chris A. 1982. *Gifts and Commodities*. Londres: Academic Press.
- HENLEY, Paul. 1972. *The Panare: Tradition and Change on the Amazonian Frontier*. New Haven: Yale University Press.
- _____. [sem data]. "South Indian models in the Amazonian lowlands". (a ser publicado em *The Journal of the Royal Anthropological Institute*).
- HERITIER, Françoise . 1981. *L'Exercice de la Parenté*. Paris: Seuil/Gallimard.
- HORNBORG, Alf. 1988. *Dualism and Hierarchy in Lowland South America: Trajectories of Indigenous Social Organization*. Estocolmo: Almqvist & Wiksell (Uppsala Studies in Cultural Anthropology, 9).
- _____. 1993. Panoan Marriage Sections: A Comparative Perspective. *Ethnology* 32 (1): 101-108.
- HOUSEMAN, Michael. 1989. "Les Structures de l'Alliance chez les Beti: Analyse Critique du Fonctionnement Matrimonial dans les Systèmes Semi-complexes." In *Les Complexités de l'alliance, I: les systèmes semi-complexes* (F. Héritier-Augé & E. Copet-Rougier, orgs.). Paris: Archives Contemporaines. pp. 149-177.
- HOUSEMAN, Michael & Douglas R. WHITE. [1995]. "Structures réticulaires de la pratique matrimoniale". (a ser publicado em *L'Homme*).

AMBOS OS TRÊS

- _____. [1996]. "Taking Sides. Marriage Networks and Dravidian Kinship in Lowland South America". In *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha* (T. Trautmann, M. Godelier & F. Tjon Sie Fat, orgs.). Washington D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- IVES, John W. 1990. *A Theory of Northern Athapaskan Prehistory*. Boulder/San Francisco/Calgary: Westview Press/The University of Calgary Press.
- _____. [1996]. "Developmental Processes in the Pre-contact History of Athapaskan, Algonquian and Numic Kinship Systems". In *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha* (T. Trautmann, M. Godelier & F. Tjon Sie Fat, orgs.). Washington D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- JACKSON, Jean. 1983. *The Fish People: Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JUILLERAT, Bernard. 1977. Terminologie de Parenté Iafar (Nouvelle-Guinée). *L'Homme* 17 (4): 5-33.
- _____. 1986. *Les Enfants du Sang: Société, Reproduction et Imaginaire en Nouvelle Guinée*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- KAY, Paul. 1965. A Generalization of the Cross/Parallel Distinction. *American Anthropologist* 67 (1): 30-43.
- _____. 1967. On the Multiplicity of Cross/Parallel Distinctions. *American Anthropologist* 69 (1): 83-85.
- KEESING, Roger. 1975. *Kin Groups and Social Structure*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- KENSINGER, Kenneth M. 1984. "An Emic model of Cashinahua marriage." In *Marriage Practices in Lowland South America* (K. Kensinger, org.). Urbana: University of Illinois Press. pp. 221-251.
- _____. 1991. "Panoan Kinship Terminology and Social Organization: Dravidian or Kariera, or Something Else?" Trabalho apresentado ao simpósio "Classic Panoan Topics in the Light of Recent Research". XLVII International Congress of Americanists, Tulane University, Nova Orleans.
- KRONENFELD, David B. 1989. Morgan versus Dorsey on the Omaha Cross/Parallel Contrast: Theoretical Implications. *L'Homme* 109 [34 (1)]: 76-106.
- KUPER, Adam. 1983. *Anthropology and Anthropologists: The Modern British school*. London: Routledge & Kegan Paul (edição revista).
- LADEIRA, Maria Elisa. 1982. A Troca de Nomes e a Troca de Cônjuges: Uma Contribuição ao Estudo do Parentesco Timbira. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- LEACH, Edmond. [1951] 1961. "The Structural Implications of Matrilateral Cross-cousin Marriage". In *Rethinking Anthropology* (E. Leach). Londres: Athlone. pp. 54-104.
- _____. [1959] 1961. "Rethinking anthropology". In *Rethinking Anthropology* (E. Leach). Londres: Athlone. pp. 1-27.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1943. The Social Use of Kinship Terms among Brazilian Indians. *American Anthropologist* 45 (3): 398-409.

- _____. 1966. "The Future of Kinship Studies (The Huxley Memorial Lecture 1965)". *Proceeding of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland for 1965*: 13-22.
- _____. [1949] 1967. *Les Structures Élémentaires de la Parenté*. Paris/Haia: Mouton.
- _____. 1984. *Paroles Données*. Paris: Plon.
- LIENHARDT, Godfrey. 1961. *Divinity and Experience: The Religion of the Dinka*. Oxford: Clarendon.
- LIMA, Edilene Coffaci de. 1994. *Katukina: História e Organização Social de um Grupo Pano do Alto Juruá*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- LORRAIN, François. 1975. *Réseaux Sociaux et Classifications Sociales: Essai sur l'Algèbre et la Géométrie des Structures Sociales*. Paris: Hermann.
- LOUNSBURY, Floyd G. [1964] 1969. "The Structural Analysis of Kinship Semantics". In *Cognitive Anthropology* (S. Tyler, org.). New York: Holt, Rinehart & Winston. pp. 193-212.
- MAYBURY-LEWIS, David. 1979. "Cultural categories of the Central Gê". In *Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil* (D. Maybury-Lewis, org.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press. pp. 218-246.
- McALLISTER, J. Gilbert. [1937] 1955. "Kiowa-Apache Social Organization". In *Social Organization of North American Tribes* (F. Eggan, org.). Chicago: The University of Chicago Press (edição aumentada). pp. 99-169.
- McCALLUM, Cecilia. 1989. *Gender, Personhood and Social Organization amongst the Cashinahua of Western Amazonia*. Tese de doutorado, London School of Economics.
- MELATTI, Julio Cezar. 1977. *Estrutura Social Marubo: Um Sistema Australiano na Amazônia*. *Anuário Antropológico*/76: 83-120.
- MENGET, Patrick. 1977. *Au Nom des Autres: Classification des Relations Sociales chez les Txicão du Haut-Xingu*. Tese de doutorado (3º ciclo), Université de Paris X, Nanterre.
- METZGER, Donald J. & Robert V. MOREY. 1983. "Los Hiwi (Guahibo)". In *Los Aborígenes de Venezuela, II: Etnología Contemporánea I* (W. Coppens, org.). Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales / Instituto Caribe de Antropología y Sociología / Monte Avila Editores. pp. 125-216.
- MULLER, Jean-Claude. 1980. *Straight Sister-exchange and the Transition from Elementary to Complex Structures*. *American Ethnologist* 7 (3): 518-528.
- _____. 1982. *Du Bon Usage du Sexe et du Mariage. Structures Matrimoniales du Haut Plateau Nigérian*. Paris/Québec: L'Harmattan / Serge Fleury.
- MURDOCK, George P. 1949. *Social Structure*. New York: Free Press.
- MYERS, Fred R. 1986. *Pintupi Country, Pintupi Self: Sentiment, Place, and Politics among Western Desert Aborigines*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.
- NEEDHAM, Rodney. 1971. "Introduction". In *Rethinking Kinship and Marriage* (R. Needham, org.). Londres: Tavistock (ASA Monographs, 11): pp. xiii-cxvii.
- _____. 1973. *Prescription*. *Oceania* 43 (3): 166-81.
- OBERG, Kalervo. 1953. *Indian Tribes of Northern Mato Grosso, Brazil*. Washington D.C.: Smithsonian Institution (Institute of Social Anthropology, Publication n° 15).

- OSBORN, Ann. 1982. *Mythology and Social Structure of the U'wa of Colombia*. Tese de doutorado, University of Oxford.
- [OVERING] KAPLAN, Joanna. 1975. *The Piaroa, a People of the Orinoco Basin: A Study in Kinship and Marriage*. Oxford: Clarendon.
- _____. 1984. "Dualism as an Expression of Difference and Danger: Marriage Exchange and Reciprocity among the Piaroa of Venezuela". In *Marriage Practices in Lowland South American Societies* (K. Kensinger, org.). Urbana: University of Illinois Press. pp. 127-155.
- PARKIN, Robert. [1996]. "Dravidian and Iroquois in South Asia". In *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha* (T. Trautmann, M. Godelier & F. Tjon Sie Fat, orgs.). Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- POSPISIL, Leopold. 1960. "The Kapauku Papuans and Their Kinship Organization". *Oceania* 30 (3): 188-205.
- QUEIXALÓS, Francisco. 1983. "Sex and Grammar in Sikuani (Guahibo) Kinship Terminology". *Anthropological Linguistics* (summer 1983): 162-177.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1953. "Dravidian Kinship Terminology". *Man* 53, art. 169.
- RIDINGTON, Robin. 1969. "Kin Categories versus Kin Groups: A Two-section System without Sections". *Ethnology* 8 (4): 460-467.
- RIVIERE, Peter. 1969. *Marriage among the Trio: A Principle of Social Organization*. Oxford: Clarendon.
- _____. 1984. *Individual and Society in Guiana: A Comparative Study of Amerindian Social Organization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHEFFLER, Harold W. 1971. "Dravidian-Iroquois: the Melanesian Evidence". In *Anthropology in Oceania, Essays presented to Ian Hogbin* (L. R. Hiatt & C. Jayawardena, orgs.). Sydney: Angus and Robertson. pp. 231-254.
- _____. 1978. *Australian Kin Classification*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHNEIDER, David M. 1965. "Some Muddles in the Models, or, How the System Really Works". In *The Relevance of Models for Social Anthropology* (M. Banton, org.). Londres: Tavistock (ASA Monographs, 1). pp. 25-86.
- SEYMOUR-SMITH, Charlotte. 1988. *Shiwar: Identidad Étnica y Cambio en el Río Corrientes*. Quito: Ediciones Abya-Yala/CAAAP.
- SHAPIRO, Warren. 1970. "The Ethnography of Two-section Systems". *Ethnology* 9 (4): 380-388.
- _____. 1979. *Social Organization in Aboriginal Australia*. Canberra: Australian National University Press.
- SILVA, Márcio Ferreira da. 1995. "Sistemas Dravidianos na Amazônia: O Caso Waimiri-Atroari." In *Antropologia do Parentesco: Estudos Ameríndios* (E. Viveiros de Castro, org.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. pp. 25-60.
- SISKIND, Janet. 1973. *To Hunt in the Morning*. Londres: Oxford University Press.

- STEARMAN, Allyn M. 1989. *Yuquí: Forest Nomads in a Changing World*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- TAX, Sol. [1937] 1955. "The Social Organization of the Fox Indians". In *Social Organization of North American Tribes* (F. Eggan, org.). Chicago: The University of Chicago Press (edição aumentada). pp. 243-282.
- TAYLOR, Anne-Christine. 1983. The Marriage Alliance and its Structural Variations in Jivaroan Societies. *Social Science Information* 22 (3): 331-353.
- _____. 1989. "La Parenté Jivaro". (inédito).
- _____. [1996]. "La Parenté Jivaro: Formules 'Simples' et Formules 'Complexes'. Un groupe de Transformation Dravidien". In *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha* (T. Trautmann, M. Godelier & F. Tjon Sie Fat, orgs.). Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- TEIXEIRA PINTO, Mármio. 1995. "Entre Esposas e filhos: Poliginia e Padrões de Aliança entre os Arara (Caribe)". In *Antropologia do Parentesco: Estudos Ameríndios* (E. Viveiros de Castro, org.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. pp. 229-264.
- THOMAS, David J. 1982. *Order without Government: The Society of the Pemon Indians of Venezuela*. Urbana: University of Illinois Press.
- TJON SIE FAT, Franklin E. 1990. *Representing Kinship: Simple Models of Elementary Structures*. Leiden: Faculty of Social Sciences, Leiden University.
- _____. 1993. "Local Rules, Global Structures: Models of Exclusive Straight Sister-exchange". Trabalho apresentado ao simpósio "Kinship and Exchange: New Perspectives", Universidade de Colômbia.
- _____. [1996]. "On the Formal Analysis of 'Dravidian', 'Iroquois', and 'Generational' Variants as Nearly-associative Combinations". In *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha* (T. Trautmann, M. Godelier & F. Tjon Sie Fat, orgs.). Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- TOWNSLEY, Graham. 1988. *Ideas of Order and Patterns of Change in Yaminahua Society*. Tese de doutorado, Cambridge University.
- TRAUTMANN, Thomas R.. 1981. *Dravidian Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1987. *Lewis Henry Morgan and the Invention of Kinship*. Berkeley: University of California Press.
- TRAUTMANN, Thomas R. & Robert H. BARNES. [1996]. "'Dravidian', 'Iroquois' and 'Crow-Omaha' in North American Perspective". In *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha*. (T. Trautmann, M. Godelier & F. Tjon Sie Fat, orgs.). Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- TRAUTMANN, Thomas R., Maurice GODELIER & Franklin E. TJON SIE FAT (orgs.). [1996]. *Transformations of Kinship Systems: Dravidian, Australian, Iroquois and Crow-Omaha*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press (em preparação).
- TURNER, Terence S. 1979. "Kinship, Household, and Community Structure among the Kayapó". In *Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil* (D. Maybury-Lewis, org.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press. pp. 179-214.

AMBOS OS TRÊS

- _____. 1984. "Dual Opposition, Hierarchy, and Value: Moiety Structure and Symbolic Polarity in Central Brazil and Elsewhere". In *Différences, Valeurs, Hiérarchie (Textes Offerts à Louis Dumont)* (J.-C. Galey, org.). Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. pp. 335-370.
- TYLER, Stephen A. 1966. Parallel/cross: An Evaluation of Definitions". *Southwestern Journal of Anthropology* 22 (4): 416-432.
- _____. 1984. "Change in Dravidian Kinship". In *Différences, Valeurs, Hiérarchie (Textes Offerts à Louis Dumont)* (J.-C. Galey, org.). Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. pp. 91-115.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1990. "Princípios e parâmetros: um comentário a *L'Exercice de la parenté*". *Comunicação do PPGAS* 17: 1-106. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- _____. 1992. *From the Enemy's Point of View: Humanity and Divinity in an Amazonian Society*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 1993a. "Alguns Aspectos da afinidade no dravidiano amazônico." In *Amazônia: etnologia e história indígena* (E. Viveiros de Castro & M. Carneiro da Cunha, orgs.). São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (USP) / FAPESP. pp. 150-210.
- _____. 1993b. Structures, Régimes, Stratégies. *L'Homme* 125 [33 (1)]: 117-137.
- _____. 1994. Une Mauvaise Querelle. *L'Homme* 129 [34 (1)]: 181-191.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. (org.). 1995. *Antropologia do Parentesco: Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. & Carlos FAUSTO. 1993. La Puissance et l'Acte: La Parenté dans les Basses Terres de l'Amérique du Sud. *L'Homme* 126/128 [33 (2/4)]: 141-170.
- WAGLEY, Charles & Eduardo GALVÃO. 1946. O parentesco tupi-guarani. *Boletim do Museu Nacional (Antropologia)* 6: 1-24.
- WAGNER, Roy. 1969. "Marriage among the Daribi". In *Pigs, Pearlshells, and Women: Marriage in the New Guinea Highlands* (R.M. Glasse & M.J. Meggitt, orgs.). Englewood Cliffs: Prentice-Hall. pp. 56-76.
- WILBERT, Johannes. 1986. Contributions to Wapishana Kinship Nomenclature. *Antropologica* 65: 77-100.
- YALMAN, Nur. 1962. The Structure of the Sinhalese Kindred: A Re-examination of the Dravidian Terminology. *American Anthropologist* 64 (3-1): 548-575.
- _____. 1967. *Under the Bo Tree*. Berkeley: University of California Press.
- YOUNG, Philip. 1970. A Structural Model of Ngawbe Marriage. *Ethnology* 9 (1): 85-95.
- _____. 1971. *Ngawbe: Tradition and Change among the Western Guaymí of Panama*. Urbana: University of Illinois Press.